



SUPLEMENTO DO DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXV DCL N° 194

Brasília, quarta-feira, 19 de outubro de 2016

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MESA DIRETORA

Presidente: Celina Leão

Vice-Presidente: Juarezão

1º Secretário: Raimundo Ribeiro - Suplente: Agaciel Maia

2º Secretário: Julio Cesar - Suplente: Lira

3º Secretário: Bispo Renato Andrade - Suplente: Rodrigo Delmasso

Corregedor: Rafael Prudente

Ouvidor: Lira

Procuradora Especial da Mulher: Telma Rufino

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Sandra Faraj Vice-Presidente: Chico Leite Robério Negreiros Raimundo Ribeiro Bispo Renato Andrade	Prof. Israel Luzia de Paula Rafael Prudente Liliane Roriz Julio Cesar

COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Telma Rufino Vice-Presidente: Ricardo Vale Wellington Luiz Prof. Reginaldo Veras Lira	Joe Valle Wasny de Roure Cristiano Araújo Sandra Faraj Julio Cesar

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Agaciel Maia Vice-Presidente: Rafael Prudente Prof. Israel Julio Cesar Wasny de Roure	Juarezão Robério Negreiros Prof. Reginaldo Veras Bispo Renato Andrade Chico Vigilante

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Prof. Reginaldo Veras Vice-Presidente: Juarezão Rafael Prudente Luzia de Paula Wasny de Roure	Prof. Israel Liliane Roriz Wellington Luiz Cláudio Abrantes Ricardo Vale

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Luzia de Paula Vice-Presidente: Cristiano Araújo Liliane Roriz Prof. Israel Joe Valle	Cláudio Abrantes Robério Negreiros Juarezão Sandra Faraj Telma Rufino

COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Robério Negreiros Vice-Presidente: Joe Valle Juarezão Bispo Renato Andrade Cláudio Abrantes	Rafael Prudente Telma Rufino Agaciel Maia Lira Chico Leite

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Rodrigo Delmasso Raimundo Ribeiro Cláudio Abrantes Julio Cesar	Wasny de Roure Lira Agaciel Maia Luzia de Paula Rodrigo Delmasso

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes
Presidente: Cristiano Araújo Vice-Presidente: Rodrigo Delmasso Liliane Roriz Sandra Faraj Chico Vigilante	Wellington Luiz Bispo Renato Andrade Raimundo Ribeiro Prof. Reginaldo Veras Ricardo Vale

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Ricardo Vale Vice-Presidente: Lira Agaciel Maia Wellington Luiz Telma Rufino	Chico Vigilante Rodrigo Delmasso Raimundo Ribeiro Cristiano Araújo Joe Valle

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes
Presidente: Rodrigo Delmasso Vice-Presidente: Chico Leite Rafael Prudente Ricardo Vale Joe Valle	Bispo Renato Andrade Cláudio Abrantes Robério Negreiros Wasny de Roure

atualizado em 19/09/2016

Sumário

Ata Sucinta da 83ª Sessão Ordinária	2
Ata Circunstanciada da 83ª Sessão Ordinária.....	77
Ata Sucinta da 84ª Sessão Ordinária	79
Ata Circunstanciada da 84ª Sessão Ordinária.....	81



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 83ª
(OCTOGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 28 DE SETEMBRO DE 2016**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Juarezão

SECRETARIA: Deputado Prof. Reginaldo Veras

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 2 minutos

TÉRMINO: 15 horas e 36 minutos

L I D O
Em. 11, 10, 16

Secretaria Legislativa

PRESEÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|--------------------------------------|--|
| • Deputado Agaciel Maia – PR | • Deputado Lira – PHS |
| • Deputado Bispo Renato Andrade – PR | • Deputada Luzia de Paula – PSB |
| • Deputada Celina Leão – PPS | • Deputado Prof. Israel – PV |
| • Deputado Chico Leite – Rede | • Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT |
| • Deputado Chico Vigilante – PT | • Deputado Raimundo Ribeiro – PPS |
| • Deputado Cláudio Abrantes – Rede | • Deputado Ricardo Vale – PT |
| • Deputado Cristiano Araújo – PSD | • Deputado Robério Negreiros – PSDB |
| • Deputado Delmasso – PTN | • Deputada Sandra Faraj – SD |
| • Deputado Joe Valle – PDT | • Deputada Telma Rufino – sem partido |
| • Deputado Juarezão – PSB | • Deputado Wasny de Roure – PT |
| • Deputado Julio Cesar – PRB | • Deputado Wellington Luiz – PMDB |

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Juarezão):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

ATA SUCINTA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 28 DE SETEMBRO DE 2016

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: (L/P/SR/Tof)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

2

1.1 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o Presidente considera aprovadas, sem observações, as Atas da 82ª Sessão Ordinária e das 18ª e 19ª Sessões Extraordinárias.

1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE

- Mensagens nºs 218 a 221, de 2016, de autoria do Governador do Distrito Federal.
- Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 53, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade e outros.
- Projeto de Lei nº 1.274, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.
- Projetos de Lei nºs 1.275 a 1.277, de 2016, de autoria do Deputado Lira.
- Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso.
- Indicação nº 8.577, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão.
- Indicação nº 8.578, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- Indicações nºs 8.579 a 8.589, de 2016, de autoria do Deputado Lira.
- Moções nºs 490 e 491, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- Moção nº 492, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade.
- Moções nºs 493 e 494, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão.
- Requerimento nº 2.043, de 2016, de autoria dos Deputados Luzia de Paula e Delmasso.
- Requerimento nº 2.044, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- Requerimentos nºs 2.045 e 2.046, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão.
- Requerimento nº 2.047, de 2016, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.

2 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Juarezão):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

**Expediente lido na 83ª Sessão Ordinária,
em 28 de setembro de 2016**

ATA SUCINTA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 28 DE SETEMBRO DE 2016

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (L/P/SR/Tof)

> SETAS - 000003 <



L I D O
Em. 28.9.16
Secretaria Legislativa

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

N.º 118 /2016 - GAG

Brasília, 26 de setembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 74 combinado com o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o art. 206, § 2º, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, sancionei o **Projeto de Lei nº 1.255/2016**, que **"Altera a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal"**, o qual se converteu na Lei nº 5.113 de 22 de setembro de 2016, publicado no DODF nº 181 de 22 de setembro de 2016.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e respeito.


RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

15101 rollemberg

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO JUAREZÃO
Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

> SETAS - 000004 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº 5.713 DE 22 DE SETEMBRO DE 2016.

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Altera a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI

Art. 1º O art. 64, § 2º, da Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

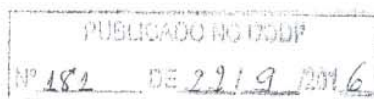
§ 2º O mandato dos primeiros diretores, vice-diretores e membros dos Conselhos Escolares eleitos com base nesta Lei se encerrará em dezembro de 2013, não contando para fins de reeleição, e a eleição para o mandato seguinte ocorrerá no mês de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 2016
128º da República e 57º de Brasília


RODRIGO ROLLEMBERG





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa



(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Altera a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º O art. 64, § 2º, da Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º O mandato dos primeiros diretores, vice-diretores e membros dos Conselhos Escolares eleitos com base nesta Lei se encerrará em dezembro de 2013, não contando para fins de reeleição, e a eleição para o mandato seguinte ocorrerá no mês de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de setembro de 2016

DEPUTADO JUAREZÃO
*Vice-Presidente no exercício
da Presidência*

> SETAS - 000006 <

> SETAS - 000006 <

L I D O
Em. 28/9/16
M
Secretaria Legislativa

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

N.º 219 /2016 - GAG

Brasília, 16 de setembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 74 combinado com o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o art. 206, § 2º, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, sancionei o **Projeto de Lei nº 197/2015**, que "*Institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais*", o qual se converteu na Lei nº 5.744 de 12 de setembro de 2016, publicado no DODF nº de de setembro de 2016.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e respeito.


RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA 27/9/2016 15:05

Shayone 70154

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO JUAREZÃO
Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

> SETAS - 000007 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº 5.714 DE 22 DE SETEMBRO DE 2016.
(Autoria do Projeto: Deputado Prof. Reginaldo Veras)

Institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

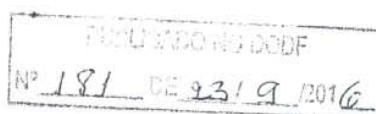
Art. 1º Fica instituída a Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, a ser realizada, anualmente, na segunda semana do mês de março.

Parágrafo único. A data comemorativa a que se refere o *caput* deve ser incluída no calendário oficial de eventos do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de setembro de 2016
128º da República e 57º de Brasília


RODRIGO ROLLEMBERG





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa



(Autoria do Projeto: Deputado Prof. Reginaldo Veras)

Sanção

Institui e inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.


A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Distrital de Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, a ser realizada, anualmente, na segunda semana do mês de março.

Parágrafo único. A data comemorativa a que se refere o *caput* deve ser incluída no calendário oficial de eventos do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de setembro de 2016


DEPUTADO JUAREZÃO
*Vice-Presidente no exercício
da Presidência*

> SETAS - 000008 <

> SETAS - 000009 <



L I D O
Em 28/9/16
Secretaria Legislativa

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

N.º 220 /2016 - GAG

Brasília, 26 de setembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 74 combinado com o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o art. 206, § 2º, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, sancionei o **Projeto de Lei nº 569/2015**, que **"Inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia da Capelania Voluntária, a ser comemorado anualmente em Brasília no dia 24 de julho"**, o qual se converteu na Lei nº 5.715 de 22 de setembro de 2016, publicado no DODF nº 181 de 23 de setembro de 2016.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e respeito.


RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

A DISTRICTUAL - LEGISLATIVA 27/09/2016 15:00

Thayane 70154

A Sua Excelência o Senhor

DEPUTADO JUAREZÃO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA

> SETAS - 000010 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº 5.115 DE 22 DE SETEMBRO DE 2016.

(Autoria do Projeto: Deputado Wasny de Roure)

Inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia da Capelania Voluntária, a ser comemorado anualmente em Brasília no dia 24 de julho.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica incluído no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia da Capelania Voluntária, a ser comemorado anualmente em Brasília no dia 24 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 2016
128º da República e 57º de Brasília


RODRIGO ROLLEMBERG

PUBLICADO NO DODF
Nº 181 DE 23.10.2016



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa



(Autoria do Projeto: Deputado Wasny de Roure)

Inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia da Capelania Voluntária, a ser comemorado anualmente em Brasília no dia 24 de julho.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica incluído no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o Dia da Capelania Voluntária, a ser comemorado anualmente em Brasília no dia 24 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 2016

DEPUTADO JUAREZÃO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

> SEIAS - 000011 <

> SETAS - 000012 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
28/9/16
Secretaria Legislativa

MENSAGEM

N.º 221 /2016 - GAG

Brasília, 26 de setembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 74 combinado com o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o art. 206, § 2º, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, sancionei o **Projeto de Lei nº 988/2016**, que **"Altera a Lei nº 3.893, de 10 de julho de 2006, que autoriza o funcionamento do comércio aos domingos e feriados no âmbito do Distrito Federal"**, o qual se converteu na Lei nº 5.716 de 23 de setembro de 2016, publicado no DODF nº 182 de 26 de setembro de 2016.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e respeito.

RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Thayane 70154

A Sua Excelência o Senhor

DEPUTADO JUAREZÃO

Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA

> BETAS - 000013 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº 5.716 DE 23 DE SETEMBRO DE 2016.

(Autoria do Projeto: Deputada Celina Leão)

Altera a Lei nº 3.893, de 10 de julho de 2006, que autoriza o funcionamento do comércio aos domingos e feriados no âmbito do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.893, de 10 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

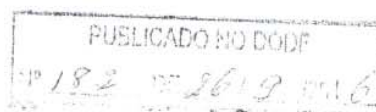
Art. 1º Observado o estabelecido nas normas vigentes, especialmente no art. 6º da Lei federal nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, fica facultado o funcionamento do comércio aos domingos, no âmbito do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 2016
128º da República e 57º de Brasília


RODRIGO ROLLEMBERG





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa



(Autoria do Projeto: Deputada Celina Leão)

Sucesso
m s

Altera a Lei nº 3.893, de 10 de julho de 2006, que autoriza o funcionamento do comércio aos domingos e feriados no âmbito do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.893, de 10 de julho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Observado o estabelecido nas normas vigentes, especialmente no art. 6º da Lei federal nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, fica facultado o funcionamento do comércio aos domingos, no âmbito do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 2016

> SETAS - 000014 <


DEPUTADO JUAREZÃO
Vice-Presidente no exercício
da Presidência


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

 LIDO
 28/9/16
 [Assinatura]
 Secretária Legislativa

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº PELO 53 /2016

(Do Senhor Deputado Bispo Renato Andrade e outros)

Acrescenta dispositivo à Lei Orgânica do Distrito Federal, com o objetivo de determinar a estipulação de pisos salariais para os empregados públicos das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da administração pública indireta do Distrito Federal.

> SET/16 - 0000015 <

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, com fundamento nos arts. 58, caput, e 60, inciso XXXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, decreta:

Art. 1º A Lei Orgânica do Distrito Federal passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

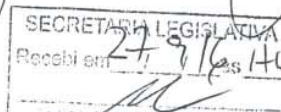
"Art. 367. O Governador do Distrito Federal deve estabelecer pisos salariais, conforme os cargos ocupados, para os empregados públicos das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da administração pública indireta do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os pisos salariais a que se refere o caput devem ser estabelecidos:

I – apenas para os empregados públicos contratados mediante aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos;

II – em valores:

a) iguais ou superiores:





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



- 1) às médias salariais dos cargos de atribuições idênticas ou atividades assemelhadas das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da administração pública indireta do Distrito Federal;
 - 2) aos salários aplicáveis, no ano da realização do concurso público, para os cargos de atribuições idênticas ou atividades assemelhadas das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da administração pública indireta do Distrito Federal;
- b) proporcionais à extensão e à complexidade do trabalho.”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda à Lei Orgânica objetiva o reconhecimento e a valorização dos empregados públicos do Distrito Federal.

A defasagem dos salários desses profissionais tem afetado e muito o sustento das famílias daqueles que tanto trabalham para promover o mais essencial para a sociedade, que é água, esgoto, energia elétrica e promoção do desenvolvimento social do Distrito Federal.

A Constituição Federal em seu artigo 7º, inciso V, garantiu a todos trabalhadores urbanos e rurais, um piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho exercido em cada função desempenhada.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

...

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

...



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

Essa forma de remuneração é de suma importância para determinadas categorias profissionais, a fim de conseguir rendimentos que lhes possam proporcionar uma relativa qualidade de vida.

Com um salário inadequado, os empregados públicos, principalmente os ligados à atividade fim das empresas, poderão prescindir de uma jornada de trabalho dupla, evitando a realização, em horários de folga, de outros trabalhos, o que irremediavelmente compromete a qualidade do atendimento à população.

Assim, a fixação do piso salarial torna-se providencial para um melhor desempenho de determinadas atividades na medida em que resulta na melhoria das condições de trabalho aos profissionais que, ao auferirem uma remuneração condizente com suas responsabilidades, poderão se dedicar exclusivamente a um só emprego.

Esta proposição levará a uma justa contraprestação pelos serviços altamente especializados dispensados pelos empregados públicos à sociedade do Distrito Federal.

Quanto à disciplina em foco, o STF já deliberou favoravelmente à delegação aos Estados e ao Distrito Federal para instituir o piso salarial, *verbis*:

EMENTA Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei estadual que fixa piso salarial para certas categorias. CNC. Preliminar de ausência parcial de pertinência temática. Rejeitada. Alegada violação ao art. 5º, caput (princípio da isonomia), art. 7º, inciso V; 8º, inciso I; e art. 114, § 2º, da Constituição. Inexistência. Expressão "que o fixe a maior" contida no caput artigo 1º da Lei estadual nº 5.627/09. Direito do trabalho. Competência legislativa privativa da União delegada aos Estados e ao Distrito Federal. Expressão que extravasa os limites da delegação de competência legislativa conferida pela União aos Estados por meio da Lei Complementar nº 103/00. Ofensa ao artigo 22, inciso I e parágrafo único, da Lei Maior. 1. A exigência de pertinência temática não impede o amplo conhecimento da ação, com a declaração de inconstitucionalidade da norma para além do âmbito dos indivíduos representados pela entidade requerente, quando o vício de inconstitucionalidade for idêntico para todos os seus destinatários. Preliminar rejeitada. **2. A Lei nº 5.627/09 dá continuidade a uma sequência de**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



normas que já vêm fixando, desde o ano de 2000, pisos salariais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Conquanto acrescente algumas categorias não citadas nas leis anteriores, há na nova legislação somente uma inovação efetivamente relevante, qual seja, a expressão "que o fixe a maior", contida no caput do artigo 1º. Considerando que, em relação à Lei nº 3.512/2000, impugnada nas ADIs nº 2.401 e nº 2.403, esta Corte, em sede de liminar, entendeu restarem atendidos os requisitos da extensão e da complexidade do trabalho, e que, no presente caso, houve uma ampliação do número de patamares, de três (Lei nº 3.512/2000) para nove, com mais razão devem ser tidos por suficientes os pressupostos previstos no inciso V do artigo 7º da Constituição Federal. Não há, no caso, aleatoriedade na fixação das faixas de piso salarial definidos no diploma questionado, não havendo violação dos artigos 5º, caput (princípio da isonomia); 7º, inciso V; 8º, inciso I; e 114, § 2º, todos da Constituição Federal. 3. A competência legislativa do Estado do Rio de Janeiro para fixar piso salarial decorre da Lei Complementar federal nº 103, de 2000, mediante a qual a União, valendo-se do disposto no artigo 22, inciso I e parágrafo único, da Carta Maior, delegou aos Estados e ao Distrito Federal a competência para instituir piso salarial para os empregados que não tenham esse mínimo definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. Trata-se de lei estadual que consubstancia um exemplo típico de exercício, pelo legislador federado, da figura da competência privativa delegada.

...

(ADI 4375, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 02/03/2011, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-117 DIVULG 17-06-2011 PUBLIC 20-06-2011)

Hoje, os empregados públicos atuam em diversas áreas do conhecimento, das típicas até as mais amplas. Eles desenvolvem atividades de maior relevância para sociedade, nas diversas empresas públicas do Distrito Federal, como a CEB, a CAESB, o Metrô e a TERRACAP.

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – 4º Andar – Gabinete 20 – CEP 70.094-902 – Brasília-DF

Tel. (61) 3348-8202/8209

www.cl.df.gov.br



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Ocupam os mais variados cargos: eletricitas, eletrotécnicos, motoristas, engenheiros, contadores, administradores, economistas, psicólogos, médicos do trabalho, químicos e outros importantes para o bom atendimento da sociedade.

Ante o exposto, pedimos aos Ilustres Pares o apoio para a aprovação da presente proposta de emenda à Lei Orgânica, que muito contribuirá para a valorização dos empregados públicos das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da administração pública indireta do Distrito Federal.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2016.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – PR

Dep. Agaciel Maia – PR

Dep. Celina Leão – PPS

Dep. Chico Leite – Rede

Dep. Chico Vigilante – PT

Dep. Cláudio Abrantes – Rede

Dep. Cristiano Araújo – PSD

Dep. Juarezão – PSB

Dep. Julio César – PRB

Dep. Liliane Roriz – PTB

Dep. Lira – PHS

Dep. Luzia de Paula – PSB

Dep. Professor Israel – PV

Dep. Prof. Reginaldo Veras – PDT

Dep. Rafael Prudente – PMDB

Dep. Raimundo Ribeiro – PPS

Dep. Ricardo Vale – PT

Dep. Roberio Negreiros – PSDB

Dep. Rodrigo Delmasso – PTN

Dep. Joe Valle – PDT

Dep. Sandra Faraj – SD

Dep. Telma Rufino

Dep. Wasny de Roure – PT

Dep. Wellington Luiz – PMDB

> SETAS – 000019 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abra

PL 1274 /2016

PROJETO DE LEI Nº
(Do Senhor Deputado Claudio Abrantes - REDE/DF)

Dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Distrito Federal prover semanalmente, na Rede Mundial de Computadores e no Diário Oficial do Distrito Federal a relação integral dos medicamentos, inclusive os de alto custo, distribuídos à população gratuitamente em qualquer de suas unidades, bem como a previsão de durabilidade do estoque e as ações em curso para a recolocação nos depósitos de fármacos eventualmente em falta, além da previsão para a reposição dos remédios.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º. O Governo do Distrito Federal *proverá semanalmente, na Rede Mundial de Computadores e no Diário Oficial do Distrito Federal a relação integral dos medicamentos, inclusive os de alto custo, distribuídos à população gratuitamente em qualquer de suas unidades, bem como a previsão de durabilidade do estoque e as ações em curso para a recolocação nos depósitos de fármacos eventualmente em falta, além da previsão para a reposição dos remédios.*

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A norma que pretendemos ver aprovada - *amolda-se ao Princípio Constitucional da Publicidade incrustado no artigo 37, caput, da Carta Política* - deve ser colocada em prática em respeito não só à Lei Maior como também em função da necessidade de se manter o controle social predominante em nosso País, materializado através da Lei Distrital número 4.990/2012 e da Norma Federal 12.527/2011, ambas visando conceder ao Cidadão acesso a informação.

É notório que em todas as Regiões do Brasil a saúde está deficitária seja pela constante falta de materiais básicos para atendimento, ausência de profissionais ou estrutura física e, muitas vezes, em face da inexistência de medicamentos.

Ocorre, todavia, que no dia a dia a população após longa espera para ser consultada e dar início ao tratamento, ao chegar às unidades destinadas à entrega medicamentos não consegue ser satisfeita em suas necessidades porquanto, não raro, os fármacos receitados não se encontram disponíveis, realidade que priva o

> SETAS - 000020 <

SECRETARIA LEGISLATIVA 2006/2016 1.0114

46121803



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes REDE/DF



paciente de se valer do tratamento indicado para o restabelecimento da saúde, aliás, direito social que lhe é assegurado na Constituição Federal.

Neste diapasão merece ser destacado que em diversas oportunidades aqueles que conseguiram ser atendidos - *após horas de espera em filas intermináveis* - ao chegarem aos guichês encarregados de disponibilizar as drogas prescritas obtêm a resposta de que "o remédio está em falta", assim como que não há perspectiva de reposição, fazendo com que os pacientes não iniciem o tratamento necessário ou o interrompam, situação que também contraria os ditames constitucionais na medida em que desrespeita o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

> BETAS - 000021 <

Enfim, independente do motivo da falta das medicações, porém em face da importância do assunto e firme na certeza de que cabe ao Estado cumprir com o Princípio da Eficiência evitando solução de continuidade na distribuição dos fármacos, cabe ao Ente Federativo informar à população os remédios que se encontram disponíveis além, é claro, das ações adotadas para a reposição dos que eventualmente não estiverem à disposição, até mesmo para que o paciente, caso entenda ser conveniente, possa se valer das medidas cabíveis.

Ante as questões suscitadas conclamo aos nobres pares para aprovarem a presente proposição.

Sala das sessões, em

Deputado Claudio Abrantes
Rede Sustentabilidade - REDE/DF


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – CLDF.
GABINETE PARLAMENTAR DO DEP. DISTRITAL LIRA – PHS/DF.
PROJETO DE LEI Nº PL 1275 /2016
(Do Sr. Deputado LIRA – PHS)
L I D O

Em. 28/9/16

Secretaria Legislativa

**INSTITUI A SEMANA DISTRITAL DE
ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA O
PRIMEIRO EMPREGO NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL.**

> SETAS - 000022 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a "Semana Distrital de Orientação Profissional para o Primeiro Emprego" a ser realizada, anualmente, na última semana do mês de outubro.

Art. 2º Na semana a que se refere o art. 1º desta Lei, as escolas públicas do Distrito Federal, poderão realizar atividades destinadas à orientação profissional dos alunos devidamente matriculados no 9º ano do ensino fundamental.

Art. 3º O conjunto de atividades mencionadas no art. 2º desta lei terá o objetivo de:

- I. Informar aos estudantes quais são as principais profissões existentes no mercado de trabalho e seus requisitos no ingresso;
- II. Esclarecer os estudantes a respeito das atribuições e tarefas das principais profissões existentes no mercado de trabalho;
- III. Apresentar e esclarecer dúvidas acerca da Lei 10.097/2000, conhecida como Lei da Aprendizagem;
- IV. Esclarecer dúvidas sobre os contratos de aprendizagem;
- V. Informar sobre as agências, associações profissionalizantes, programas, órgãos e ou entidades que incentivem a contratação de menores aprendizes.

Art. 4º As atividades consistirão em exposições durante as aulas, palestras, entrevistas, discussões em grupos e demais recursos didáticos disponíveis.

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Praça Municipal, Quadra 02, Ed. Sede da CLDF, Brasília-DF - CEP: 70094-902 – Telefone Geral: 55 (61) 3348-8000

/lbp.

SECRETARIA LEGISLATIVA 2026/2016 11/11/16

90112

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – CLDF.****GABINETE PARLAMENTAR DO DEP. DISTRITAL LIRA – PHS/DF.**

Art. 5º Para a melhor consecução dos objetivos da "Semana da Orientação Profissional para ao Primeiro Emprego", ficará a cargo da Secretaria de Educação em parceria com as escolas, profissionais das áreas pedagógicas, professores, alunos e demais convidados.

Art. 6º Para execução da presente lei deve-se privilegiar ações que não impliquem ônus para o Governo do Distrito Federal.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 60 dias, contados da data da sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É com grande honra que trago à apreciação o presente Projeto de Lei, em que visualizamos singular importância para os jovens estudantes do Distrito Federal, em fase de conclusão do ensino fundamental, na rede pública.

Pensando nesses jovens prestes a enfrentar um mercado de trabalho que vem se tornando cada vez mais competitivo em face das mudanças ocorridas na economia, nas relações sociais e na área tecnológica, sendo certo que, neste contexto, a escolha profissional consciente se constitui como um fator primordial para o sucesso em um cenário repleto de diversidade.

O papel da escola é fundamental na preparação do jovem para o mercado de trabalho entretanto, poucas são as escolas que possuem algum programa permanente de informação e capacitação de seu aluno.

O presente projeto tem a pretensão de oferecer aos alunos em fase de conclusão do ensino fundamental informações acerca dos programas de aprendizagem, elucidando aos jovens a possibilidade de estudar e trabalhar, com a devida remuneração, ao tempo em que efetivam sua formação na profissão para a qual estão se capacitando.

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Praça Municipal, Quadra 02, Ed. Sede da CLDF, Brasília-DF - CEP: 70094-902 - Telefone Geral: 55 (61) 3348-8000

/lbp.

> SETAS - 0000025 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – CLDF.****GABINETE PARLAMENTAR DO DEP. DISTRITAL LIRA – PHS/DF.**

A Lei de Aprendizagem veio como um importante salto para a inclusão de Jovens no mercado de trabalho, mas por si só não é capaz de encaminhá-los na busca pelo primeiro emprego. É preciso informá-los, esclarecê-los sobre os aspectos da lei, e, sobretudo, é preciso apresentar caminhos que possam facilitar esse contato entre aluno e empresa. Como os jovens podem compreender o trabalho para além do mero cumprimento de tarefas? Como escolher diante de um mercado tão complexo? Essas e outras respostas poderão ser oferecidas na “Semana da Orientação Profissional para o Primeiro Emprego”.

Por sua história, suas conquistas, sua originalidade e por ser um ritmo que traduz o sentimento, o jeito de ser, a essência do povo brasileiro, o samba é hoje uma paixão nacional, que passa de pai para filho e continuará a conquistar gerações.

Assim, ante a importância desta proposição no encaminhamento e incentivo dos jovens brasilienses, espero contar com os nobres pares visando a aprovação deste projeto de lei.

Sala de Sessões, em

LIRA
Deputado Distrital (PHS)

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Praça Municipal, Quadra 02, Ed. Sede da CLDF, Brasília-DF - CEP: 70094-902 – Telefone Geral: 55 (61) 3348-8000

/lbp.

> SETAS - 000024 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO LIRA - PHS



PROJETO DE LEI Nº **PL 1276 /2016** **Com. 2819** **16**
(Do Senhor Deputado LIRA - PHS) **L I D O**
Secretaria Legislativa

Dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção de garantia para a contratação de obras, serviços e compras no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.

> SETAS - 000025 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de adoção de garantia para todas as contratações de obras, serviços e compras no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal.

Parágrafo Único: A garantia disposta no "caput" da lei deverá ser estabelecida em favor de órgãos e entidades públicas objetivando resguardar o fiel cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitações e contratos e em caráter indenizatório no caso de acidentes causados a terceiros, devendo ser exigida cláusula que vincule a seguradora à assunção das obrigações estabelecidas.

Art. 2º As empresas contratadas ficam obrigadas a aderirem seguro-garantia para a cobertura das obras, serviços e compras pactuadas pelo Governo do Distrito Federal.

Art. 3º Para os fins do disposto nesta Lei, a autoridade competente, em cada caso, deverá exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, que poderá ser nas seguintes modalidades:

- I – caução em dinheiro;
- II – seguro-garantia;
- III – fiança bancária.

Parágrafo Primeiro. Para obras, serviços e fornecimento de grande vulto demonstrados por meio de parecer técnico aprovado pela autoridade competente, a

SECRETARIA LEGISLATIVA 28/09/2016 11:14
21102



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO LIRA - PHS



obrigação a que se refere o "caput" desta lei deverá exceder 50% do valor da contratação

Parágrafo Segundo. Nas contratações não abrangidas pelo parágrafo anterior, a garantia não poderá exceder a 30% do valor do contrato.

Parágrafo Terceiro. O percentual de garantia exigido deverá, obrigatoriamente, constar do instrumento convocatório, sendo justificado mediante análise de custo benefício que considerará os fatores presentes no contexto da contratação.

Parágrafo Quarto. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída ao longo da fiel execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

Parágrafo Quinto. Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 60 dias contados da publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa instituir garantia na contratação de obras, serviços ou compras no âmbito da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, objetivando resguardar o fiel cumprimento das obrigações assumidas por empresas em licitação e contratos ou em caráter indenizatório no caso de acidentes.

Atualmente a matéria mencionada é disposta no art. 22, da Constituição Federal, definindo que compete privativamente à União Legislar sobre normas gerais de licitação e contratação em todas as modalidades para as Administrações Públicas Diretas, Autarquias e Fundacionais, obedecendo o disposto no art. 37, XXI e para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, nos termos do art. 173.

Sendo assim, a Lei 8.666/93 que dispõe sobre normas para licitações e contratos da Administração Pública, prevê a possibilidade de instituir garantia sob o valor dos contratos de obras, serviços e compras. Passando ao Estado a competência para legislar sobre contratos administrativos e regras específicas sobre licitações.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO LIRA - PHS



É válido ressaltar a importância de se estabelecer a obrigatoriedade de haver garantia nos contratos administrativos para contratação de obras, serviços e compras, uma vez que o modelo proposto trará mais responsabilidade as seguradoras, com as quais o Poder Público passaria a compartilhar o acompanhamento e fiscalização do objeto contratual, desonerando um pouco as muitas funções estatais.

A legislação brasileira estabelece ainda que é critério facultativo da autoridade competente estabelecer definição do percentual da garantia a ser exigido, apresentado justificativa do custo benefício do percentual escolhido.

Deste modo, a majoração deste percentual mínimo de garantia em lei específica, alavancaria o ramo dos seguros de garantia, bem como conferiria maior participação do setor privado na fiscalização de contratos administrativos, de forma a proporcionar mais segurança ao Poder Pública na execução destes.

O aumento do percentual das garantias contratuais certamente irá impactar no processo de subscrição das apólices de seguro garantia perante as companhias securitárias, as quais adotarão critérios mais rigorosos para a assunção dos riscos, em decorrência dos maiores valores envolvidos, o que levará, conseqüentemente, na abertura de novos postos de trabalho.

Ademais, entendemos que a garantia do adimplemento contratual resultará em maior economia ao erário, tendo em vista que não mais será necessária a contratação de empresas de gerenciamento de obras e serviços, as quais são responsáveis pela fiscalização da execução dos contratos pactuados com o Poder Público.

Outro benefício seria a cobertura em decorrência de acidente, que se torna cada vez mais imprescindível sua previsão nos contratos administrativos nestes casos

Pelo exposto, conclamo aos Nobres Pares à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

LIRA

Deputado Distrital (PHS)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – CLDF.

GABINETE PARLAMENTAR DO DEP. DISTRITAL LIRA – PHS/DF.

PROJETO DE LEI Nº PL 1277 /2016

(Do Sr. Deputado LIRA – PHS)

L I D O
Em. 28.9.16
[Assinatura]
Secretaria Legislativa

Dispõe sobre a limpeza dos logradouros públicos após a realização de eventos e dá outras providências.

> SETAS - 000003 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art.1º Ficam as entidades e empresas organizadoras de eventos em logradouros públicos responsáveis pela limpeza do local e todo seu entorno imediatamente após o encerramento das atividades.

Parágrafo Único: Os organizadores deverão providenciar a varrição, a lavagem do piso e a coleta de resíduos sólidos.

Art. 2º As entidades e empresas organizadoras de eventos que não cumprirem o disposto no parágrafo único do art. 1º desta lei ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I – Multa com valor estipulado nos custos aos cofres públicos destinados à limpeza do local;

II – No caso de reincidência será cobrado o valor da multa do inciso I com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o mesmo.

Art. 3º Para o devido cumprimento da norma o órgão competente do Poder Executivo poderá enviar equipes de fiscalização aos eventos sem a necessidade de autorização por parte das entidades e empresas organizadoras de eventos.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 dias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA LEGISLATIVA 28/09/2016 11:14

90112

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Praça Municipal, Quadra 02, Ed. Sede da CLDF, Brasília-DF - CEP: 70094-902 - Telefone Geral: 55 (61) 3348-8000

/lbp.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – CLDF.
GABINETE PARLAMENTAR DO DEP. DISTRITAL LIRA– PHS/DF.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

> SETAS - 000029 <

O presente projeto surge com o intuito de responsabilizar as entidades e empresas organizadoras de eventos pela limpeza dos locais onde os mesmos forem realizados. Uma vez em que o espaço é disponibilizado limpo para a realização do evento, deve este ser devolvido nas mesmas condições de limpeza, não sendo obrigação do Estado arcar com as despesas decorrentes de eventos particulares que ocorrem em logradouros públicos.

Diante do exposto, contamos com a colaboração dos Nobres Pares, para a apreciação da presente proposição.

Sala de Sessões, em

LIRA

Deputado Distrital (PHS)

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Praça Municipal, Quadra 02, Ed. Sede da CLDF, Brasília-DF - CEP: 70094-902 – Telefone Geral: 55 (61) 3348-8000

/lbp.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº PDL 194 /2016
(Do Senhor Deputado DELMASSO – PTN/DF e Outros)

L I D O
Em, 28/9/16
M
Secretaria Legislativa

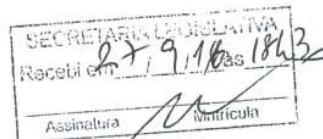
**Concede o Título de Cidadão Benemérito
de Brasília ao Senhor Sidney Campos Silva.**

> SETAS - 000030 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Senhor Sidney Campos Silva

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Sidney Campos Silva, nascido em Brasília, na cidade de Ceilândia, foi eleito publicitário do ano pelos Colunistas Brasília, em 2006, tem mais de 20 anos de experiência na área, com formação em Marketing pela Faculdade Euro-Americana do Distrito Federal.

Em 1999, criou a FIELDS Comunicação. Trabalhou com clientes como Banco do Brasil, Ministério do Esporte, Ministério da Educação, Tribunal Superior Eleitoral, Correios, CAESB, Câmara Legislativa, Sasse Seguros, Corretora BRB, Diário dos Associados, Emplavi, Encol, Citroen, Bancorbrás, entre outros. ψ



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



Por todo o trabalho que já fez em prol do Distrito Federal, à frente da empresa Fields360, acreditando que pensar é o principal alvo para a publicidade. Essa breve, descrição de seu currículo, aliada à sua atuação divulgando Brasília, certamente o chancelam para receber o título de Cidadão Benemérito de Brasília.

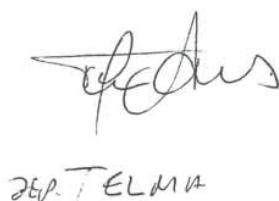
Diante do exposto, consideramos que o Projeto de Decreto Legislativo ora apresentado atende aos requisitos da Resolução nº. 250/2011, da oportunidade e conveniência, portanto, pedimos o apoio dos Nobres Pares para à sua aprovação.

Sala das Sessões, em

> SETAS - 000031 <


DELMASSO - PTN/DF
Deputado Distrital


DEP. LIRA


DEP. TELMA


DEP. SÓLIDO CESAR

JMM


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS


INDICAÇÃO Nº IND 8577/2016
(Da Deputada Celina Leão)

 Em, 28.9.16

Secretário Legislativo

Sugere ao Governo do Distrito Federal, mediante ação da Secretária de Estado de Obras do Distrito Federal, no sentido de executar obras para a pavimentação da Colônia Agrícola Sucupira, localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo I – RA XVII.

> SETAS - 000032 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do seu Regimento Interno, sugere ao Governo do Distrito Federal, mediante ação da Secretária de Estado de Obras do Distrito Federal, no sentido de executar obras para a pavimentação da Colônia Agrícola Sucupira, localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo I – RA XVII.

JUSTIFICATIVA

A proposição é fruto de reivindicação dos moradores do Riacho Fundo I.

O asfaltamento das ruas da referida rua trará muitos benefícios aos moradores e trabalhadores das empresas daquela região, elevará a qualidade de vida daqueles, facilitando a sua locomoção, tornando mais ágil e confortável o transporte da comunidade.

Os usuários daquela via alegam que o asfalto anterior praticamente não existe mais e que as ruas estão com muitos buracos, o que trás inúmeros problemas para as pessoas que trafegam por ali com seus carros, por causa dos danos que os buracos causam nos carros.

SECRETARIA LEGISLATIVA 27/09/2016 17:38

45102 rubrofi



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS



Assim, conclamo os nobres pares desta Comissão a aprovarem a presente
Indicação.

Sala das comissões, em de de 2016.


Deputada **CELINA LEÃO**

> SETAS - 0000033 <


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

 GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE
 Gabinete 5 - 2º Andar Tel. (61) 3348-8052

INDICAÇÃO
IND 8578 /2016

Em,

28/9/16

(Do Sr. Deputado Wasny de Roure)

Secretaria Legislativa

Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal, por meio do Departamento de Trânsito – DETRAN, que realize estudos de tráfego no sentido de encontrar e promover soluções que melhore a segurança dos usuários da Avenida Contorno, no Setor Oeste da Região Administrativa do Gama (RA II).

> SETAS - 000034 <

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador de Distrito Federal, por meio do Departamento de Trânsito – DETRAN, que realize estudos de tráfego no sentido de encontrar e promover soluções que melhore a segurança dos usuários da avenida contorno, no Setor Oeste da Região Administrativa do Gama (RA II).

JUSTIFICAÇÃO

Às margens da referida avenida (EQ 14/18, Área Especial) encontram-se duas instituições de assistência social: a Casa do Menino Jesus e a Creche Divino Espírito Santo, que juntas atendem a mais de 700 crianças. Devido ao intenso tráfego de veículos no local em que estão instaladas, as crianças ficam vulneráveis na entrada e saída destas instituições, colocando suas vidas em risco.

Como compete ao Estado zelar pela qualidade e segurança da sua população, sugerimos ao Senhor Governador do Distrito Federal que realize estudos de tráfego no sentido de encontrar e promover soluções para os problemas apontados.

Sala de Sessões,


Deputado WASNY DE ROURE
PT-DF



> SETAS - 000035 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



INDICAÇÃO Nº **IND 8579 /2016**
(Do Sr. Deputado LIRA)

L I D O
Em, 28,9/16
M
Secretaria Legislativa

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a criação de um posto policial na Área Rural Nova Vitória, localizado na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a criação de um posto policial na Área Rural Nova Vitória, localizado na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de justa reivindicação dos moradores, que buscam segurança pública para aquela área rural.

É imprescindível à segurança dos moradores, a contínua permanência da Polícia Militar na região, onde o índice de criminalidade tem aumentado consideravelmente nos últimos dias.

Considerando que para o Estado é prioritário o atendimento das demandas da sociedade, nada mais justo o acatamento da presente indicação, o qual levará qualidade de vida aos moradores da região.

Diante do exposto, conclamo aos nobres Deputados para a aprovação da presente proposição.

Sala de Sessões, em

[Assinatura]
LIRA – PHS
Deputado Distrital

SECRETARIA LEGISLATIVA 2884/2016 11:14

70112



> SETAS - 000036 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



INDICAÇÃO Nº IND 8580/2016
(Do Sr. Deputado LIRA)

L I D O
em, 28/9/16
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo, que por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, promova a implantação de asfalto na via situada à BR 251 Km 37 Comunidade Rural Nova Betânia-Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, que por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, promova a implantação de asfalto na via situada à BR 251 Km 37 Comunidade Rural Nova Betânia-Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

SECRETARIA LEGISLATIVA 2008/2016 11/14

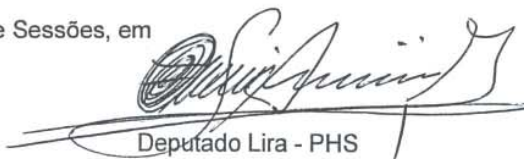
21106

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de justa reivindicação dos moradores de São Sebastião, que buscam melhorias para a região, principalmente ao que se refere a mobilidade urbana.

Por se tratar de justo pleito, que visa melhoria e benefícios, solicito o apoio dos Nobres Pares no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala de Sessões, em


Deputado Lira - PHS



> SETAS - 000037 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



INDICAÇÃO Nº **IND 8581/2016**
(Do Sr. Deputado LIRA)

L I D O
Em. 28/9/16
[Assinatura]
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo, que por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, promova a implantação de asfalto da Área Rural São Bartolomeu – Região Administrativa de São Sebastião-RA XIV.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, que por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, promova a implantação de asfalto na Área Rural São Bartolomeu – Região Administrativa de São Sebastião-RA XIV.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de justa reivindicação dos moradores de São Sebastião, que buscam melhorias para a região, principalmente ao que se refere a mobilidade urbana.

Por se tratar de justo pleito, que visa melhoria e benefícios, solicito o apoio dos Nobres Pares no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala de Sessões, em

[Assinatura]
Deputado Lira - PHS

SECRETARIA LEGISLATIVA 2886/2016 11:15

71106

[Assinatura]



> SETAS - 000038 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



INDICAÇÃO Nº **IND 8582/2016**
(Do Sr. Deputado LIRA)

L I D O
Em, 28/9/16
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo, que por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, promova a implantação de asfalto e calçada da avenida principal do Setor Residencial do Bosque na Região Administrativa de São Sebastião.

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, que por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, promova a implantação de asfalto e calçada da avenida principal do Setor Residencial do Bosque na Região Administrativa de São Sebastião.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de justa reivindicação dos moradores de São Sebastião, que buscam melhorias para a região, principalmente ao que se refere a mobilidade urbana.

Por se tratar de justo pleito, que visa melhoria e benefícios, solicito o apoio dos Nobres Pares no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala de Sessões, em

Deputado Lira - PHS

SECRETARIA LEGISLATIVA 28/09/2016 11:15
90112



> SETAS - 000039 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



IND 8583 /2016
INDICAÇÃO Nº
(Do Sr. Deputado LIRA)

LIDO
28.9.16
M
Câmara Legislativa

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a criação de um posto policial na Área Rural Recanto da Conquista, localizado na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a criação de um posto policial na Área Rural Recanto da Conquista, localizado na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de justa reivindicação dos moradores, que buscam segurança pública para aquela área rural.

É imprescindível à segurança dos moradores, a contínua permanência da Polícia Militar na região, onde o índice de criminalidade tem aumentado consideravelmente nos últimos dias.

Considerando que para o Estado é prioritário o atendimento das demandas da sociedade, nada mais justo o acatamento da presente indicação, o qual levará qualidade de vida aos moradores da região.

Diante do exposto, conclamo aos nobres Deputados para a aprovação da presente proposição.

Sala de Sessões, em

LIRA - PHS
Deputado Distrital

SECRETARIA LEGISLATIVA 2888-2016 11115

90112



> SETAS - 000040 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



INDICAÇÃO Nº
(Do Sr. Deputado LIRA)

IND 8584 /2016

L I D O
Br. 28,9 16
Secretaria Legislativa

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a criação de um posto policial na Área Rural 13 de maio, localizado na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a criação de um posto policial na Área Rural 13 de maio, localizado na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

SECRETARIA LEGISLATIVA 28/09/2016 11:15

DE 70112

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de justa reivindicação dos moradores, que buscam segurança pública para aquela área rural.

É imprescindível à segurança dos moradores, a contínua permanência da Polícia Militar na região, onde o índice de criminalidade tem aumentado consideravelmente nos últimos dias.

Considerando que para o Estado é prioritário o atendimento das demandas da sociedade, nada mais justo o acatamento da presente indicação, o qual levará qualidade de vida aos moradores da região.

Diante do exposto, conclamo aos nobres Deputados para a aprovação da presente proposição.

Sala de Sessões, em

LIRA – PHS
Deputado Distrital



> SETAS - 000041 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



INDICAÇÃO Nº **IND 8585/2016**
(Do Sr. Deputado LIRA)

28 9 16
M. Jativa

Sugere ao Poder Executivo, que por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, promova a implantação de uma PEC, no Assentamento 13 de maio, na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV

A **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, que por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, promova a implantação de uma PEC, no Assentamento 13 de maio, na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação visa atender as várias solicitações dos moradores da Área Rural de São Sebastião, que pedem a instalação de uma academia popular nos moldes daquelas que já existem em outras cidades.

Estas academias são um estímulo a prática de exercício físico, muitas pessoas, principalmente os idosos precisam desenvolver alguma atividade física e não tem condições financeiras para arcar com as mensalidades das academias particulares.

Sendo esse pleito de relevante interesse público, rogo aos nobres pares o apoio para aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em


Deputado Lira - PHS

SECRETARIA LEGISLATIVA 2888/2016 11:15
30112



> SETAG - 000042 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



INDICAÇÃO Nº **IND 8586 /2016**
(Do Sr. Deputado LIRA)

L I D O
28,9/16

M
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo, que por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, promova a implantação de uma PEC, no Assentamento Nova Vitória, na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, que por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, promova a implantação de uma PEC, no Assentamento Nova Vitória, na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação visa atender as várias solicitações dos moradores da Área Rural de São Sebastião, que pedem a instalação de uma academia popular nos moldes daquelas que já existem em outras cidades.

Estas academias são um estímulo a prática de exercício físico, muitas pessoas, principalmente os idosos precisam desenvolver alguma atividade física e não tem condições financeiras para arcar com as mensalidades das academias particulares.

Sendo esse pleito de relevante interesse público, rogo aos nobres pares o apoio para aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Lira - PHS

SECRETARIA LEGISLATIVA 288Set2016 11:16

71102



> SETAS - 000043 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



INDICAÇÃO Nº **IND 8587/2016**
(Do Sr. Deputado LIRA)

L I R A
28/9/16
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo que por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, promova a construção de uma Creche Comunitária no Assentamento 13 de maio, na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo que por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, promova a construção de uma Creche Comunitária no Assentamento 13 de maio, na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de justa reivindicação dos moradores que buscam melhorias para atender demandas referentes a problemas enfrentados pela população quanto a educação das crianças daquela região.

Por se tratar de relevante pleito, que visa melhoria e benefícios, solicito o apoio dos Nobres Pares no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala de Sessões, em

Deputado Lira - PHS

SECRETARIA LEGISLATIVA 28/09/2016 13:16

28/09/16



> SETAS - 000044 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



INDICAÇÃO Nº **IND 8588/2016**
(Do Sr. Deputado LIRA)

L I D O
28/9/16
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo que por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, promova a construção de uma Creche Comunitária no Assentamento Nova Vitória, na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo que por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, promova a construção de uma Creche Comunitária no Assentamento Nova Vitória, na Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de justa reivindicação dos moradores que buscam melhorias para atender demandas referentes a problemas enfrentados pela população quanto a educação das crianças daquela região.

Por se tratar de relevante pleito, que visa melhoria e benefícios, solicito o apoio dos Nobres Pares no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala de Sessões, em


Deputado Lira - PHS

SECRETARIA LEGISLATIVA 28/09/2016 11:16

70112



> SETAS - 000045 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



INDICAÇÃO Nº **IND 8589 /2016**
(Do Sr. Deputado LIRA)

L I D O
Em 28/9/16
Secretaria Legislativa

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal que encaminhe a esta Casa Legislativa, Projeto de Lei, dispondo sobre a criação da Cidade das Motos.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal que encaminhe a esta Casa Legislativa, Projeto de Lei, dispondo sobre a criação da Cidade das Motos.

JUSTIFICAÇÃO

Os deslocamentos nas grandes cidades estão cada vez mais complicados. A lista de ingredientes que torna a mobilidade urbana difícil vai desde o aumento da frota de veículos até a falta de estacionamentos em muitos pontos da Capital, sobretudo para os carros. O resultado disso é favorável à motocicleta que assumiu o papel de "redentora", capaz de salvar seus usuários de horas perdidas em congestionamento. Com isso, aumenta a cada dia o número de pessoas que optaram ou estão prestes a optar pela moto como meio de ir e vir diário.

A presente proposição visa atender reivindicações desse grande número de usuários e comerciantes do setor; que buscam criar, a exemplo da Cidade do Automóvel; a Cidade das Motos. Procura-se reunir em um só lugar representantes de concessionárias, lojas de motos, triciclos e bicicletas novas e seminovas, autopeças, mecânica, locadoras, enfim um setor específico onde poderão comercializar e oferecer seus serviços.

Pretende-se também que a planta da Cidade das Motos preveja ainda, uma praça de alimentação, cinemas, bancos e também uma área para realização de



> SETAS - 000046 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS

grandes eventos, onde poderá sediar o evento Brasília Capital Moto Week, um evento que já faz parte do calendário de eventos do Distrito Federal.

Considerando que para o Estado é prioritário o atendimento das demandas da sociedade, nada mais justo o acatamento da presente indicação, que visa contemplar um segmento que tem crescido e necessita de apoio do Estado para se consolidar.

Sendo esse pleito de relevante interesse público, rogo aos nobres pares o apoio para aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Lira - PHS


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

 Gabinete 05 – 2º andar
 Telefones: 3348-8050/ 8057

MOÇÃO MOÇ 490 /2016
Do Senhor Deputado Wasny de Roure
L I D O
 Em. 28,9 /16

 Secretária Legislativa

Manifesta Moção de Louvor ao livro Hipocrene : Vozes e Vivências Escola-Comunidade, de edição do Centro de Ensino Médio 02 de Planaltina-DF.

> SETAS - 000047 <

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação de Moção de Louvor ao Louvor ao livro Hipocrene: Vozes e Vivências Escola-Comunidade, de edição do Centro de Ensino Médio 02 de Planaltina-DF.

JUSTIFICAÇÃO

Em síntese, o livro é uma amostragem de dois projetos: o SARAU LITERÁRIO, já com mais de três edições, e o projeto EXTRACLASSE SOCIAL. Os textos editados na referida obra traduzem o desejo de tornar pública parte dos resultados obtidos dentro da agenda de ações do Projeto Político-Pedagógico do CEM 02.

Com a publicação do referido livro, ressalta-se a valiosa contribuição de toda a Comunidade Escolar, com especial atenção aos professores (Magna e Xiko) e a imensurável importância da participação dos estudantes, que contribui imensamente para a cidadania crítica, ética e cívica entre o Corpo Discente.

Por isso, queremos registrar nossa moção de louvor ao livro Hipocrene: Vozes e Vivências Escola-Comunidade, de edição do Centro de Ensino Médio 02 de Planaltina-DF.

Sala de Sessões, de setembro de 2016.



Deputado Wasny de Roure – PT

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8000 – DMFA

www.cl.df.gov.br


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

 Gabinete 05 – 2º andar
 Telefones: 3348-8050/ 8057

MOÇÃO **MOÇ 491 /2011**
Do Senhor Deputado Wasny de Roure
L I D O
 Em, 28, 9, 16

 Secretária Legislativa

Manifesta Moção de repúdio ao aumento nas tarifas para frequentadores da Água Mineral, parte integrante do Parque Nacional de Brasília (PNB).

> SETAS - 000048 <

Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação de Moção de repúdio ao aumento nas tarifas para frequentadores da Água Mineral, parte integrante do Parque Nacional de Brasília (PNB).

JUSTIFICAÇÃO


Em síntese, na data de 15 de setembro de 2016, começaram a circular na internet informações de que o governo federal teria decidido privatizar a Água Mineral, que integra o Parque Nacional de Brasília (PNB). A notícia preocupou à Associação dos Amigos do Parque Nacional de Brasília, porém a presidente da entidade se limitou a apresentar uma proposta que prevê a unificação de todos os contratos prestados no local.

A referida mudança ainda, tiraria do Instituto Chico Mendes de Conversação da Biodiversidade (ICMBio) a incumbência de cuidar dos detalhes operacionais do parque, e o órgão poderia se dedicar integralmente à preservação ambiental da unidade.

No entanto, a preocupação gira em torno da empresa selecionada visar apenas os lucros, deixando de priorizar a preservação da área ambiental e que a



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Gabinete 05 – 2º andar
Telefones: 3348-8050/ 8052



integridade dos direitos e interesses públicos não sejam preservados, podendo assim, resultar num aumento considerável das entradas de acesso à Água Mineral, que atualmente custa R\$ 12,00.

Por isso, queremos registrar nossa moção de repúdio à qualquer aumento nas tarifas de utilização da Água Mineral.

Sala de Sessões, de setembro de 2016.

Deputado Wasny de Roure – PT

> SETAS - 000049 <



> SETAS - 000050 <
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

MOÇÃO Nº **MOÇ 492 /2016**
(Do Sr. Deputado Bispo Renato Andrade)

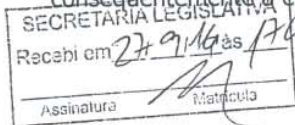
L I D O
 Em, 28, 9 /16

Secretaria Legislativa

Manifesta apoio e solidariedade aos moradores do Condomínio Estância Quintas da Alvorada, no sentido que o Governo do Distrito Federal promova a regularização do condomínio e conseqüentemente a escritura definitiva de seus imóveis.

Excelentíssima Senhor presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do art. 144 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, proponho aos nobres Parlamentares, manifestar apoio e solidariedade aos moradores do Condomínio Estância Quintas da Alvorada, no sentido que o Governo do Distrito Federal promova a regularização do condomínio e conseqüentemente a escritura definitiva de seus imóveis.



JUSTIFICAÇÃO

Quando referimos a moradia estamos defendendo a garantia e tranquilidade fundamental da sociedade que é a família.

Desde 2002, através da Lei Complementar nº 506, a regularização do Condomínio Estância Quintas da Alvorada é permitida, assim não trata mais de questões legais, fundamenta essa propositura no conceito primordial e indispensável para o desenvolvimento de uma comunidade mais justa e que tenha por base o ambiente familiar.

Essa casa não poderá compactuar com a forma desonesta e arbitrária que são tratados os moradores dos condomínios citados, como se estes não tivessem nenhum direito à moradia e serem tratados como grileiros.

A situação apresentada na mídia reflete uma visão distorcida da realidade daquela comunidade, e manifestação arbitrária e de forma irresponsável que a



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



AGEFIS trata os cidadãos de bem, bem como a completa ausência de uma política pública de moradia para famílias e relevante questão social que se encontra os moradores desses condomínios.

O Distrito Federal há anos vive uma série de ocupações irregulares, aonde famílias são vítimas de grileiros que aproveitam a falha do estado em promover políticas de moradia para o padrão dos ocupantes desses condomínios.

O Estado não pode ser omissa a essa situação e tão pouco solucionar de forma tão arbitrária como tem comportado, sem critérios claros para aqueles que há anos foram vítimas de uma falta de política de moradia do estado e refém de grileiros.

As desocupações realizadas têm se realizado de forma preocupante, e tem sido tema que vem ganhando, a cada dia que passa, mais visibilidade na mídia local, trazendo insegurança e desespero para os pais e seus filhos.

A forma adotada pelo atual Governo não retrata uma atitude transparente e com critérios apropriados, já que pune os que já ocupam a mais de 10 anos e pagam seus tributos como IPTU e serviços como Água e Energia Elétrica, o mesmo tratamento daqueles que ocupam as áreas em dias recentes.

Diante disso, por reconhecer o relevante interesse público social que a matéria requer, é que propomos aos nobres Parlamentares o apoio pela aprovação da presente Moção.

Sala das Sessões,

de setembro de 2016.

Deputado AGACIEL MAIA - PR

Deputado BISPO RENATO ANDRADE - PR

Deputada CELINA LEÃO - PPS

Deputado CHICO LEITE - REDE



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Deputado CHICO VIGILANTE - PT

Deputado CRISTIANO ARAÚJO - PSD

Deputado CLÁUDIO ABRANTES - REDE

Deputado JOE VALLE - PDT

Deputado JUAREZÃO - PSB

Deputado JULIO CÉSAR - PRB

Deputada LILIANE RORIZ - PTB

Deputado LIRA - PHS

Deputada LUZIA DE PAULA - PSB

Deputado PROF. ISRAEL - PV

Deputado PROF. REGINALDO VERAS - PDT

Deputado RAFAEL PRUDENTE - PMDB

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB

Deputado RICARDO VALE - PT

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS - PMDB

Deputado RODRIGO DELMASSO - PTN

Deputada SANDRA FARAJ - SD

Deputado TELMA RUFINO - PPL

Deputado WASNY DE ROURE - PT

Deputado WELLINGTON LUIZ - PMDB

> SETAS - 000052 <



> SETAS - 000053 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - DDS



MOÇÃO Nº MOÇ 493 /2016
(Da Deputada Celina Leão)

L I D O
Em. 28,9/16

Secretaria Legislativa

**Manifesta votos de Louvor e aplauso ao
Policia! Militar do Batalhão de Trânsito,
Sargento Sívio de Mello Barriolli, pelo
empenho em prestar socorro ao ciclista
André Luiz Rodrigues, que passou mal
durante sua pedalada em 29 de agosto de
2016.**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO
DISTRITO FEDERAL:**

Com fundamento no art. 144 do Regimento Interno, solicita a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante aprovação desta "Moção", que manifesta votos de Louvor e aplauso ao Policia! Militar do Batalhão de Trânsito, Sargento Sívio de Mello Barriolli, pelo empenho em prestar socorro ao ciclista André Luiz Rodrigues, que passou mal durante sua pedalada em 29 de agosto de 2016.

JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente Moção é manifestar votos de Louvor e aplauso ao Policia! Militar do Batalhão de Trânsito, Sargento Sívio de Mello Barriolli, pelo empenho em prestar socorro ao ciclista André Luiz Rodrigues, que sentiu fortes dores no peito e formigamento no braço ao realizar sua pedalada próximo ao Autódromo Internacional Nelson Piquet em 29 de agosto de 2016.

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

[Handwritten signature]

SECRETARIA LEGISLATIVA - 27/08/2016 17:42
Thayane F0154



> SETAS - 000054 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS



André Luiz Rodrigues, 38 anos, ao passar mal durante sua pedalada, parou a bicicleta e verificando que tinha uma viatura próxima pediu socorro aos policiais militares de trânsito.

Os policiais atenderam prontamente ao pedido de socorro do ciclista, pediram para o ciclista se deitar no chão, retiraram algumas peças de roupa dele para facilitar a respiração e acionaram o Corpo de Bombeiros do DF, mas enquanto esperavam pelo resgate, os militares perceberam que o estado de saúde de Rodrigues havia piorado, foi quando decidiram ligar para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e, sob orientação de um médico do órgão, eles conseguiram recuperar os sinais vitais da vítima.

Na ocorrência divulgada pela PMDF, a corporação detalha que o ciclista teve um quadro de convulsão e os policiais, com as devidas orientações do profissional do SAMU, iniciaram uma massagem cardíaca em Rodrigues, o qual foi retomando a respiração e depois foi levado ao Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), onde recebeu mais cuidados.

A homenagem é um ato de reconhecimento pela bravura e empenho do referido profissional da segurança, que prontamente socorreu o ciclista André Luiz Rodrigues, evitando assim o agravamento da saúde física do ciclista e até mesmo sua morte.

Diante do exposto e da importância de se prestar esta homenagem, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente Moção.

Sala das Comissões, em de de 2016.


Deputada **CELINA LEÃO**



> SETAS - 000055 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão



MOÇÃO Nº MOÇ 494 /2016
(Da Deputada Celina Leão)

L I D O
Em 28/09/16

[Assinatura]
Secretaria Legislativa

Manifesta votos de Louvor e aplauso ao Policial Militar do Batalhão de Trânsito, Cabo Allan Costa Benites, pelo empenho em prestar socorro ao ciclista André Luiz Rodrigues, que passou mal durante sua pedalada em 29 de agosto de 2016.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Com fundamento no art. 144 do Regimento Interno, solicita a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante aprovação desta "Moção", que manifesta votos de Louvor e aplauso ao Policial Militar do Batalhão de Trânsito, Cabo Allan Costa Benites, pelo empenho em prestar socorro ao ciclista André Luiz Rodrigues, que passou mal durante sua pedalada em 29 de agosto de 2016.

SECRETARIA LEGISLATIVA 2785/2016 17402

Thayane 70154

JUSTIFICATIVA

O objetivo da presente Moção é manifestar votos de Louvor e aplauso ao Policial Militar do Batalhão de Trânsito, Cabo Allan Costa Benites, pelo empenho em prestar socorro ao ciclista André Luiz Rodrigues, que sentiu fortes dores no peito e formigamento no braço ao realizar sua pedalada próximo ao Autódromo Internacional Nelson Piquet em 29 de agosto de 2016.

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

[Assinatura]



> SETAS - 000056 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS



André Luiz Rodrigues, 38 anos, ao passar mal durante sua pedalada, parou a bicicleta e verificando que tinha uma viatura próxima pediu socorro aos policiais militares de trânsito.

Os policiais atenderam prontamente ao pedido de socorro do ciclista, pediram para o ciclista se deitar no chão, retiraram algumas peças de roupa dele para facilitar a respiração e acionaram o Corpo de Bombeiros do DF, mas enquanto esperavam pelo resgate, os militares perceberam que o estado de saúde de Rodrigues havia piorado, foi quando decidiram ligar para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e, sob orientações de um médico do órgão, eles conseguiram recuperar os sinais vitais da vítima.

Na ocorrência divulgada pela PMDF, a corporação detalha que o ciclista teve um quadro de convulsão e os policiais, com as devidas orientações do profissional do SAMU, iniciaram uma massagem cardíaca em Rodrigues, o qual foi retomando a respiração e depois foi levado ao Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), onde recebeu mais cuidados.

A homenagem é um ato de reconhecimento pela bravura e empenho do referido profissional da segurança, que prontamente socorreu o ciclista André Luiz Rodrigues, evitando assim o agravamento da saúde física do ciclista e até mesmo sua morte.

Diante do exposto e da importância de se prestar esta homenagem, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação da presente Moção.

Sala das Comissões, em de de 2016.


Deputada **CELINA LEÃO**



> SETAS - 000057 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA



REQUERIMENTO Nº DE 2016
(Dos Deputados LUZIA DE PAULA e DELMASSO)

RQ 2043 /2016

L I D O
 Em, 28/9/16
 M
 Secretária Legislativa

Requer a realização de Sessão Solene no dia 11 de novembro de 2016, às 19 horas, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em comemoração ao 70º aniversário do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeremos, com fulcro nos arts. 99, IV e 124 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a realização de uma Sessão Solene no dia 11 de novembro de 2016, às 19 horas, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em comemoração ao 70º aniversário do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento tem por finalidade possibilitar a realização de uma sessão solene pela Câmara Legislativa do Distrito Federal em comemoração ao 70º aniversário de fundação do SESC e do SENAC.

SOBRE O SESC

O Serviço Social do Comércio (SESC), segundo a Wikipédia, é uma instituição privada fundada em 1946, mantida pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo, com atuação em todo território nacional, voltada prioritariamente para o bem-estar social dos seus empregados e familiares, mas aberto à comunidade em geral. Atua nas áreas da Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência.

O SESC hoje está presente em diversas de cidades, grandes e pequenas, de Norte a Sul do Brasil. São mais de cinco mil unidades prestando anualmente atendimentos a mais de 350 milhões de pessoas, com mais de 2 milhões de beneficiários diretos, sempre atendendo os segmentos sociais mais vulneráveis da sociedade. (fonte: SESC/DF).

O SESC atua no Distrito Federal desde 1966, promovendo ações de educação, saúde, cultura, ação social, desenvolvimento físico e esportivo, lazer, alimentação e turismo social, por meio de atividades, programas e projetos propositivos e inovadores. (fonte: SESC/DF).





> SETAS - 000058 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA**



SOBRE O SENAC

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) é, desde sua criação, em 1946, o principal agente da educação profissional voltado para o Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Mais de 55 milhões de atendimentos já foram prestados pelo Senac. A Instituição oferece toda a sua experiência a trabalhadores e empresários, com programações presenciais e a distância, de norte a sul do Brasil.

São milhares de programações, em centenas de ambientes educacionais de ponta e especializados, como as empresas pedagógicas e as unidades móveis, espalhados em mais de 3 mil municípios, em todos os estados do país e no Distrito Federal. *(fonte: SENAC/Nacional).*

Ressalte-se que no Distrito Federal o SESC e o SENAC são administrados pela Fecomércio, entidade esta que é presidida pelo administrador de empresa, empresário do ramo farmacêutico e ex-senador da República, Adelmir Santana, cuja história de luta pelo desenvolvimento do setor de comércio bens, serviços e turismo, especialmente das micro e pequenas empresas, é reconhecida nacionalmente.

Pela história em de defesa dos trabalhadores no comércio de bens, serviços e turismo acreditamos que é justo e oportuno a realização da sessão solene requerida, de forma a homenagear duas entidades sérias e comprometidas com a construção de novos tempos para o Brasil e, logicamente, para o Distrito Federal.

Diante de todo o exposto, rogamos aos nobres Pares o apoio para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em.....


Deputada LUZIA DE PAULA
Autora


Deputado DELMASSO
Autor


Boris Delmaso

DATA RESERVADA NA AGENDA GERM DE EVENTOS:
11/11/2016
HOR LOCAL: 19h




CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE
Gabinete 05 – 2º andar
Telefones: 3348-8051/8052

REQUERIMENTO Nº RQ 2044 /2016

Do Sr Deputado Wasny de Roure

L I D O
Em, 28/9/16
Secretaria Legislativa

Requer o registro da Frente Parlamentar em Defesa do Turismo do DF.

> SETAS - 000059 <

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com base na Resolução nº 255, de 2012, requeremos o registro da **Frente Parlamentar em Defesa do Turismo do DF**, constituída com a finalidade de contribuir para a promoção do turismo no DF por meio do aprimoramento da legislação e outras atividades afins.

SECRETARIA LEGISLATIVA
Recebi em 27/9/16
Assinatura: [assinatura] Matrícula: [assinatura]

JUSTIFICAÇÃO

Os governos buscam novas alternativas de receitas por meio de caminhos sustentáveis de desenvolvimento econômico, social, ambiental e humano. Buscam ainda desenvolver negócios, empregos e mecanismos que ampliem a participação de cidadãos, empresas e demais instituições para o crescimento duradouro e ordenado. Nesse cenário, o Turismo adquire vital importância.

É de conhecimento geral a fragilidade do turismo no Distrito Federal. O grande responsável por essa carência é a ausência de políticas públicas e a falta de comprometimento do Poder Público com a gestão e o financiamento de projetos voltados para esse setor, bem como a indisponibilidade de recursos no orçamento distrital para o desenvolvimento de ações complementares aos esforços dos entes privados.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Gabinete 05 – 2º andar
 Telefones: 3348-8051/8052

Brasília possui atrativos naturais, culturais, arquitetônicos, infraestrutura turística e adequação para eventos de diferentes portes, capacidade empresarial, etc. O turismo em Brasília deve ser estimulado e fomentado a partir de uma gestão compartilhada e focada em benefícios para a população e para os empresários do setor.

A criação de uma Frente Parlamentar em Defesa do Turismo no Distrito Federal visa o aprimoramento da legislação sobre o tema, o debate, a deliberação e o incentivo a execução de políticas públicas, integradas ao setor privado, buscando soluções para os gargalos que impedem o desenvolvimento do turismo no DF. Entre os desafios está a alteração na legislação, a reformulação do Fundo de Fomento à Indústria do Turismo no DF – FITUR e a vinculação de recursos à receita corrente líquida para o fomento à indústria do turismo no DF.

Ante o exposto, contamos com a sensibilidade e apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 2016

Dep. Wasny de Roure – PT

Dep. Joe Valle - PDT

Dep. Agaciel Maia – PR

Dep. Luzia de Paula – PSB

Dep. Bispo Renato – PR

Dep. Prof. Israel Batista - PV

Dep. Celina Leão – PPS

Dep. Prof. Reginaldo Veras - PDT

Dep. Chico Leite – REDE

Dep. Rafael Prudente - PMDB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

Gabinete 05 – 2º andar
Telefones: 3348-8051/8052

Dep. Chico Vigilante – PT

Dep. Raimundo Ribeiro - PPS


Dep. Claudio Abrantes – REDE


Dep. Ricardo Vale – PT

Dep. Cristiano Araújo – PSD

Dep. Robério Negreiros – PSDB

Dep. Juarezão – PSB

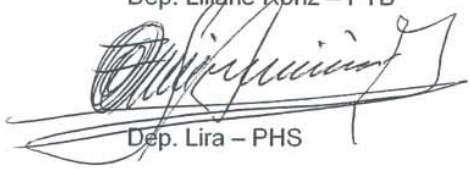
Dep. Rodrigo Delmasso – PTN

Dep. Júlio Cesar – PRB

Dep. Wellington Luiz - PMDB

Dep. Liliane Roriz – PTB

Dep. Sandra Faraj - SD


Dep. Lira – PHS

Dep. Telma Rufino

> SETAS - 000051 <




ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO TURISMO DO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA

Art. 1º A Frente Parlamentar em Defesa do Turismo do Distrito Federal é uma associação suprapartidária, composta por pelo menos um terço dos Deputados Distritais, constituída no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal e integrada por seus subscritores, nos termos da Resolução nº 255, de 2012.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar é instruída sem fins lucrativos e com duração limitada à Sétima Legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

CAPÍTULO II – DAS FINALIDADES

Art. 2º São finalidades desta Frente Parlamentar:

I – Criar uma instância permanente e legítima de articulação, mobilização, organização e fortalecimento do conjunto de ações e decisões dos governos, voltadas para o fomento e a solução de problemas do Turismo no DF;

II - Acompanhar a política governamental, os projetos e programas direcionados à promoção e incentivo do Turismo no DF, manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade e execução;

III. Aprimorar e propor inovações na legislação voltada à criação, implementação, promoção, divulgação, acompanhamento, fomento e avaliação de políticas e ações relacionadas ao turismo local, buscando atuar transversalmente no processo legislativo, a partir das comissões temáticas da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

IV. Trabalhar para aumentar a efetividade das políticas, programas e mecanismos existentes e, quando necessário, desenvolver ou sugerir a adoção de outros mais apropriados ao desenvolvimento e promoção do turismo no Distrito Federal;

V. Articular-se com os órgãos do Executivo, Judiciário e Ministério Público do Distrito Federal como com as entidades empresariais, não-governamentais e do Terceiro Setor, tendo em vista acompanhar e incentivar a adoção de políticas e ações de desenvolvimento do turismo.

VI. Recolher e divulgar informações sobre fontes de fomento, financiamento e outras formas de apoio a projetos relacionados à promoção e difusão do turismo local;

> SETAS - 000002 <

J





KQ



VII. Promover o intercâmbio com entes assemelhados dos Parlamentares de outros estados, visando à troca, registro e difusão de experiências na área, sobretudo as bem-sucedidas, e ao aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas estaduais de apoio ao turismo;

VIII. Sugerir, incentivar e promover a produção de material didático, comunicacional, promocional alusivo ao tema da Frente;

IX. Acolher, verificar e encaminhar soluções para as denúncias de descuido ou infração para com o turismo, provenientes da sociedade;

X. Zelar pelo cumprimento da legislação que visa a proteger, promover e difundir o turismo do Distrito Federal;

Art. 3º Compete à Frente Parlamentar:

I – realizar audiências públicas para discussão e encaminhamento de soluções;

II – requisitar a participação de autoridades públicas diversas nos trabalhos da Frente Parlamentar;

III – receber demandas e garantir a participação da comunidade;

IV – propor e fiscalizar medidas executivas, legislativas e judiciais com vistas ao apoio ao Turismo;

V – promover o intercâmbio de informações entre os diversos órgãos governamentais e não governamentais envolvidos na temática.

CAPÍTULO III – DOS MEMBROS

Art. 4º Integram a Frente Parlamentar em Defesa do Turismo do DF:

I – Como membros fundadores, os Deputados Distritais integrantes da Sétima Legislatura subscritores do registro da Frente;

II – Como membros efetivos, os parlamentares que requererem Termo de Adesão em data posterior ao registro da Frente;

III – Como colaboradores, as pessoas, pesquisadores, especialistas, profissionais, órgãos, entidades, instituições, associações, institutos e assemelhados, que se interessarem pelos objetivos da Frente.

CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA

Art. 5º Compõem a Frente:

I. A Assembleia Geral, composta pelos Parlamentares filiados à Frente.

> SETAB - 000063 <

11

112

↓

II. O Conselho Executivo é integrado pelo:

Presidente;

Vice-presidente;

Secretário Geral

Membros fundadores.

III. O Conselho Consultivo, integrado por 3 (três) conselheiros efetivos indicados pelo Conselho Executivo, em reunião convocada para este fim.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Executivo, dos coordenadores e os membros do conselho consultivo será de 1 (um) ano, com direito a 1(uma) reeleição.

§ 2º A representação do Conselho Consultivo deverá abranger representantes de áreas afins, instituições e empresas ligadas ao turismo do Distrito Federal.

§ 3º Consultores externos poderão ser convidados pelo Conselho Executivo para assessoria temporária em temas específicos.

§ 4º A participação nos cargos previstos neste artigo não ensejará qualquer forma de remuneração.

Art. 6º Compete à Assembleia-Geral:

I – eleger ou destituir os integrantes do Conselho Executivo e do Conselho Consultivo;

II – aprovar os relatórios apresentados pelo Conselho Executivo;

III – estabelecer as diretrizes políticas da atuação da Frente;

IV – supervisionar a atuação do Conselho Executivo;

V – promover as alterações necessárias a este Estatuto.

§ 1º As decisões da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples dos votantes, presente a maioria absoluta dos membros da Frente, em primeira chamada, e por maioria simples dos votantes, presentes dez por cento de seus membros, na hipótese de segunda chamada.

Art. 7º Compete ao Conselho Executivo:

I – implementar as diretrizes políticas estabelecidas pela Assembleia Geral;

II – tomar as decisões políticas e administrativas necessárias para que se atinjam os objetivos da Frente;

III – elaborar relatórios sobre a atuação da Frente;

> SETMS - 000064 <

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

IV – convocar a Assembleia-Geral.

§ 1º São atribuições do Presidente:

I – representar a Frente perante o Poder Público e entidades públicas e privadas;

II – convocar as reuniões do Conselho Executivo;

III – presidir as reuniões do Conselho Executivo e da Assembleia-Geral.

§ 2º São atribuições do Vice-presidente auxiliar o Presidente e substituí-lo em casos de impedimento ou ausência.

§ 3º São atribuições do Secretário-Geral:

I – planejar e coordenar as atividades do Conselho Executivo;

II – tomar as iniciativas necessárias para que as decisões do Conselho Executivo sejam cumpridas.

§ 4º Os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Executivo são privativos de Deputados Distritais.

Art. 8º A Frente será dissolvida por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia-Geral.

Art. 9º Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Executivo.

Art. 10º A Assembleia-Geral aprovará normas específicas regulando:

I – as eleições periódicas para os cargos do Conselho Executivo;

II – o ingresso de novos filiados;

III – a desfiliação voluntária ou compulsória.

Art. 11. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pelos membros da Frente Parlamentar em Defesa do Turismo do Distrito Federal.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS


Art. 12. O Deputado Distrital Wasny de Roure é o representante da Frente perante a Câmara Legislativa do Distrito Federal, até que seja escolhido o Presidente.

Brasília, 27 de Setembro de 2016.

> SETAG - 000065 <

ATA DE FUNDAÇÃO E CONSITUIÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO TURISMO NO DISTRITO FEDERAL

1 Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às quatorze
2 horas, reuniram-se na sala de reuniões do Plenário na Câmara Legislativa do
3 Distrito Federal, os(as) Deputados(as) Distritais que subscreveram a Lista de
4 Adesão (Requerimento) à Frente Parlamentar em Defesa do Turismo do Distrito
5 Federal, nos termos da Resolução nº 255, de 2012, para fundar e constituir a
6 FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO TURISMO NO DISTRITO FEDERAL, com
7 a finalidade precípua de criar uma instância permanente e legítima de articulação,
8 mobilização, organização e fortalecimento do conjunto de ações e decisões dos
9 governos, voltadas para a solução de problemas relativos ao turismo no Distrito
10 Federal. O Deputado Distrital Wasny de Roure assumiu a secretaria dos trabalhos,
11 informando que o objetivo da reunião era a fundação e constituição da Frente.
12 Colocado em votação, o Estatuto foi aprovado por unanimidade, fazendo parte
13 da presente Ata, e, conseqüentemente, foi declarada criada a FRENTE
14 PARLAMENTAR EM DEFESA DO TURISMO NO DISTRITO FEDERAL. Em seguida
15 passou-se à composição do Conselho Executivo, eleita em chapa única: a)
16 Deputado Wasny de Roure - Presidente; b) Deputado Joe Valle - Vice-presidente;
17 c) Joan de Góes Martins, servidor da Câmara Legislativa do Distrito Federal -
18 Secretário-Geral. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por
19 encerrado os trabalhos, tendo determinado a lavratura da presente ata, assinada
20 pelo Presidente e demais Deputados(as) Distritais que subscreveram a Lista de
21 Adesão (Requerimento) à FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO TURISMO NO
22 DISTRITO FEDERAL.


Dep. Wasny de Roure - PT
Dep. Joe Valle - PDT
Dep. Agaciel Maia - PR
Dep. Luzia de Paula - PSB
Dep. Bispo Renato - PR
Dep. Prof. Israel Batista - PV

Dep. Celina Leão – PPS


Dep. Prof. Reginaldo Veras - PDT

Dep. Chico Leite – REDE

Dep. Rafael Prudente - PMDB

Dep. Chico Vigilante – PT

Dep. Raimundo Ribeiro - PPS


Dep. Claudio Abrantes – REDE


Dep. Ricardo Vale – PT

Dep. Cristiano Araújo – PSD

Dep. Robério Negreiros – PSDB

Dep. Juarezão – PSB

Dep. Rodrigo Delmasso – PTN

Dep. Júlio Cesar – PRB

Dep. Wellington Luiz - PMDB

Dep. Liliane Roriz – PTB

Dep. Sandra Faraj - SD


Dep. Lira – PHS

Dep. Telma Rufino

> SETAS - 000067 <

+



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão

REQUERIMENTO Nº RQ 2045 /2016
(Da Deputada CELINA LEÃO)

LIDO
Em. 28/9/16
Secretaria Legislativa

> SETAS - 000068 <

Requer a realização de Audiência Pública, no Salão Comunitário da Associação dos Moradores do Engenho Velho, localizado na Rodovia DF 150, Km 12, Quadra 10, Lote 05, Rua 01, Conjunto A, Engenho Velho – Fercal, no dia 13 de outubro de 2016, às 19 horas, para debater assuntos de interesse da comunidade e sobre a destinação de recursos do orçamento do Distrito Federal para a Região Administrativa da Fercal - RA XXXI.

SECRETARIA LEGISLATIVA Z75840-5 17:40
Thayane 70154

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro nos termos do art. 85, 99, 135, 239, 240 e 241, do Regimento Interno, requeremos a realização de Audiência Pública, no Salão Comunitário da Associação dos Moradores do Engenho Velho, localizado na Rodovia DF 150, Km 12, Quadra 10, Lote 05, Rua 01, Conjunto A, Engenho Velho – Fercal, no dia 13 de outubro de 2016, às 19 horas, para debater assuntos de interesse da comunidade e sobre a destinação de recursos do orçamento do Distrito Federal para a Região Administrativa da Fercal - RA XXXI.

Sugerimos que sejam convidados os seguintes órgãos e entidades representativas:

- 1 – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal;**

Handwritten signatures and initials are present throughout the document, including a large signature on the left side of the list, and several initials on the right side.

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS



- 2 - Secretario de Estado de Cultura do Distrito Federal;**
3 – Secretario de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Distrito Federal;
4 – Secretario de Estado de Gestão do Território e Habitação do distrito Federal;
5 - Secretario de Estado de Educação do Distrito Federal;
6 – Comandante dos Bombeiros Militares da Região Administrativa da Fercal;
7 – Comandante dos Policiais Militares da Região Administrativa da Fercal;
8 – Presidente da Fábrica de Cimento CIPLAN;
9 – Presidente da Votorantim Cimentos;
10 – Presidente da Empresa PEDREIRAS CONTAGEM;
11 – Presidente da Empresa PEDRACON.

> SETAS - 000069 <

JUSTIFICATIVA

O Requerimento ora posto é no sentido de levantar discussões com as autoridades do DF, Empresários que atuam na região, bem como com a população, sobre a destinação de recursos do orçamento do Distrito Federal para a Região Administrativa da Fercal e assuntos de interesse da comunidade.

A região chamada Fercal, nasceu em meados de 1961, a partir da autorização do então Presidente do Brasil na época, Juscelino Kubitschek. Com 60 anos de existência e autonomia administrativa, a Fercal tornou-se a 31ª Região Administrativa, por meio da Lei nº 4.745, de 29.01.2012.

Hoje, a Região Administrativa da Fercal arrecada para o Tesouro do Distrito Federal mais de 400 milhões anuais, provenientes de tributos gerados pelas empresas CIPLAN, VOTORANTIM, PEDREIRA CONTAGEM, PEDRACON e outras mineradoras instaladas na região.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS



A RA está situada às margens da Área de Proteção Ambiental – APA Cafuringa, que é rica em recursos minerais. O calcário contribui para o crescimento socioeconômico e cultural da cidade. A Fercal é a primeira cidade operacional do Distrito Federal, devido às grandes e pequenas empresas instaladas. Essas empresas produtoras de cimento e asfalto a tornam a segunda maior geradora de impostos no DF. A mão de obra é direcionada aos trabalhadores locais, diminuindo o desemprego da região.

O potencial turístico é enorme, e as condições, privilegiadas. Há cachoeiras, grutas, cavernas, riachos, trilhas e as áreas de proteção ambiental. A marca do setor é o ecoturismo.

Busca-se com esta audiência pública, debater com as autoridades, Empresários e a comunidade, as necessidades dos moradores da FERCAL, bem como alavancar a transferência de recursos para aquela Região Administrativa.

Diante disso, propomos a realização desta Audiência Pública, para juntamente com as diversas autoridades e os interessados, possamos discutir os temas apresentados e buscar soluções que efetivamente vão trazer melhorias para a população da Fercal.

Sala das Comissões, em de de 2016.


Celina Leão - PPS
Deputada Distrital


Agaciel Maia - PR
Deputado Distrital


Bispo Renato Andrade – PR
Deputado Distrital


Chico Leite – REDE
Deputado Distrital

> SETAS - 000070 <





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Deputada Distrital Celina Leão - PPS



Chico Vigilante – PT
Deputado Distrital

Cláudio Abrantes - REDE
Deputado Distrital

Cristiano Araújo - PSD
Deputado Distrital

Juarezão - PSB
Deputado Distrital

Júlio César - PRB
Deputado Distrital

Liliane Roriz - PTB
Deputada Distrital

Lira – PHS
Deputado Distrital

Luzia de Paula – PSB
Deputada Distrital

Prof. Israel Batista – PV
Deputado Distrital

Prof. Reginaldo Veras – PDT
Deputado Distrital

Rafael Prudente – PMDB
Deputado Distrital

Raimundo Ribeiro – PPS
Deputado Distrital

Ricardo Vale – PT
Deputado Distrital

Robério Negreiros - PSDB
Deputado Distrital

Rodrigo Delmasso – PTN
Deputado Distrital

Joe Valle– PDT
Deputado Distrital

Sandra Faraj – SD
Deputada Distrital

Telma Rufino – Sem Partido
Deputada Distrital

Wasny de Roure – PT
Deputado Distrital

Wellington Luiz - PMDB
Deputado Distrital

> SETAS - 000071 <





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS



REQUERIMENTO Nº RQ 2046 /2016
(Da Deputada CELINA LEÃO - PPS)

L I D O
Em. 28/9/16
Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informação ao Senhor Secretário de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal - SEGETH/DF, referente à regulamentação da Lei nº 1.089/1996, que "Cria o Núcleo Rural Córrego do Palha na Região Administrativa do Lago Norte (RA - XVIII) e dá outras providências."

> SETAS - 000072 <

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeremos, nos termos dos art. 60, inc. XXIII da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 15, inc. III; art. 39, § 2º, inc. XII e art. 40, ambos do Regimento Interno desta Casa, que seja solicitado informações ao Senhor Secretário de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal - SEGETH/DF, referente à regulamentação da Lei nº 1.089/1996, que "Cria o Núcleo Rural Córrego do Palha na Região Administrativa do Lago Norte (RA - XVIII) e dá outras providências.", nos termos dos seguintes quesitos:

1 – Informar se a Lei nº 1.089, de 27 de maio de 1996, que "Cria o Núcleo Rural Córrego do Palha na Região Administrativa do Lago Norte (RA - XVIII) e dá outras providências." já foi regulamentada, conforme previsto em seu art. 5º.

SECRETARIA LEGISLATIVA 27/09/2016 17:53

Thayana 70154



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PPS



2 – Informar quais são as normas que trouxe a regulamentação;

3 – Caso a Lei não tenha sido regulamentada, informar qual o prazo previsto para o cumprimento do disposto no art.5º da referida norma.

JUSTIFICATIVA

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do DF, conforme estatui o art. 77, da LODF:

"Art. 77 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder."

Diante dos fatos expostos, conto com o apoio dos Nobres pares no sentido de aprovarem o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2016.


CELINA LEÃO
Deputada Distrital



> SETAS - 000074 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes REDE/DF



REQUERIMENTO Nº RQ 2047/2016
(Do Senhor Deputado Claudio Abrantes)

L I D O
 Em, 28, 9 16

Secretaria Legislativa

Requer a retirada e o arquivamento das proposições que mencionam.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.

Nos termos do artigo 136, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, requiro a retirada e arquivamento das proposições a seguir:

PL 1140/2016 que "*Dispõe sobre a implantação do Programa de Coleta, Tratamento e Reciclagem de óleos, cremes vegetais e gorduras de origem vegetal ou animal, inclusive de uso culinário residencial, mediante a adoção de medidas de controle técnico, de maneira a evitar o lançamento ou a liberação de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos, nas águas, ar ou solo, no perímetro do Distrito Federal e dá outras providências*".

IND 7690/2016 que "*Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, que determine ao senhor diretor da Companhia Energética de Brasília, que promova a alteração do posicionamento dos postes de iluminação pública colocados nas vias de rolamentos em toda Vila Buritis, Planaltina – DF*".

IND 7691/2016 que "*Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Polícia Civil do Distrito Federal, a criação da Delegacia de Polícia do Itapuã, Região Administrativa - RA XXVIII*".

IND 7692/2016 que "*Sugere Ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Polícia Civil do Distrito Federal, a criação da Delegacia de Polícia Civil da Cidade Estrutural/SCIA, Região Administrativa - RA XXV*".



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes REDE/DF



IND 7693/2016 que "Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Polícia Civil do Distrito Federal, a criação da Delegacia de Polícia Civil do Sol Nascente, Região Administrativa de Ceilândia - RA IX".

IND 7694/2016 que "Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Polícia Civil do Distrito Federal, a criação da Delegacia de Polícia Civil de Águas Claras, Região Administrativa - RA XX".

IND 7695/2016 que "Sugere ao excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, através da Polícia Civil do DF, a construção da sede definitiva da 35ª Delegacia de Polícia Civil, localizada na Região Administrativa de Sobradinho II - RA XXVI".

IND 7696/2016 que "Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Polícia Civil do Distrito Federal, a criação da Delegacia de Polícia Civil do Setor Habitacional Arapoanga, Região Administrativa de Planaltina - RA VI".

JUSTIFICATIVA

Solicito a retirada e o arquivamento das mencionadas proposições, diante da necessidade da realização de estudos complementares no aprimoramento das matérias.

Sala das Sessões em, de de 2016


Deputado **CLAUDIO ABRANTES**
REDE/DF

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 09 2016	15h	83ª SESSÃO ORDINÁRIA	1		

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 83ª
(OCTOGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 28 DE SETEMBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos, conforme disposto no art. 109, § 4º, do Regimento Interno, declaro suspensa a sessão por trinta minutos.

(Suspensa às 15h02min, a sessão é reaberta às 15h31min.)

(Suspensa às 15h02min, a sessão é reaberta às 15h31min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Declaro reaberta a presente sessão ordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Dispensar a leitura e indago se algum Deputado deseja retificar as atas.
(Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	09	2016	15h.	83ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				2	

Não havendo pedido de retificação, e como as atas são de conhecimento de todos os Deputados, dou como lidas e aprovadas as seguintes:

- Ata da 82ª Sessão Ordinária;
- Ata da 18ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 19ª Sessão Extraordinária.

Estão presentes em plenário os Deputados Raimundo Ribeiro, Bispo Renato Andrade, Prof. Reginaldo Veras, Lira e este Presidente aqui, que não falta a uma sessão. Não há *quorum* para dar continuidade.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h36min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 84ª
(OCTOGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 29 DE SETEMBRO DE 2016**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Chico Leite

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 22 minutos

TÉRMINO: 19 horas e 9 minutos

L I D O
Em, 11.10.16

Secretaria Legislativa

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|--------------------------------------|--|
| • Deputado Agaciel Maia – PR | • Deputado Lira – PHS |
| • Deputado Bispo Renato Andrade – PR | • Deputada Luzia de Paula – PSB |
| • Deputada Celina Leão – PPS | • Deputado Prof. Israel – PV |
| • Deputado Chico Leite – Rede | • Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT |
| • Deputado Chico Vigilante – PT | • Deputado Raimundo Ribeiro – PPS |
| • Deputado Cláudio Abrantes – Rede | • Deputado Ricardo Vale – PT |
| • Deputado Cristiano Araújo – PSD | • Deputado Robério Negreiros – PSDB |
| • Deputado Delmasso – PTN | • Deputada Sandra Faraj – SD |
| • Deputado Joe Valle – PDT | • Deputada Telma Rufino – sem partido |
| • Deputado Juarezão – PSB | • Deputado Wasny de Roure – PT |
| • Deputado Julio Cesar – PRB | • Deputado Wellington Luiz – PMDB |

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Chico Leite):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

ATA SUCINTA DA 84ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2016

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: (SF/A/SR/ToF)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

2

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Chico Leite):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 2.023, de 2016, de autoria do Deputado Chico Leite, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater a situação hídrica: desafios e propostas para o Distrito Federal.

3 ENCERRAMENTO


Presidente (Deputado Chico Leite):

– Após concluída a comissão geral, agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)**ATA SUCINTA DA 84ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 29 DE SETEMBRO DE 2016**

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: _____ (SF/A/SR/ToF)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 84ª
(OCTOGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O TEMA "SITUAÇÃO HÍDRICA: DESAFIOS E
PROPOSTAS PARA O DISTRITO FEDERAL".
DE 29 DE SETEMBRO DE 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.023, de 2016, de autoria da bancada da Rede Sustentabilidade, esta sessão fica transformada em comissão geral.


(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – A presente comissão geral, conforme deliberação do Plenário a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa, destina-se a debater o tema: "Situação Hídrica – Desafios e Propostas para o Distrito Federal".

Suspendo a reunião por 5 minutos para que o grupo de trabalho prepare as ações para a comissão.

(Suspensão às 15h23min, a sessão é reaberta às 15h34min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Boa tarde a todas e a todos. Nós vamos reiniciar os nossos trabalhos. Hoje temos uma comissão geral que vai discutir um tema muito em voga: a crise hídrica, desafios e propostas para o Distrito Federal.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		2

Peço licença para compor a Mesa dos trabalhos. Nós empregamos um método para a formação da Mesa, porque o ideal era que se invertesse o processo, quem estivesse aí estaria na Mesa; mas todo mundo vai ter oportunidade de debater, o tema é importante. Nós precisamos prevenir, apurar responsabilidades. Nós utilizamos um método: problematizar para cercar o foco e dar oportunidade de o debate ser feito sobre esse foco. Por isso, começamos pela academia.


Convido para tomar assento à Mesa: o Professor Dr. Dirceu Silveira Reis Júnior; o Sr. Presidente da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA, Professor Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles; o Sr. Presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, Dr. Maurício Ludovice; a Sra. Presidente do Ibram, Dra. Jane Maria Vilas Boas; o Sr. Secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, José Guilherme Leal – o Secretário André Lima chegou? –; o Sr. Secretário de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Antônio Gutemberg Gomes de Souza – Guto; o Sr. Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paranoá, Dr. Jorge Enoch Furquim Werneck Lima; e por último, representando o Fórum das ONGs Ambientalistas, o Professor Luiz Mourão.

A comissão que organizou os trabalhos procurou trabalhar sob um raio em que todos os segmentos, todos os agentes, os atores de maneira geral, estivessem aqui representados. Antes de começar, estão presentes entre nós: o Deputado Chico Vigilante, muito obrigado pela presença; o Deputado Joe Valle estava há pouco entre nós, muito obrigado pela presença e pela dedicação. Os Parlamentares, segundo o Regimento, têm precedência na fala, então S.Exas., quando acharem por bem, podem pedir a palavra, que nós a franquearemos. O Deputado Cláudio Abrantes, coautor desta comissão geral, está chegando, está a caminho, pois tem outra agenda.

Eu agradeço a presença e a participação de todas e de todos que aqui vieram tomar, de alguma sorte, seu assento num tema de responsabilidade coletiva. Todos somos responsáveis. Vamos apurar e prevenir responsabilidades, mas, de alguma sorte, nenhum de nós pode omitir-se diante do problema, até porque toda vez que chove, a gente costuma se esquecer do problema. Não é incomum que isso ocorra. Tivemos aí as primeiras chuvas e precisamos ficar atentos.

A ideia é problematizar, como eu disse no início, e em seguida estabelecer métodos que possam prevenir crises futuras. Estou no Parlamento há quatorze anos, e há quatorze anos nós debatemos isso todos os anos. Agora chegamos ao limite máximo da nossa possibilidade.

Pois bem, dentro desse método, concedo a palavra ao Dr. Dirceu Silveira Reis Júnior para lançar o problema.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA			
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO (COMISSÃO GERAL)	3
				ORDINÁRIA	

SR. DIRCEU SILVEIRA REIS JÚNIOR – Boa tarde a todos. Vou fazer certamente uma provocação, na verdade, pois são cinco minutos. Serei bem breve. Lembrando que eu falei na terça-feira, aqui na Câmara mesmo, na reunião da comissão, que adotar essa abordagem sempre reativa à ocorrência de um fenômeno como esse, de escassez hídrica, é uma falha. Eu fiquei bastante convencido de que no Distrito Federal a gente tem oportunidade de evitar esse problema.


Falou-se muito em medidas, muito além daquelas que a gente esperaria apenas em tom emergencial. É fundamental analisar uma série de medidas possíveis, estruturantes e não apenas emergenciais, para lidar com o problema. Como tenho muito pouco tempo, eu gostaria de focar na necessidade de conhecer melhor o quanto se tem disponível de água e o quanto se consome de água. Acho primordial que se faça um esforço aqui no Distrito Federal para conhecer melhor o consumo de água propriamente dito ao longo do tempo, e o que se espera que vá acontecer no futuro, de modo que consigamos fazer uma gestão mais adequada da água.

O processo de outorga é importante, mas sem uma fiscalização mais atuante, é difícil fazer com que, de fato, haja um balanço entre oferta e demanda. A Caesb, na terça-feira – o presidente está aqui ao meu lado – fez uma bela explicação dos investimentos que estão sendo feitos para aumento de oferta, o que é extremamente importante para conseguir equilibrar o balanço entre oferta e demanda, mas a gente não pode ficar só na questão de aumento de oferta. Temos que nos preocupar basicamente também com a questão de redução de demanda, usar a água de forma mais racional. Para isso, há uma série de medidas possíveis que precisam ser, na verdade, definidas de forma conjunta.

Este é outro ponto que eu gostaria de deixar como mensagem aqui nesses cinco minutos, ainda mais porque estamos na Câmara Legislativa: é necessário que a gente construa um processo para frente, para tornar a sociedade do Distrito Federal mais resiliente à escassez hídrica. Escassez hídrica é algo natural que pode acontecer. A gente não quer que aconteça, mas quando acontecer é preciso estar preparado para ela.

Vou citar um ponto que também acho que merece uma discussão mais ampla, que é a criação de planos de preparação para a escassez hídrica. Esses planos incluem, entre outras coisas, a identificação clara de quem sofre com a escassez hídrica, o quanto sofre, o porquê, e o que se pode fazer para tornar essas pessoas mais resilientes, mais fortes na ocorrência.

Outra coisa que já vem sendo discutida, que é importante – depois de passada essa questão mais emergencial, vale a pena a gente retomar –, é a questão da identificação de gatilhos. É quando você vai analisando tanto as vazões dos rios, quanto os níveis dos reservatórios, e a partir de um dado ponto, você começa a entrar num gatilho de fazer alguma coisa. O que é preciso fazer quando o

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

reservatório chegar a 50%, ou 40%? O que é preciso fazer quando a vazão do rio diminuir até um certo nível? Essa discussão tem que ser feita no momento de normalidade, quando não se tem o estresse imediato de encontrar uma solução.

Eu quero deixar esse recado, principalmente nesta Casa, de que a continuidade das discussões e a preparação desses planos, a meu ver, são coisas fundamentais para tornar a população mais resiliente à ocorrência desses eventos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado. Convido a compor a Mesa o Secretário André Lima, que chegou. Nós teremos, a partir das exposições, a possibilidade de fazer o debate: responder as perguntas, colocados os questionamentos.


Concedo a palavra ao Presidente da Adasa, Dr. Paulo Salles.

SR. PAULO SÉRGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES – Boa tarde a todos os presentes. Eu gostaria de saudar o Deputado Chico Leite, um dos organizadores desta comissão geral, e agradecer o convite de ter a oportunidade de apresentar o que nós temos feito e o que estamos pensando para esse grave problema que estamos enfrentando.

Quero saudar também o Secretário do Meio Ambiente, nosso colega, companheiro de luta, André Lima; nosso Secretário de Agricultura, José Guilherme, parceirão, temos resolvido muita coisa juntos; a Jane, Presidente do Ibram, nossa colega, amiga, companheira; o Maurício, nosso companheiro também na luta e no enfrentamento dessas dificuldades; o Jorge Werneck, aqui representando, entre as múltiplas atividades que ele tem, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, uma das instituições mais importantes num cenário como esse; o representante do Fórum das ONGs, velho amigo, Luiz Mourão; e o colega de universidade José Dirceu. Desculpe-me. É o Dr. Dirceu Silveira. Foi totalmente involuntário.

Nós vamos fazer aqui uma apresentação sobre a crise hídrica que nós estamos vivendo. Vou começar fazendo uma visão geral do que nos trouxe até essa situação – em linhas muito gerais mesmo; depois, nós vamos falar um pouquinho sobre o que nós estamos fazendo na Adasa em termos de medidas que estamos tomando para enfrentar a situação; depois, passamos um pouco para o assunto do momento, que é a audiência pública que vamos fazer brevemente, na segunda-feira, sobre uma tarifa de contingência. Concluo e fico à disposição para outros comentários.

Brasília nasceu sob o signo da sustentabilidade. Acho que todo mundo sabe disso. No século XIX, o Relatório da Missão Cruis já apontava esse lugar como sendo um lugar privilegiado em todos os aspectos. Cabe a nós discutir aqui, hoje, sob o ponto de vista da água também. A descrição que ele faz da quantidade e da qualidade de água disponível nessa região é uma coisa assombrosa, e também a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

descrição que ele já fazia das alternâncias entre chuva e seca, como sendo um dos fatores preponderantes.

Depois disso, escolhido o Sítio Castanho, o Relatório Belcher fez um estudo detalhadíssimo dessa região e reafirmou todas as características naturais que poderiam fazer com que a nova capital se colocasse muito bem do ponto de vista de localização. E Brasília foi inaugurada sem resolver todos os problemas fundiários. Sem dúvida nenhuma, esse é um dos elementos que está na raiz dos problemas que vieram depois. Esse é um assunto que até hoje é debatido. Existiam terras públicas, terras privadas, terras desapropriadas, terras que ninguém sabia de quem era, e isso gerou uma série de problemas que hoje, digamos, contribuíram muito para o estado em que estamos, para aquilo que chamamos, de um modo geral, ocupação desordenada do solo.


Aquele planejamento que havia para a capital nova foi sendo, progressivamente, abandonado e, naturalmente, Brasília se transformou em uma cidade muito diferente daquilo que havia sido pensado, e o uso da água não foi levado em conta. Isso é nítido, também, em função do tanto de recursos que nós perdemos, tantas oportunidades e mananciais que nós perdemos ao longo do tempo.

Brasília se tornou a grande Brasília. A região metropolitana de Brasília tornou-se a terceira maior metrópole do País hoje. Em 57 anos, nós saímos de uma área ainda não ocupada para a terceira maior metrópole do País e, evidentemente, não estávamos preparados para uma população tão grande, que continua a crescer a cada ano.

No que se refere à questão da água, vários problemas contribuíram para tornar nossa situação, hoje, mais complicada, com menos oportunidades de buscar novos mananciais. O desmatamento, sem dúvida nenhuma, é uma coisa importante e relevante. Havia a previsão de muitas áreas agrícolas, muitas chácaras, que naturalmente garantiriam aqueles espaços, como cinturões verdes. Isso era, inclusive, uma das propostas na urbanização e foi sendo abandonado e substituído por áreas urbanas. Naturalmente, o impacto foi grande.

A gente sabe, hoje, a importância que tem a vegetação para a produção da água. Eu sempre brinco: quando somos pequenininhos, aprendemos que precisamos pôr água na plantinha; agora, que estamos grandes, conhecemos o pagamento por serviços ambientais e por outras coisas, sabemos que precisamos das plantinhas para ter água.

O produtor de água, Deputado Chico Leite, é um dos bons exemplos de como cuidar da terra, das plantas. Ele traz água de volta. Então, nós perdemos muita coisa dessa forma, e no lugar onde havia chácaras, em que deviam morar uma, duas ou três famílias, passaram a existir áreas urbanas com dezenas de famílias,

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
			Data	Horário Início		
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		6

ocupando um solo impermeabilizado e ocupando também os recursos disponíveis, inclusive aqueles que permitiriam o uso da água.

O aterramento de córregos e de nascentes tem sido reconhecido e cantado, digamos assim, como um dos fatores complicadores da nossa vida. A gente sabe disso. Agora isso ainda ocorre. Recentemente, na ocupação do Sol Nascente, houve aterramento de córregos, feito de uma maneira não planejada, de maneira irregular, e mesmo aqueles que foram feitos de uma maneira planejada ainda hoje, de alguma forma, nos causam problemas. Por exemplo, no local de trabalho do nosso amigo André, basta chover um pouco mais forte que ele começa a inundar, e vai ser assim sempre, porque tinha muita água ali embaixo, o solo fica logo saturado, a área fica impermeabilizada. Naquela região toda, temos como consequência a situação que vemos acontecer.


A gente percebe em Águas Claras outro exemplo. Muitos prédios mantêm máquinas drenando a água que está brotando no subsolo até hoje, o que indica também uma questão de oportunidades perdidas em termos de disponibilidade de água.

Além disso, temos a erosão, o assoreamento e a sedimentação, que são visíveis. Basta entrar no Lago Sul, andar até a QI 5, mais ou menos, e você percebe que o Riacho Fundo virou apenas um filete d'água que está em vias de desaparecer completamente.

A impermeabilização que eu já mencionei aqui é ruim tanto na época da seca como na época da chuva. Na época da seca, ela representa uma perda para o subsolo; quer dizer, quando chove, o subsolo não se recompõe, porque muita da água que cai não vai para o fundo, ela volta, ou então é levada para fazer inundações onde não deve. Então, nos prejudica quando precisamos da água, por falta de água no subsolo, e nos prejudica durante a época da chuva, favorecendo inundações e a perda da infraestrutura, como rua com buraco. Um monte de coisa decorre dessa impermeabilização excessiva que nós vemos aqui.

Além disso, nós temos um passivo que é este que eu brevemente descrevi: o aumento da população, mas também o consumo despreocupado da água. É aquilo que o professor Dirceu acabou de dizer. Nós precisamos também cuidar do uso, reduzir o uso. As pessoas precisam se conscientizar, por isso nós temos aqui uma grande oportunidade para realmente mudar a cultura de uso da água.

Faltaram investimentos estruturais nesse período? Sim, faltaram. Há dezesseis anos não temos um investimento forte em infraestrutura hídrica. E não podemos culpar ninguém especificamente. Eu acho que todos os governos, sucessivamente, perderam oportunidades, e hoje os nossos três grandes mananciais que estão por vir estão esperando já há muito tempo devido a outros problemas que não o plano para fazer a construção de Corumbá, do Lago Paranoá e do Bananal.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		7

São problemas diversos que vêm atrasando a entrada em funcionamento desses novos mananciais.


As questões climáticas. Essa a gente nem precisa bater muito aqui porque todos os presentes, tenho certeza, já estão sensibilizados e conhecem as previsões do IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). Dias quentes, cada vez mais quentes.

No ano passado, tivemos quebra de recorde de temperatura várias vezes – creio que foram nove vezes. Neste ano, nós já batemos os 35 graus várias vezes também, e a baixa umidade do ar, uma combinação terrível para que ocorram queimadas e para que ocorra a evaporação, que é um dos grandes problemas que fazem com que os nossos rios e reservatórios percam água. A questão da chuva, que já foi pouca. Desde o início de 2016, o nosso vertedouro, o nosso maior reservatório verteu muito menos – tenho certeza de que o Maurício vai falar disso.

Temos a oportunidade – digamos assim –, diante desse quadro que não é simples, de fazermos realmente muita coisa, Deputado, como o senhor mesmo mencionou. Que o que estamos fazendo hoje se transforme numa política de prevenção de estiagens longas, de perdas de água, coisas desse tipo, porque as previsões para os próximos anos, infelizmente, são as piores, não as melhores. A situação tende a piorar e não a melhorar. Então, ou nós começamos desde agora a nos preparar para um futuro de seca e de variação climática intensa ou realmente as coisas podem piorar muito. Nesse sentido, é bom que prestemos atenção no que está acontecendo na Bacia do Descoberto, hoje o nosso maior manancial, que continua sendo foco de tentativas de urbanização, de mudança de destinação do solo, coisas que podem agravar, e muito, a nossa situação. Já temos muita dificuldade para, no futuro, se ainda conseguirmos aproveitar a Bacia do São Bartolomeu, construir mais um reservatório e teremos dificuldades ainda maiores se perdermos as condições do maior reservatório que temos hoje, que é o do Descoberto.

A agricultura foi a primeira a sentir o problema da crise hídrica. José Guilherme nos chamou. Nós conversamos muito sobre isso. Desde abril, a gente está nessa conversa. Os agricultores, particularmente aqueles da região do Rio Preto, já sentiam o problema, já buscavam o apoio do governo e já estavam começando a antever perdas na produção muito significativas.

Nós, então, começamos um processo, desde aquela época, de alocação negociada da água, isto é, de dividir a água que tínhamos em cada córrego daquele, em cada córrego que atendia os irrigantes, para garantir que todos pudessem continuar produzindo, ainda que em menor quantidade, para que não parassem a produção completamente, o que seria um desastre. Isso foi um processo que continuou ao longo do ano e que, sem dúvida nenhuma, trouxe muita tranquilidade

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

dentro de um cenário ruim, mas tranquilidade. Nós não assistimos a conflitos graves entre os irrigantes, que é uma coisa que acontece também e que pode ter consequências nefastas.


O Governador Rollemberg assinou um decreto no dia 6 de junho declarando situação de emergência nas áreas agrícolas. Isso não teve uma relação direta com o uso da água, mas, sim, com a oportunidade para os agricultores renegociarem seus contratos, alongarem suas dívidas, enfim, organizarem-se para o prejuízo econômico que certamente viria nos próximos meses, como veio.

Aqui eu tenho que agradecer aos nossos colegas e saudá-los: a SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, particularmente, e a EMATER-DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, que foram muito importantes; a Agência Nacional de Águas, que nos deu apoio para implantar essa alocação negociada, conduzida pela ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal; e a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e o IBRAM – Instituto Brasília Ambiental, que, embora não estejam inscritos ali, estão inscritos aqui e são parceiros também. Com eles, nós também tivemos uma discussão, que ainda está em andamento, particularmente em relação à reserva de água, que é um pleito que os agricultores têm e que precisa ser muito bem analisado e atendido sempre que possível.

Uma das perguntas que foram feitas é: por que algumas cidades estavam tendo crises, particularmente a partir de umas três semanas atrás, outras cidades e o Plano Piloto não sentiam a mesma crise e os cortes de água estavam ocorrendo só numa região como Brazlândia? Posteriormente, Sobradinho e Planaltina também foram incluídas.

A resposta é a seguinte, que eu vou simplificar muito aqui: para quem não sabe ainda, nós temos dois grupos de sistemas de abastecimento no DF. Um deles baseado em dois reservatórios: do Descoberto e de Santa Maria. São grandes reservatórios, particularmente o primeiro, que atendem a 85% da nossa população. São reservatórios. A água está lá guardada e vai sendo usada ao longo do ano. Fora isso, existem cinco sistemas ou mais – Maurício pode explicar depois –, sistemas isolados que abastecem Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, São Sebastião e a região do Jardim Botânico. Essas regiões não recebem a água do reservatório. Elas têm sistemas próprios. Esses sistemas próprios pegam água no fio d'água, como se diz, nos córregos. Então, a máquina da Caesb vai lá no fio d'água, pega essa água, leva para a estação de tratamento e distribui para a população dessas localidades. Muitos desses córregos são usados também pelos irrigantes. Então, há um uso duplo e pode vir a ser objeto de conflitos também.

Não sei se vocês lembram, mas a primeira crise numa dessas cidades aconteceu em Brazlândia naquele final de semana em que havia a Feira do Morango.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		9

Eram dias bem quentes, muito secos, com muita gente na região de Brazlândia, o que certamente fez aumentar o consumo. E os irrigantes que também usavam, ali no Barrocão particularmente, o mesmo córrego para irrigar suas plantações, eles também estavam fazendo retiradas mais fortes, inclusive devido à situação. Apesar de nós termos uma conversa continuada com eles, ainda assim, o sistema não foi suficiente para abastecer a população de Brazlândia, que sofreu com esse uso conflituoso, digamos, entre abastecimento e irrigação.


A Adasa foi até lá com o apoio da Caesb, da Emater, da Seagri. Conversamos com os irrigantes e estabelecemos um mecanismo de acordo com o qual algumas pessoas pegavam água durante um período, as outras pegavam em outro período e ainda restava um período em que ninguém pegava, para que a água pudesse continuar chegando à Caesb para captação. E Brazlândia sumiu do noticiário, como vocês viram. Felizmente, até agora, Brazlândia teve uma solução negociada e decorrente da gestão que foi feita naquela localidade.

Nós tivemos, posteriormente, outros problemas. Mas, antes de chegar a eles, eu vou continuar aqui mais ou menos na ordem cronológica. Nós tivemos uma preocupação grande, desde o início, com os dois reservatórios, que, afinal, atendem 85% da população. E nós começamos uma movimentação no sentido de estabelecer faixas de atenção, de alerta e de restrição hídrica, que afinal foram consolidadas na Resolução nº 13, que saiu em agosto. Então, de 60 a 41% dos reservatórios, era atenção; de 40 a 21%, era estado de alerta – e nós estamos em estado de alerta com 34% no reservatório do Descoberto hoje –; e restrição hídrica, racionamento preventivo caso chegássemos a 20%.

Mas essa resolução trouxe alguma coisa a mais, além disso. Primeiro, uma grande mobilização que tivemos com apoio do Conselho de Recursos Hídricos, em que a sociedade foi chamada a participar. Tivemos encontros com os usuários da bacia, com o conselho. Conversamos com muita gente, com os comitês de bacias, com o Jorge e os outros dois comitês também. E, de lá, nasceu um grupo de acompanhamento dessa crise. Esse grupo está constituído e tem se reunido, avaliado e nos dando valiosas sugestões para que possamos enfrentar essas dificuldades que estamos enfrentando.

A situação chegou a 40%, e, no dia 16 de setembro, nós baixamos uma resolução que declarava esse estado: 40% no reservatório do Descoberto. A partir dali, tínhamos de chamar a atenção de que o abastecimento humano e a dessedentação, que constam da nossa legislação e da legislação federal, eram as prioridades. Então, vamos olhar para isso e vamos olhar para os outros usos também para prolongarmos ao máximo tudo que for possível ser usado.

De qualquer forma, suspendemos a emissão de novas outorgas, na medida que não iríamos deixar novas outorgas serem dadas num quadro de reservatórios

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

decrecendo e de bacias que alimentam esses reservatórios sendo, de alguma forma, comprometidas. E recomendações foram feitas para que houvesse uma redução mais forte do que aquilo que nós estamos fazendo desde o começo do ano – e muita gente que está nesta Mesa também fez em várias ocasiões – para evitarmos usar a água fornecida pela Caesb para outros fins, como, por exemplo, aguar jardins. As pessoas aguar jardins, lavam seus carros. Muita gente lava carro com mangueira. Há quem lave até calçada com mangueira, o que é um absurdo, particularmente em um tempo como esse.

Também intensificamos ações de fiscalização e autorizamos a Caesb a reduzir a pressão na rede de distribuição em horário definido. Isso foi muito importante e tem sido muito importante como uma solução para reduzir o consumo. E finalmente aprofundamos o processo de alocação negociada para outras bacias também, reduzindo o tempo de captação. Ainda não chegamos ao ponto de termos de reduzir as outorgas, porque essa redução vem sendo feita espontaneamente. A Caesb mesmo capta muito menos água do que ela teria autorização para fazer.


Aqueles outros sistemas isolados que eu mencionei começaram a pipocar em outras áreas. Então, Sobradinho e Planaltina também começaram a ficar afetados, o que nos levou a construir junto com a Caesb um plano de racionamento. Tornou-se necessário fazer um racionamento naquele momento. Então, nós baixamos um estado de restrição hídrica naquelas regiões, naquelas cinco ou seis RAs, porque Sobradinho I e II são duas RAs.

Enfim, fizemos uma resolução para autorizar os cortes da Caesb desde que feitos dentro de certas condições: primeiro, aviso com pelo menos 24 horas de antecedência; apresentação de um plano com duração de uma semana, no qual estivessem claramente estabelecidos os locais de corte, os horários de corte e de retomada de fornecimento; as quadras que seriam afetadas e, naturalmente, a garantia da qualidade de água.

Naturalmente, olhamos também para o Córrego Pípiripau, que abastece a captação principal da Caesb, mas que abastece também noventa agricultores que utilizam o Canal Santos Dumont. E ali, outra vez, uma conversa com os agricultores que entenderam a situação.

Eu não vou entrar nos detalhes a respeito dos volumes, mas, só para vocês terem uma ideia da ordem de grandeza: estavam chegando – primeiro para o canal, depois para a Caesb –, no canal, 240 litros por segundo e, para a Caesb, chegavam 190 litros por segundo. A Caesb estava em uma situação limite. Se chegasse a 180 litros, ela teria que desligar as máquinas, o que significava ter de fechar o fornecimento de água de Planaltina e de uma parte de Sobradinho.

Bom, nós fomos conversar com os agricultores e, mais uma vez, na base do diálogo e da compreensão, reduzimos em 50% a vazão que chegava para as

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

associações dos usuários, e eles passaram a receber 150 litros por segundo, ou seja, de 240, eles liberaram 90 litros por segundo, que passaram para a Caesb. Pronto. No próximo fim de semana, já não tinha mais restrição de uso em Planaltina e Sobradinho. Outra vez a questão da gestão e, mais uma vez, a colaboração dos irrigantes, que aceitaram, claro, sem fazer nenhum alarde, entendendo que aquela situação era crítica e que, afinal, estávamos cumprindo a legislação.

Depois disso, vocês sabem, praticamente tivemos que encerrar essas restrições. A Caesb não precisou mais fazer essas restrições, e o resultado foi o que se viu. A gente está tendo um período de sossego, que não é só devido à chuva. A chuva ajuda, mas foram esses mecanismos de gestão e de maior oferta de água para Sobradinho e Planaltina que permitiram que a situação se normalizasse.


O GDF também fez um decreto nesse momento, buscando reduzir dez por cento do consumo e tomando aquelas providências que mais ou menos já tínhamos mencionado aqui.

Nós estamos preparando outras resoluções. Por exemplo, a questão dos lava-jatos. O consumo era muito grande. Em muitos casos, eles usavam máquinas que gastavam 800 litros por hora, o que é muita coisa, e se comprometeram a baixar para outros equipamentos, que gastariam até menos que os 80 litros por hora. Houve a substituição da lavagem de para-brisas; pararam com a oferta de água ali, junto ao abastecimento. A substituição por limpeza química e interrupção do horário de irrigação.

E a questão do horário de funcionamento, que precisa ser vista sempre com cuidado, em função da garantia dos empregos, para não haver desemprego daqueles que estão lá.

Outra resolução importante: conversamos com os operadores dos carros-pipa – eles têm outorga. São cerca de quinhentos –, e eles também, os proprietários, concordaram em restringir o horário de funcionamento, que ficou estabelecido mais ou menos entre 6 e 14 horas. A partir daí, eles distribuem. E reduzimos também o número de pontos de captação para onze, com o abastecimento de um caminhão de cada vez. Então, são coisas que estão acontecendo.

Peço agora a compreensão da Mesa, para que a gente entre no tema mais importante do momento, naturalmente. Nós estamos antevendo o futuro e consideramos sempre o pior cenário. E o pior cenário que pode haver, sem dúvida nenhuma, é o racionamento. Ninguém quer racionamento, a companhia não quer, a população menos ainda, o governo não quer, é ruim para todo mundo. Então, quanto mais esforço fizermos agora, melhor. Estamos ainda em 34% e podemos chegar antes dos 20%, com mais de vinte dias. Se a chuva continuar – como essa aí, mais de mês –, e chegarmos, até o final do ano, que era o nosso ideal, sem entrar no racionamento, melhor.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	


Então, estamos pensando uma tarifa de contingência para ser aplicada quando o reservatório chegar a 25% do seu volume útil, ou seja, quando baixar mais 9 pontos percentuais. Pensamos muito, discutimos muito, porque sabemos a situação de todos. A questão econômica é gritante para todo mundo, e nós, então, fizemos uma proposta que está submetida à audiência pública. Isso aqui não é ainda a definição. Estamos ouvindo a contribuição da sociedade, e a audiência pública será realizada segunda-feira. O nosso objetivo é reduzir o consumo, não é arrecadar dinheiro. Vocês vão ver nitidamente, pela minha explicação aqui, que o problema não é arrecadação. O nosso problema é redução de consumo. É disso que precisamos e é isso que estamos buscando.

Primeiro estabelecemos uma meta de 15% de redução. Por que 15%? Porque achamos que, com 15%, faríamos uma economia que daria um grande alívio a todo o sistema, o que constitui uma economia de um milhão e meio de metros cúbicos por mês, o equivalente ao consumo de 460 mil pessoas no mesmo período. Se, juntos, baixarmos 15% do consumo, teremos água para 460 mil pessoas durante um mês, ou seja, vamos ter muito mais água para distribuir para a população.

Então, essa é a nossa meta. E, para chegar a essa meta, o que foi preciso? Criar alguns pressupostos, alguns fundamentos, que devem ser bem entendidos pela população, para que ela coopere sem se sentir punida. Primeiro: caráter temporário – isso aqui é para acabar quando acabar o estado crítico de escassez; não é uma coisa para sempre. Existe uma tarifa que já foi acordada, um contrato que a Caesb segue, mas estamos vivendo um momento diferente. A água está se tornando um bem cada vez mais escasso e, portanto, queremos reduzir o consumo. Segundo, só aplica quando chegar a 25%. Não vai ser agora, só depois, e todo mundo vai ficar sabendo quando isso acontecer.

Olhem bem, estamos tirando da aplicação dessa tarifa os consumidores que têm o consumo mínimo, que são dez metros cúbicos e que representam, grosso modo, 55% das unidades consumidoras. Deputado, nós estamos tirando da lista a população mais vulnerável, as pessoas que moram nas áreas mais pobres. Aquela população – 55% das unidades consumidoras que consomem até dez metros cúbicos – continuará do mesmo jeito. Não haverá nenhuma alteração para eles, e isso é muito importante.

E acrescentamos também na exceção hospitais, clínicas, hemocentros, centros de diálise, prontos-socorros, casas de saúde e estabelecimentos de internação coletiva, ou seja, o que puder ser atendido pela Caesb vai ser nesse grupo; o que não puder, caminhão-pipa e coisa desse tipo, para que não falte água em nenhum desses casos.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início			Sessão/Reunião
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO (COMISSÃO GERAL)	ORDINÁRIA	13

Bom, aí vocês vão falar: "Puxa, mas 55% das unidades não podem pagar? Que história é essa?" Os 45% consomem quase 65% do total da água. Então, nós estamos aplicando uma tarifa para redução, efetivamente...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. PAULO SÉRGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES – Eu acho o seguinte: a crise hídrica, que é o tema...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Por favor, nós estamos sendo até generosos com a Adasa, pelo nível de responsabilidade. Evidentemente que, dentro de um quadro racional, ninguém vai usar esse tempo.

Peço ao Dr. Paulo que conclua, por favor.

SR. PAULO SÉRGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES – Senhor, compreenda. As informações são importantes.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. PAULO SÉRGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES – Pois, então, o público, por gentileza, compreenda.


PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Por gentileza, parece-me que o ideal é que cheguemos ao objetivo. Por favor, Dr. Paulo.

SR. PAULO SÉRGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES – Então, vamos. Eu quero deixar tudo bem claro para não ter que esclarecer depois. Quarenta e cinco por cento das unidades consumidoras são os maiores consumidores, e é sobre eles que será aplicada a tarifa, se chegarmos aos 25%.

A outra coisa que é um princípio fundamental é isto aqui: à medida que a gente implementa uma tarifa de contingência e alguém começa a poupar água, tem que haver redução nessa tarifa de contingência para essa pessoa, está certo? Então, vai haver, sim, e essa redução pode chegar até o valor que era pago anteriormente pelo usuário.

Se a pessoa poupar aquilo que nós estabelecemos como meta, que é 15%, ela não tem mais tarifa de contingência – tarifa de contingência zero –, ou seja, ela volta à tarifa que tinha. Ela continua pagando o que sempre pagava, só que estará poupando 15%, que é o nosso objetivo. Naturalmente, se ela poupar mais, tem a tarifa de contingência proporcionalmente maior ao consumo: 40% mais um valor maior de consumo, maior tarifa.

Quem poupar mais do que 15% pode economizar até no valor que pagava anteriormente, e eu vou mostrar um exemplo daqui a pouco para todos verem. Se a pessoa conseguir chegar a 20%, 16%, 18%, ela já vai pagar menos do que ela

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO (COMISSÃO GERAL)	ORDINÁRIA	14

pagava antes. Então, nós estamos, realmente, privilegiando quem poupa. Esse é o nosso caminho.

A outra coisa é a questão do bônus. O bônus sempre é citado como uma forma de estímulo e, de fato, ele é um estímulo, é reconhecidamente um estímulo. E ele já existe aqui no Distrito Federal. É a Lei nº 4.341, de 2009, que pode levar a um desconto de 20% na tarifa, comparado àquilo que se consumia no ano anterior. Ele não está no nosso sistema aqui, mas está presente. Essa economia que a gente está propondo, de fato, tem um pagamento até duplo em muitos casos. Não é generalizado, depende do consumo que havia sido feito no ano passado.


Outra coisa que é uma grande preocupação que nós temos – e eu compreendo a impaciência dos setores produtivos: nós já sabemos que eles estão lidando com muita dificuldade e, por isso, nós temos um impacto menor de tarifa de contingência para os consumidores comerciais e industriais. Os consumidores da área agrícola não pagam tarifa de contingência porque não são abastecidos pela Caesb. Nós estamos falando aqui da água de abastecimento da Caesb. Eles já estão pagando desde o começo do ano.

Finalmente, uma coisa que é muito importante também é que esses recursos não ficarão com a empresa, muito menos com o governo. Esses recursos serão acumulados numa conta específica, com contabilidade própria divulgada na internet. Todo mundo vai ver o que entrou, o que saiu e no que foi gasto, está certo? E os gastos serão sempre em benefício da coletividade com vistas à segurança hídrica: um equipamento que quebrou e que precisa ser trocado rapidamente, um caminhão pipa que precisa ir imediatamente a algum lugar – coisas que podem ser urgentes e necessárias –, campanhas de conscientização. Uma coisa importante, Deputado: as campanhas são caras. Felizmente, nós temos tido um apoio muito grande da imprensa no sentido de divulgar as coisas que estamos fazendo.

Naturalmente, esses gastos só podem ser feitos mediante autorização da Adasa. Então, vocês terão total transparência sobre o uso desses recursos que, numa eventualidade de não serem gastos na sua totalidade nesse período de escassez hídrica, podem até contribuir para reduzir a tarifa no ano que vem. Portanto, é uma tarifa do público para o público. Não é para ninguém que não seja o próprio público e para a segurança hídrica de todos.

Bom, qual é a tarifa que nós estamos propondo e para a qual queremos a contribuição de todos para a audiência pública?

Primeiro, é importante deixar bem claro que 85% dos consumidores têm água e esgoto, e pode olhar na conta que aparece a cobrança pelo uso da água e pela coleta e tratamento do esgoto. Muito bem. Esses dois valores são iguais. Existe uma legislação que estabelece um para um, então nós vamos trazer uma tarifa de contingência para a água, não para o esgoto. Fazendo aqui uma continha bem fácil

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		15

para todo mundo entender, digamos assim: 50 e 50; aí eu ponho 40% em cima de 50, isso sobe para 70; os 70 mais os 50 que já estavam totalizam 120, então o impacto final na conta é de 20%. Está certo? Bem claro. O esgoto não está sendo contabilizado nessa história, só a água é que está.

Bom, os usuários da classe popular – é muito pequeno o grupo, isso aqui é muito pequeno em termos do conjunto – e as áreas envolvidas com comércio, indústria e área pública terão uma tarifa na água de 20%. Pegando o mesmo exemplo: 50 e 50; 20% de 50 faz 60; mais os outros 50, totaliza 110; o impacto final na tarifa será de 10%.


Ou seja, nós estamos propondo que a maioria da população, se não consumir, pague 20% a mais ou 10% a mais como uma forma até de preservar emprego e renda.

Conversei com o Dr. Jamal, da FIBRA – Federação das Indústrias do Distrito Federal, conversei com o Dr. Ademir Martins, da FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal, temos conversado com vários empresários e temos tido a compreensão de que é muito pior um racionamento e muito pior ficar sem água – para todos, inclusive para aqueles que estão envolvidos em atividades produtivas.

Para dar um exemplo aqui, pegamos uma pessoa, uma família, uma unidade consumidora que gasta 15 metros cúbicos. Ela paga uma tarifa de água de R\$55,15 (cinquenta e cinco reais e quinze centavos), uma tarifa de esgoto que corresponde ao mesmo valor, e a conta total soma R\$110,30 (cento e dez reais e trinta centavos). Isso é o que nós temos hoje. Se a gente aplicar a tarifa de contingência a esse usuário e ele continuar com os 15 metros cúbicos, ele continua com a tarifa da água mais um acréscimo de 40%, que deixa a coisa em R\$77,21 (setenta e sete reais e vinte e um centavos). O total da fatura dele passa a R\$132,00 (cento e trinta e dois reais), o que realiza um impacto de 20%.

Vamos passar para um outro exemplo. Digamos que a pessoa tenha feito uma economia, uma redução de 15%, que é o que nós estamos pedindo. Então, ela terá, como eu disse, o mesmo preço a pagar que pagava antes, que era os R\$110,00 (cento e dez reais). Mas se ela conseguir reduzir um pouco mais, se conseguir baixar para o volume de 13, que seria aquela primeira redução, ela vai reduzir para R\$106,00 (cento e seis reais). Está certo? Então, se reduzir além daquilo que a gente tinha estabelecido, ela pode ter uma tarifa ainda menor. Ela pagava R\$110,00 (cento e dez reais) por 15 e, feita a tarifa de redução que a gente falou, ela chegaria a 106, gastando 13 metros cúbicos.

Ou seja, é um sistema que deixa de fora a população mais vulnerável, que trata diferencialmente os setores produtivos, que guarda o dinheiro para uso coletivo e que permite à pessoa que economize na meta não ter nenhuma variação no preço

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min		

ou, se conseguir consumir menos ainda e poupar mais do que a nossa meta, ter redução no custo que tem atualmente. Eu acho que é uma proposta para ser discutida com muito carinho e com muito cuidado e, principalmente, sem desespero. Nós temos que enfrentar a nossa situação com serenidade, isso é muito importante.

Ontem eu tive uma reunião na ANA – Agência Nacional de Águas, e estava lá o secretário de recursos hídricos do Ceará. Estão há cinco anos sem chuva! Os rios intermitentes sumidos, e ali começou-se a aplicar tarifa de contingência também sobre irrigação. Nós temos uma situação muito mais confortável. Nós nunca tivemos isso. Temos uma ameaça, estamos atuando antes de as coisas acontecerem, e de uma forma totalmente transparente, discutida com a população.

Gostaria de ressaltar aqui que, se esses 13 metros cúbicos de consumo tivessem sido inferiores ao consumo do mesmo mês no ano anterior, a pessoa ainda teria um desconto adicional sobre essa tarifa de 20% por conta do bônus.

Então, essa é a proposta e será discutida. Até segunda-feira receberemos as contribuições para que elas sejam analisadas e depois a gente faça a resolução final.


Vou ser muito rápido aqui. As campanhas e ações de comunicação da Adasa vêm tratando isso em vários eventos. Em vários eventos que fazemos, estamos sempre propugnando pela redução do consumo. Nós fizemos várias campanhas este ano, pelo rádio, pela TV, pela imprensa escrita; em maio, junho, julho, agosto, setembro. Temos uma campanha em andamento. Pela internet tivemos uma grande aceitação do público. Temos um *hotsite* da Adasa – Não Desperdice Água, que está no ar desde junho com dicas e outras coisas para as pessoas evitarem o consumo. Facebook e Twitter certamente também estão divulgando as nossas mensagens.

E a nossa perspectiva é cada vez mais apoiar todos os que estão lutando para garantir os novos mananciais, como mencionamos, a Caesb, o Governo, tudo que pudermos fazer para acelerar a entrada em funcionamento desses mananciais é pouco.

A proteção e a recuperação dos mananciais é outra luta que precisa ser levada a sério. Precisamos pensar nisso com muita seriedade, Deputado, muita seriedade! Porque chegamos a um ponto crítico. Brasília não aguenta mais a ocupação desordenada. A manutenção e ampliação de programas do tipo Produtor de Água, que tem tido muito sucesso no Pipiripau, creio que todos conhecem.

A campanha deixa de ser campanha, mas se torna algo permanente em prol do uso racional da água, está certo? Nós temos que mudar a cultura do uso da água, definitivamente.

Já estamos apoiando a adoção de um programa de uso racional da água nos órgãos oficiais. Temos conversado com várias experiências, particularmente com a de São Paulo, em que um programa desse tipo levou à redução, em alguns casos, de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

70% e a uma média de 50% mais ou menos no consumo dos prédios públicos, fazendo intervenções que rapidamente retornaram para os cofres da empresa SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no caso.

Estamos buscando o aperfeiçoamento institucional do nosso sistema de gerenciamento de recursos hídricos e da Adasa naturalmente. Temos um grande fórum mundial da água, no qual podemos apresentar as nossas experiências. E aí, Deputado, uma das coisas que estamos preparando é uma grande campanha em prol da água, em prol da mobilização da sociedade por essa cultura de racionalidade e economia de água, que certamente contribuirá para esse esforço a que estamos nos referindo aqui hoje.

Concluindo. Transparência e informação. É tudo o que a sociedade espera do Poder Público num momento como esse. Transparência para discutir, trazer a proposta, ouvir, explicar, dar informações claras que possam ser compreendidas por todos, não é? Porque partimos desse princípio, o conhecimento do problema e a vontade de resolvê-lo, naturalmente, promovem o envolvimento. E queremos uma população totalmente envolvida nesse esforço de poupar água agora e nos próximos anos. Para isso, é importante que a gente tenha participação do Poder Público, das empresas, de toda a sociedade, de todas as organizações que já existem.


Serenidade acima de tudo. Serenidade! Nós estamos discutindo um problema que é grave, e a solução tem que ser achada num clima de serenidade. Depois disso, tomadas as medidas, firmeza. A população precisa ajudar a fazer a fiscalização. Em São Paulo, foi muito eficiente a participação da população para avisar que alguma pessoa não estava cumprindo aquilo que havia sido determinado para toda a coletividade. Então, a gente conta com isso também.

E acima de tudo esperança. Por quê? Porque nós temos gente qualificada pensando em como enfrentar o problema, temos recursos para superar essa crise e temos uma expectativa de chuva que espero, outra vez a esperança, seja suficiente para recompor os nossos mananciais e reforçar o nosso subsolo. E, principalmente, temos uma mobilização da sociedade, promovida pela Câmara Legislativa neste evento e em outros também. Já estive aqui esta semana e contamos com a contribuição de todos.

A população já mostrou a sensibilidade. Durante a crise de São Paulo, já houve uma baixa no consumo da população de Brasília, espontaneamente, sem nenhuma crise acontecendo aqui. Agora, então, temos certeza de que vamos conseguir a adesão das pessoas e a superação dessas dificuldades.

Muito obrigado, muito obrigado pela paciência de vocês, continuo às ordens. (Palmas.)


PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado, Dr. Paulo Salles.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		18

Agradecendo imensamente as presenças, eu quero citar a Maria das Graças Borges Moreira, do Conselho Comunitário da Asa Norte; o Dr. Luiz Rios, do Ibram; a Dra. Ivanete dos Santos, do Centro de Preservação e Conservação Ambiental; o Carlos Augusto de Melo, da Secretaria de Economia; o João Carlos Resende Soares da Rocha, engenheiro agrônomo; o José Rodrigues Alves, Presidente da Associação Comercial do Paranoá; o professor Ederson Gomes de Oliveira; o Dr. Rodrigo Figueiredo, advogado; o Dr. José Voltaire, Diretor da Seagri-DF; a Ádila Lopes, Assessora do Ibram; Dr. Allan Kardec Pires dos Santos Filho, advogado; o Cássio Leandro Cossenno, Coordenador de Estudos Econômicos da Adasa; o Igor Medeiros da Silva, da fiscalização da Adasa; o Rafael Poubel, Superintendente do Centro Cerratenses; o Diego Lopes Bergamaschi, Subsecretário de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos; o Dr. Israel Torres, diretor da Adasa; o Pedro Ivo Batista, Presidente da Associação Alternativa Terrazul; o professor Adolpho Fuica, Presidente da Sociedade dos Amigos da Reserva e Parque Ecológico do Guará; o Michel de Souza Santos, da WWF Brasil; o Dr. Sérgio Ribeiro, da Secretaria do Meio Ambiente, Chefe da Unidade Estratégica de Água; a Adriana Lustosa, do Ministério do Meio Ambiente; o Rafael Mello, da Adasa; a Alzira Cristina, representando o Deputado Julio Cesar; a professora Mariluce Maria Gonçalves dos Santos, da Secretaria de Educação; o professor Alex, diretor da Escola Classe 501 de Samambaia; o meteorologista Mozar de Araújo Salvador, do Instituto Nacional de Meteorologia; o Lúcio Carlos de Pinho Filho; o Marcos Woortmann, Administrador Regional do Lago Norte; a Gabriela Barbosa, Subsecretária de Educação e Mobilização Socioambiental. Eu quero agradecer imensamente a todos e a todas. Quero registrar também, pedindo que saia na ata, a comunicação do Deputado Robério Negreiros justificando a ausência e fazendo votos de que tenhamos uma audiência próspera.

Quero passar a palavra, então, ao representante do Fórum de Organizações Não Governamentais Ambientalistas, o Professor Luiz Mourão.


SR. LUIZ MOURÃO – Boa tarde a todos. Na pessoa do Deputado Chico Leite eu cumprimento a todos, especialmente as pessoas que estão aqui para ouvir sobre esse tema. Sobre a Lei do Silêncio, isso aqui estava lotado, impressionante; sobre a água, parece que não chamamos muito a atenção das pessoas. Eu quero começar dizendo que irei respeitar exatamente os cinco minutos, porque na questão da água a disciplina do tempo é fundamental; a disciplina que cada um tem para, justamente, se comprometer com o que nos propomos. Por isso, eu vou começar falando do que aconteceu aqui quando eu cheguei na Câmara. Uma pessoa da Segurança Legislativa colocou-me um *sticker*, um adesivo, que estava escrito alguma coisa. Eu li daqui e achei que estava escrito greve, então falei: "Não. Não sou bancário não. Não estou em greve". Ele respondeu: "Não. Não é greve não, está escrito crise". Eu olhei, estava escrito crise e falei: "Mas eu não sou a crise". Claro, isso é uma brincadeira.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		19

Eu quero dizer aqui para vocês que nós da sociedade civil nos recusamos a ser crise. Tudo o que eu tenho ouvido até agora é que a culpa de tudo isso é da crise e quem paga tudo isso é a sociedade, que é culpada da crise. Nós somos a crise. Eu estou aqui representando todos vocês que são a crise. Então, foi isso, simbolicamente, é aquele negócio: eu sou a crise, eu sou o culpado de tudo o que acontece. Estou consumindo muito. Essa é a culpa da coisa. Não foi isso, é claro, obviamente eu estou começando a falar sobre isso para dizer que talvez os nossos processos de diagnóstico e de observação dos sistemas que abrangem esse planejamento, que é integrado, estejam profundamente equivocados.

Quando a gente trata sistemas de uma forma em degraus, ou seja, nós temos alguma coisa que acontece de repente, ou seja, de repente no ano de 2016, nós tivemos aqui algo inesperado, que é a falta de água. Na verdade, todos nós sabemos que não é nada disso. Todos nós que militamos nessa área há muito tempo sabemos que, no plano de águas e esgotos de 2000 da Caesb, está escrito claramente que no ano de 2010 haveria um encontro da curva de demanda com a curva de produção. Isso aconteceu em 2009 pelo pico diário; não pelas médias, mas pelo pico de consumo diário. Isso aconteceu em 2009, nós estamos em 2016.

Tudo o que foi previsto naquele sistema, em tudo isso, nós falamos sobre isso não é de agora, parece que, de alguma forma, não conseguiu ser implementado. Não se trata de dizer quem é culpado ou quem não é culpado. Nós podemos ver claramente várias coisas que eu queria anotar para vocês nesses cinco minutos que talvez servissem de, digamos assim, um roteiro para que pudéssemos estar trabalhando isso, não sei como está sistematizada a nossa reunião, mas debater realmente a questão a fundo. Ou seja, um bom diagnóstico do que nós estamos tratando é fundamental para que possamos ter solução. Ou seja, eu, de cara, digo: a solução não é isso que está aqui que foi apresentado. Essa é uma parte da solução, uma parte muito pequena da solução. Algumas coisas estruturantes foram colocadas aqui e estão corretas, mas, na verdade, o diagnóstico tem que ser feito de uma forma mais ampla para a gente entender exatamente qual é o problema. Então, eu digo até que eu quero que o meu nome seja "diagnóstico e planejamento", e não "chuva". Eu quero que seja um diagnóstico correto, um planejamento correto de modo que possamos realmente enfrentar o problema, porque todos nós sabemos que as mudanças climáticas estão trazendo essa transformação que já está refletida em todos os quadros que foram colocados, inclusive de dados que nós estamos dando, e que nunca mais vai ser o que foi. E possivelmente o ano que vem, 2017, vai ser pior do que esse, muito possivelmente, porque nós estamos partindo de um nível muito mais baixo do que partimos do nível anterior, mesmo que o regime de chuvas seja um pouco mais favorável.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião			Página		
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)			20		

Então, é bom que a gente olhe, e as medidas emergenciais são muito bem-vindas também, mas, se a gente não trabalhar nas estruturantes, a gente vai estar perdendo o nosso tempo como perdemos nesses últimos 16 ou 20 anos.

Algumas coisas podem ser notadas claramente. O sistema distrital, e foi apontada essa, inclusive, pelo nosso Presidente da Adasa, o sistema distrital de recursos hídricos não funciona. Ele não é efetivo, não consegue manipular a crise ou tratar com a crise. Faltam definições, faltam realmente medidas que sejam eficazes para que os órgãos possam se falar. Nós temos na gestão pública um enorme, que não é novidade para ninguém, desencontro entre todos os órgãos. A gente não consegue estabelecer processos que sejam minimamente racionais para que a gente possa, pelo menos, progredir no que haja consenso entre os órgãos, para a gente evitar coisas. Isso é uma coisa que a gente vai ter que trabalhar de alguma maneira.


A segunda coisa que eu posso apontar aqui é que todos os sistemas, por exemplo o sistema de ocupação de solo, que preveem regras e normas, eles não se encontram com os sistemas de licenciamento ambiental, não se encontram com o sistema de fiscalização. Melhoramos um pouco na fiscalização de uso do solo, mas não na fiscalização ambiental, também não nos outros tipos de fiscalização que nós temos que ter. Isso é uma questão que a gente tem que tratar.

A baixa capacidade que temos nos nossos sistemas de gestão. Nossos processos de licenciamento – podemos falar – têm alguns entraves que são fundamentais para que a gente possa ter... e que dão origem a grandes embates que acabam na justiça, mas que acabam não resolvendo a questão estrutural de como a gente encara certos tipos de ocupação que são problemáticos.

A baixa capacidade de fiscalização do Legislativo. Eu tenho aqui uma auditoria de 2010 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, falando tudo isso que aconteceu aqui. E parece que nada disso – estou falando de seis anos depois –, nada disso foi cobrado efetivamente. Então, eu acho que a gente tem que cobrar.

A baixa capacidade, inclusive, do próprio Legislativo de legislar positivamente em relação àquilo que é necessário, seja na identificação desses entraves que a gente tem, seja até na legislação negativa em relação à questão das águas. Dificuldades de a gente tirar, efetivamente, pessoas que estão ocupando áreas indevidas, tratar problemas que são problemas de conflito, efetivamente, mas são problemas de uso público, e não de guetos de votos. A questão de legislar, realmente, em relação a toda a comunidade é fundamental, e o Legislativo não tem mostrado isso – não é esse o Legislativo – ao longo de todo seu perfil, e não só o Distrital, o Federal também sabemos que tem esses problemas.

Não estamos falando, ainda, nem de dois pontos fundamentais, que são a drenagem e os dejetos, os resíduos efluentes. São questões fundamentais de que não estamos falando; nós estamos falando, simplesmente, da água, e isolando o

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		21

problema, também, da questão em tela. Que é até, inclusive, quando nós montamos a Adasa aqui, há 15 anos, 14 anos, para colocar a drenagem dentro da Adasa foi uma dificuldade. Porque ninguém quis a drenagem, porque a drenagem não aparecia. A drenagem veio para cá há pouco tempo, a outorga de drenagem.

Então, esse é um diagnóstico que eu queria fazer rapidamente para vocês, como apontar e também como metodologia. Acho que, talvez, o Presidente possa... Ah, eu queria falar também de uma coisa que eu vi aqui e não entendi. Só falando sobre tomarmos conhecimento dessas medidas de racionamento.

Mas só apontando que, fala-se aqui, quando chegar a 25% dos reservatórios, mas a própria resolução da Adasa fala que só vai haver racionamento com 20% dos reservatórios. E a lei federal diz que só se pode fazer tais contingências quando tiver racionamento. Então, não entendi. Já que foram pedidas observações, eu percebi isso aqui. Achei até que eu não tivesse entendido, pode ser que tenha algum detalhe que eu não tenha conhecido, a lei não seja essa, tenha tido alguma modificação, mas eu não entendi.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Professor Luiz Mourão.

Quero registrar a presença do Secretário Adjunto de Economia, Sr. Francisco de Assis, que está aqui entre nós, e do Sr. Fred, da Rede, que está aqui entre nós também.


O Deputado Chico Vigilante me pediu a palavra, e o Regimento Interno da Casa diz que os Parlamentares têm precedência. Eu, quero, então, chamar o Deputado Chico Vigilante para fazer uso da palavra.

Antes, porém, quero fazer registro da presença do Dr. Wilson Machado, advogado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu quero, na pessoa do Deputado Chico Leite, cumprimentar todos os integrantes da Mesa.

Nós temos um problema sério no Brasil: muitas vezes, as autoridades não se comunicam, e isso não é só no Distrito Federal. Uma secretaria não sabe o que a outra está fazendo. Muitas vezes, a chamada sociedade civil também não sabe o que a gente está fazendo.

Primeiro, nós temos muitas leis aqui tratando dessa questão hídrica no Distrito Federal. Há muito tempo eu apresentei uma proposta que virou lei, e é executada pela Caesb – na época eu apanhei muito –, foi a individualização dos hidrômetros. E já era uma maneira de fazermos com que se gastasse menos água. É de minha autoria. O pessoal aqui do Plano Piloto quase me jantou porque eu tinha

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início			Sessão/Reunião
29	09	2016	15h20min	84ª	SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	22

feito isso. Apresentei outra exigindo que as construções, a partir de então, e é lei, todas teriam que ter cisternas para captação de água da chuva. Ela ficaria armazenada, não para o uso como água potável, mas para os demais usos como lavagem de carro, de garagem e uma série de outros usos. Isso é lei. Alguém está fiscalizando?


Eu estava uma vez em casa assistindo ao *Globo Repórter*. Naquele tempo eu ainda assistia à Globo, mas agora é difícil a gente assistir à Globo. Eu vi uma medida interessante adotada nos Estados Unidos, parece que em Nova York. Tinham criado a figura dos guardadores de água. Eu apresentei um projeto aqui, porque achei aquilo fantástico. O dono de uma propriedade se cadastra e vai cuidar daquele pedaço onde se vai gerar água, ganhando um dinheiro por isso.

Entretanto, o que acontece? Há muito eu visitei as nascentes do Descoberto, porque o problema não é só do Distrito Federal, nós estamos cuidando do nosso pedaço, mas a maioria das nascentes está no Estado de Goiás, e ninguém cuida. Lá no Descoberto, que já perdeu quinze por cento da sua capacidade de gerar água, Deputado Chico Leite, em Águas Lindas de Goiás, derrubaram os buritizeiros e plantaram barracos em cima das nascentes. Eu vi borbulhando a água e o barraco construído ali. Quantas nascentes em Vicente Pires, já dentro do nosso território, morreram, foram assassinadas? Nós corremos para tentar corrigir os erros cometidos.

Logo no início do Governo do Presidente Lula, eu tive uma audiência com o então Presidente do Incra, o Rolf, uma pessoa da mais alta competência, e nessa audiência ele me falou uma coisa que me preocupou muito. Na época eu noticiei aqui em Brasília e não teve eco, acharam que eu estava louco. O Incra tinha feito um estudo, e nesse estudo o Rolf me disse, Deputado Chico Leite, que as duas unidades da Federação com possibilidade real de falta de água e de racionamento eram a Paraíba – compreensível, por estar no semiárido – e o Distrito Federal. Quando ele me falou isso, eu quase caí da cadeira. Eu falei: Rolf, mas Brasília? Ele disse: "É, Chico, Brasília". E agora chegou.

A gente tem buscado os paliativos. Uma obra extraordinária, que me parece estar parada, iniciada no Governo Agnelo Queiroz, uma obra do PAC de 400 milhões, é a captação de água em Corumbá IV. É uma grande obra que vai cuidar do abastecimento da parte sul do Distrito Federal e de Goiás. O que nós fizemos para que ela acontecesse?

Portanto, eu quero questionar a Adasa. Nós temos uma mania no Brasil: muitas vezes as autoridades não agem, e quando chega um momento de dificuldade, vão punir. Hoje é capa no Correio Braziliense, uma página inteira do caderno Cidades está dizendo que a Adasa propõe aumentar em quarenta por cento a água para quem gastar acima de um determinado nível, e esse nível, quase ninguém está fora

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		23


dele. Eu pergunto, com todo o respeito que tenho pelo Presidente da Adasa, e olhem que eu tenho muito, porque batalhei aqui, junto com o Deputado Chico Leite e outros, para que ele fosse indicado para a Adasa. Muita gente não queria que ele fosse aprovado. Diziam que ele tinha ligações com o Governador. Eu não quero nem saber com quem ele tem ligações. É uma pessoa que conhece o assunto. Mas eu quero saber: esse aumento – já aviso ao senhor que vou preparar um mandado de segurança e vou entrar na Justiça, porque eu não aceito – vai fazer chover? Vai aumentar a captação de água? Dá para dizermos a São Pedro: “Olha, nós aumentamos aqui em Brasília. Vamos aumentar um pouquinho mais de chuva no Distrito Federal?” Não dá, Dr. Paulo. Portanto, mais uma vez, não há uma campanha educativa, Deputado Joe Valle, e quando chega na hora, querem tirar do bolso de quem já paga tanto.

Eu fiz um pronunciamento aqui ontem, dizendo que talvez um dos poucos prazeres que a classe média e média baixa do Distrito Federal estão tendo é tomar um banho e tomar uma água fresca. Até esse direito querem tirar da gente, com o preço que estão querendo cobrar? Não dá, Dr. Paulo, porque não vai resolver absolutamente nada. Eu acho que está na hora de pararmos de filosofar. Vamos buscar as verdadeiras causas e tomar as providências para que algo aconteça. Estou cansado de filósofos no Brasil.

Aos órgãos ambientais, pelos quais tenho o maior respeito, pergunto: que medidas foram tomadas quando era feita drenagem clandestina nas matas de buritizeiro do Distrito Federal, para secar e botar barraco, Deputado Chico Leite? É o caso do Sol Nascente. Estavam lá as veredas de buritizeiro. Determinadas pessoas iam lá, mandavam drenar de noite para o buritizeiro morrer. Depois diziam que já estava morto e faziam os barracos. Nós não fizemos nada, ninguém fez nada. Mas agora vamos aumentar a tarifa e pegar o dinheirinho de quem já está tão sobretaxado.

Pegando outro ponto, não há campanha de educação no trânsito. Aumentam dessa maneira absurda, como aumentaram as taxas. Está quase proibido andar de carro no Distrito Federal. O cidadão, para não levar uma multa hoje, precisa ter muita sorte. Você nem sabe o tanto de armadilha que existe, os chamados pardais. Agora a Adasa diz: “Está faltando chuva e, durante o período de escassez, vamos aumentar. Portanto, vocês vão pagar mais”. Vai parar aonde? Somos nós que temos que pagar pela inoperância das autoridades? De todas? Creio que não somos nós. A sociedade não tem que ser chamada mais uma vez para pagar uma conta que ela sozinha não é responsável. É nossa parcela, até por desinformação.

Cabe aos órgãos entrar na discussão também da informação, para podermos poupar. Lá em casa, Dr. Paulo, nós sentimos que a conta estava vindo muito alta e demos uma segurada. É assim que se educa. O senhor pode aplicar a taxa que

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		24

quiser, que os ricos no Distrito Federal vão continuar gastando muita e muita água, porque para eles isso não vai pesar nada.

Ao Presidente da Caesb: se for problema de caixa da Caesb, vamos discutir isso aqui. Até porque nem está dito para onde vai a taxa. Essa taxa é para quê? Vai construir o que com ela? Vai corrigir o que com essa taxa? São as perguntas que estão colocadas. Aplicam durante esse período. Chegou o período de chuva, aí ficam esperando a próxima seca para ter o problema, e aumentarem de novo. Sinceramente, não dá. Dessa eu estou fora, e vou lutar com todas as minhas forças para barrar esse aumento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Agradeço ao Deputado Chico Vigilante a participação.

Convido a fazer uso da palavra o Dr. Maurício Ludovice, Presidente da Caesb.


SR. MAURÍCIO LUDUVICE – Vou tentar ser o mais breve possível. Depois vamos respondendo às perguntas e às dúvidas à medida que forem surgindo.

Eu só quero deixar claro aqui o seguinte: a Caesb está extremamente preocupada com a situação hídrica no Distrito Federal e vem adotando uma série de medidas importantes em duas vertentes: no aumento da produção de água, porque isso é fundamental; e na redução das perdas, que é também fundamental, porque não é somente aumentar a produção e continuar o desperdício. Então, a Caesb está fazendo o dever de casa dela.

Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para mostrar o seguinte: nesses últimos vinte meses, temos feito um programa forte de redução de perdas. Nós assinamos um contrato com o Programa Bit, que tem uma previsão de investimento de 25 milhões de reais, exatamente para reduzir as nossas perdas. Inclusive, nós estamos hoje com uma instalação de mais de 300 VRPs, que são válvulas redutoras de pressão, exatamente para conseguir equilibrar o sistema distribuidor de água, e quando se reduz a pressão ou se regula a pressão, otimiza-se a distribuição e reduz as perdas, principalmente por rompimento de adutoras.

Este ano, nós já instalamos 96 válvulas redutoras de pressão. Elas atuam automaticamente regulando a pressão durante o dia e a noite. Nós temos ainda 204 que só funcionam durante o dia, mas vamos transformá-las para regular a pressão noturna, que é diferente da pressão do dia. Durante o dia, temos de colocar mais água na rede, e a pressão é um pouco maior, mas durante a noite, quando a cidade está dormindo, nós podemos reduzir essa pressão ao mínimo possível. Esses são investimentos importantes.

Nós estamos fazendo a setorização de redes. Em várias áreas, nós estamos estudando isso, estamos contratando os projetos para fazermos essa setorização. Ou seja, vamos compartimentar a nossa rede para permitir maior acompanhamento,

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
			Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		

para fazermos mais descobertas de perdas e também, quando tivermos de fazer uma manutenção, fazermos o fechamento apenas em um determinado anel.


Estamos procedendo à substituição de redes, que é fundamental, pois a cidade está envelhecendo, e já temos redes que são antigas. Por exemplo, uma obra que estava parada há mais de quatro anos, nós já retomamos. Já fizemos a substituição das redes do Lago Norte. Quem é morador de lá sabe. Nós já passamos em todas as redes dos conjuntos pares. No ano passado, nós passamos para frente com a rede nova. Aumentou a pressão e tivemos de colocar as válvulas redutoras de pressão, mas diminuimos as perdas, porque as redes antigas tinham muitos problemas de rompimento. Estamos fazendo isso agora nas quadras ímpares. Estamos atuando também no Lago Sul e fechamos lá no Gama.

Então, são coisas que são importantes. Além de tudo, estamos atuando fortemente na campanha contra o uso clandestino de água e ligações clandestinas. Ou seja, é fundamental que obriguemos as pessoas a pagar. O consumidor tem de pagar. Não é possível que a maioria pague e alguns se sintam privilegiados e não paguem, porque estão furtando água. Então, nós estamos atacando isso fortemente.

Do lado dos investimentos – eu acho que isso é muito importante e foi falado aqui –, o Mourão falou sobre os investimentos estruturantes. É fato que em 2010 nós já estávamos com uma curva de oferta e demanda se aproximando de uma maneira perigosa. As coisas deveriam ter andado mais rápido, mas, infelizmente, este é o Brasil. A infraestrutura no Brasil trabalha em soluços, por espasmos. A gente começa, para, começa, para. Infelizmente, a maioria das obras não termina. Nós estamos atacando isso também.

Respondendo ao Deputado Chico Leite, as obras do Corumbá, que estavam paradas, já foram retomadas. Viu Deputado! Estamos tocando. Elas retornaram em abril do ano passado e, de lá para cá, nós já colocamos, só de contrapartida, mais de 40 milhões somente nas obras do Corumbá. São obras importantes. É uma obra extremamente estruturante e que nós estamos fazendo em parceria com o Governo do Estado de Goiás, o Governo do Distrito Federal, a Saneago, que é a Companhia de Saneamento do Estado de Goiás, e a Caesb. É um investimento da ordem de 550 milhões de reais, dos quais 50% são de nossa responsabilidade e os outros 50% são da responsabilidade deles. Nesse investimento, temos claramente definidos quem executa o quê.

A nossa parte está andando. Goiás também paralisou essas obras, infelizmente, mas retomou no início deste ano. Inclusive, terça-feira, eu vou voltar a Goiás para participar de uma reunião com o Presidente da Saneago exatamente para saber como está a situação deles na obra de Corumbá. Então, Corumbá vai ser um dos sistemas de abastecimento do Distrito Federal.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS					
			Data 29 09 2016			Horário Início 15h20min			Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		

Para o Lago Paranoá, nós estamos fechando a licitação. É isso aí. Trabalhar com infraestrutura no Brasil é assim! Você bota uma licitação na rua, a licitação anda, para, anda, para. Há recursos! É a lei, e a gente tem de cumprir a lei. Felizmente, o último recurso o Tribunal de Contas liberou da parte principal da licitação do Lago Paranoá, que será uma licitação que vai ser de 470 milhões de reais. Nós a dividimos em cinco lotes. O principal deles chega a alguma coisa em torno de 250 milhões. Agora, recentemente, recebemos autorização do Tribunal de Contas para homologar a licitação, porque o segundo colocado estava brigando com o primeiro. Então, tem aqueles prazos todos. É justo que as pessoas que se sentem prejudicadas procurem os seus direitos, mas não é possível que se tenha isso recorrentemente. É o que está acontecendo. São muitos os recursos ao Tribunal de Contas e, às vezes, infelizmente, até à Justiça. Nós estamos superando esses obstáculos. Temos que garantir o recurso.


O Governo Federal está num contingenciamento muito sério. Já vinha assim. Esse ano, o Ministério das Cidades já sinalizou que não iria ter disponibilidade de recursos, e estamos negociando para, no ano que vem, pelo menos, assegurarmos esses recursos do Governo Federal via Ministério das Cidades, para a captação no Lago Paranoá.

Agora, é importante lembrarmos o seguinte: uma captação como essa no Sistema Paranoá ou no Sistema Corumbá não se faz de uma hora para outra. São sistemas de porte, cada um deles vai contribuir, ao final do plano, com algo em torno de 2.800l/s e se demora de quatro a cinco anos para fazer um sistema desses.

Realmente, infraestrutura você tem que pensar com antecipação. Não dá para esperar a demanda chegar para começar a fazer, porque você não vai atender. Nós estamos correndo atrás dessas coisas. A Caesb vem se esforçando, vem investindo e estamos nos mantendo com o apoio do Governo do Distrito Federal e também do Estado de Goiás e do Governo Federal. Isso já vem desde o ano passado, quando conseguimos retomar essas obras do Corumbá.

O Paranoá está no sistema de licitação. É uma licitação longa. Já tem mais de 15 meses. Diversas brigas e recursos ocorreram, e a gente vem controlando isso. Das cinco licitações, temos uma já homologada, a segunda em via de homologação e a terceira está na Justiça, porque houve um questionamento. As outras duas, estamos colocando em licitação, porque elas não são caminho crítico para fechar o Lago Paranoá, mas é preciso assegurar recursos.

Finalmente, temos o Bananal, que é um subsistema pequeno, responderia aí por 500l/s. Para esse, já assinamos contrato. Também foi uma licitação que demorou. Hoje você não consegue fazer uma licitação em menos de 12 meses. Nós estamos sendo... do nosso próprio sucesso, no caso, porque a Caesb equilibrou, porque a Caesb está pagando em dia. Todo mundo faz questão de participar das

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	


licitações da Caesb. Felizmente, está resolvido o Bananal. Nós conseguimos financiamento do FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste. A carta consulta foi aprovada. Então, é um financiamento FCO/Banco do Brasil, diretamente com a Caesb. A Caesb só conseguiu esse recurso no FCO porque está numa condição financeira equilibrada. No ano retrasado, ela teve dificuldade de conseguir.

Estamos fazendo essas medidas estruturantes. A outorga que foi dada pelo Estado de Goiás, via SECIMA – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado de Goiás – para o consórcio Caesb/SANEAGO – Saneamento de Goiás –, é de 5,6 m³/s, sendo 50% para o Distrito Federal e 50% para o Goiás. O sistema Corumbá não só irá resolver o problema ali da região de Santa Maria e Gama, aqui no Distrito Federal, como também de todo o Entorno Sul: Valparaíso, Luziânia e aquelas cidades que estão ali em torno de Luziânia.

Esse é um sistema extremamente importante. Investir em infraestrutura é fundamental e isso nós temos feito ao longo desses últimos vinte meses, porque você garante a qualidade de vida. Qualquer infraestrutura ajuda, mas no saneamento é fundamental para a qualidade de vida. Garante a qualidade das gerações futuras e garante também o emprego e renda. Essas obras que a gente vem tocando fazem isso. Só no Corumbá, Deputado Chico Vigilante, na ETA do Corumbá, estávamos com 350 empregados. São empregos diretos: carpinteiros, armadores. A construção civil precisa disso. Então, é importante, nessas horas, colocarmos essas obras para funcionar. É isso o que estamos fazendo. Temos essa preocupação. Os investimentos estão sendo feitos. Agora, as obras de engenharia têm o seu próprio ritmo. Por mais que aceleremos, temos que ter os caminhos críticos porque precisamos vencer essas etapas.

Nós temos aí Bananal, Corumbá e Lago Paranoá, que estão dependendo dos recursos agora. Isso aí tudo vai gerar, num final de plano, cerca de 6m³/s a mais de de água. A Caesb produz, tem uma capacidade de produção hoje de 9m³, o que significa que nós vamos aumentar em quase sessenta e poucos por cento dois terços da nossa capacidade, 66%. Então, isso vai garantir uma segurança hídrica de abastecimento público para, acho, até o ano 2050 ou até mais, depende. A gente vem observando que a população tem respondido, que o consumo *per capita* no Distrito Federal tem reduzido ao longo dos últimos anos. Isso é importante deixar claro. Então, a população ajuda, como ajudou agora. O Dr. Paulo Salles falou isso agora, e realmente se confirmou.

Então, é importante a gente deixar claro que os investimentos estão sendo feitos. Infelizmente, a infraestrutura no Brasil, como falei antes, vai aos solavancos, em espasmos. Você precisa ter uma continuidade para conseguir terminar as obras

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
			Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)			


que alguém iniciou, independentemente de governo. Normalmente essas obras de infraestrutura ultrapassam o governo, principalmente obras de grande porte.

Basicamente é isso o que queria dizer. A Caesb tem feito investimentos também em mídia. A gente fez uma campanha na televisão, no rádio. Não é barato. É um esforço que se faz. Mas, por exemplo, em todas as nossas unidades, você pode observar que tem um *outdoor*. Já há algum tempo, tem *outdoors* incentivando a população ao uso consciente da água, ao uso racional da água. Eu gostaria de dizer o seguinte: a Caesb não quer fazer racionamento, a Caesb não quer nem demanda este recurso, a sobretaxa de que o Dr. Paulo Salles falou agora. O ideal para a gente é que não caia o nível dos reservatórios. Agora, a gente está se preparando para isso. A gente espera pelo melhor, mas se prepara para o pior, para que, se ele vier, a gente não seja pego desprevenido.

Então, é um esforço conjunto. A gente tem tido apoio muito grande da área agrícola. Eu acho que o uso consciente da água no meio urbano e no meio rural é fundamental. A gente hoje tem uma parceria excelente na zona rural com a Emater, com a Seagri e a gente enxerga o seguinte: na realidade, o inimigo da Caesb, o inimigo do recurso hídrico não é o agricultor ou a zona urbana, é o grileiro, é exatamente o uso e a ocupação do solo, como o senhor mesmo falou, de maneira irregular, em que se ocupam as nascentes.

O Cerrado tem essa característica. A gente anda por aí e é impressionante. Recentemente, fazendo a rede de esgoto lá no Sol Nascente, vimos que, com 60 centímetros, estava dando água, muita água. Você tem que botar bomba para tirar, poder escavar, secar e assentar o tubo. Quer dizer, está claro que foi assentado em nascentes, em brejos. Infelizmente Vicente Pires é a mesma coisa. Isso aconteceu, mas a gente não pode deixar acontecer mais. Agora o problema está aí, e nós temos que chegar e atacá-lo, resolvê-lo. Isto é que é importante: olhar para frente e fazer o dever de casa.

A gente se prepara para isso. Não gostaríamos de fazer o racionamento, que pode chegar a 20%. Eu estava até olhando daqui e comentei para o secretário: "O dia está bonito". Nunca pensei que a gente ia achar que o dia bonito é o dia chuvoso. Que venha a chuva. A chuva ajuda, mas o que realmente tem asegurado as coisas hoje, os pequenos mananciais – a gente pode falar e responder para vocês sobre isso depois – é a ação da população, que reduziu o consumo, alterou hábitos. A gente não espera que ninguém pare de tomar banho. A gente só pede que diminuam um pouco o tamanho do banho, a extensão do banho – continuem, o banho é para isso mesmo –, para a gente não precisar fazer racionamento. É isso que a gente espera. Então, a gente quer que esses reservatórios sejam preservados, a gente precisa muito desses reservatórios, como precisa também dos pequenos mananciais, sem sombra de dúvida.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

Coloco-me à disposição para responder qualquer pergunta que porventura o pessoal faça. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado, Sr. Maurício Luduvicé.

Quero registrar aqui a presença do Sr. Leonel Generoso, Chefe da Unidade Estratégica de Biodiversidade e Cerrado, da Secretaria de Meio Ambiente; o Prof. Alex, Diretor da Escola Classe 501 de Samambaia; do Sr. Marcos Maia, Gerente de Meio Ambiente da Emater-DF. Muito obrigado pela presença.

Eu quero convidar para fazer uso da palavra o Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paranoá, Sr. Jorge Enoch Furquim Werneck.

SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa e todos os presentes.


Obrigado pelo convite, Deputado Chico Leite, por estar aqui. É um prazer para o Comitê da Bacia estar presente mais uma vez nesta Casa para debater sobre esse importante tema dos recursos hídricos.

Estamos vendo que a situação não está fácil. A Bacia do Paranoá abrange todos os afluentes do Paranaíba no Distrito Federal, não só o Paranoá, mas o Descoberto, o São Bartolomeu e outros. Esse nome ficou um pouco atrapalhado, porque parece que é só a Bacia do Paranoá, mas não é. Aproximadamente dois milhões e meio de pessoas, praticamente 90% da população do Distrito Federal está dentro da área de atuação desse Comitê de Bacia. A gente está acompanhando não só aqui, porque, na área agrícola... eu também sou do Comitê da Bacia do Rio Preto, onde, como o Paulo falou, tenho muitos chapéus e tenho acompanhado essa crise de perto junto aos usuários, ao poder público, sempre participando das reuniões de conselhos e comissões.

Concordo com o Luiz Mourão quando ele fala que o nosso sistema de gerenciamento de recursos hídricos tem muito a melhorar. Ele não tem funcionado, ele ainda não está 100% implementado. Ainda faltam as agências de bacias, ainda faltam os fundos de recursos hídricos, ainda falta uma infraestrutura para que a gente possa atuar de forma mais rápida e efetiva em situações como essas.

Não é de hoje que a gente tem falado da situação, assim como a Caesb, que também acompanha bastante, e a Adasa também. No ano retrasado, choveu muito em março e abril. Foi o que segurou um pouco a nossa barra. No ano passado, essa chuva não veio, a chuva foi muito ruim. E a gente contava com ela, muita gente contava com ela, mas sempre foi alertado que, se ela não viesse, a coisa iria ficar feia.

Eu estive aqui em março fazendo uma apresentação na Câmara dos Deputados também, mostrando os dados. Eu sou pesquisador da Embrapa. A gente tem algumas bacias experimentais espalhadas pelo Distrito Federal onde a gente


		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

monitora isso *pari passu* há cerca de 15 anos. E a gente consegue ver como a situação tem piorado nesses tempos, não só nas bacias onde temos ocupação antrópica, mas também em bacias naturais ou em bacias ocupadas onde não houve muita mudança de uso. Imaginem nas bacias onde tem mudança de uso do solo; imaginem nas bacias onde tem mudança de uso do solo de forma desordenada, onde a infraestrutura chega, em 90%, atrasada. E o passivo fica para a sociedade como um todo pagar.

Então, vejo essa crise também. Quer dizer, a situação nunca esteve tão ruim. Em rios onde eu media um metro cúbico por segundo ou mil litros por segundo, hoje eu meço cem litros por segundo. No ano retrasado, eu media seiscentos, setecentos. É uma coisa absurda o que a gente tem acompanhado. Eu nunca esperei, na minha vida, medir seiscentos, setecentos milímetros de chuva numa estação chuvosa dentro do Distrito Federal. E foi isso o que aconteceu em algumas regiões do PAD/DF, o que, enfim, realmente é assustador. Nenhum plano, por melhor que ele fosse feito, poderia prever esse tipo de coisa.

O que acontece? Quando você tem excesso, às vezes, nem precisa fazer gestão, porque a coisa meio que se arranja no andar da carruagem. Mas, quando falta, a gente precisa melhorar o sistema de gestão, a gente precisa trabalhar, enfim, de forma mais próxima. É isso que a gente tem visto acontecer, de certa forma, mesmo que talvez... talvez pudéssemos ter antecipado? Sim, talvez pudéssemos ter antecipado, porque, desde o final da outra estação de chuva, a gente tinha ideia de que este ano não seria um ano fácil.

Aí a gente ouve a fala do Maurício. Nós estamos com infraestrutura hídrica para entrar em operação daqui a dois, três, quatro anos. E se, neste ano, a estação de chuva for ruim? Então, é certo. E a pergunta é: o que que nós, sistema de gerenciamento de recursos hídricos, esta Casa, a Adasa e todos os envolvidos, podemos fazer para criarmos um ambiente favorável para ter a tão sonhada integração, as tão sonhadas ações, para que a Justiça, enfim, trabalhe a favor do processo, para que as leis trabalhem a favor do processo, para que consigamos realmente tomar as ações necessárias dentro dos prazos necessários? O Comitê de Bacia – não sei se todos conhecem a estrutura – é um ente de Estado, na verdade, previsto na Lei das Águas do Distrito Federal. Ele é composto por governo, sociedade civil e usuários da água. É assim na Bacia do Paranoá, do Preto e do Maranhão, que são os três grandes comitês de bacias do Distrito Federal. O Distrito Federal – não preciso dizer – é uma região de nascente, é uma região que verte para três grandes bacias, não tem disponibilidade hídrica grande, só rio pequeno. Não há rio grande dentro do Distrito Federal justamente por a gente estar na parte alta. A gente não recebe água de ninguém, praticamente, a não ser em algumas exceções, em pequenas áreas. Mas a água que a gente tem é produzida aqui dentro e eu não sei se o planejamento... E planejamento é uma palavra não só importante. É importante

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	31

cumpri-lo. Mas a gente precisa... Não sei se Brasília era planejada para ter quinhentos mil no ano 2000. Essa era a história. Chegamos ao ano 2000 com dois milhões, já estamos com três milhões, e são sessenta, setenta mil pessoas por ano a mais dentro do Distrito Federal.

A gente fez um trabalho junto ao ZEE, que talvez o André Lima comente daqui a pouco, em que se juntou Caesb, Adasa, nós, da Embrapa, e a Sema, sob a coordenação da Maria Sílvia, para se fazer um estudo de oferta e demanda. Já foi comentada aqui, pelo Dirceu, a importância disso. Chegamos à conclusão de que a capacidade de suporte do Distrito Federal já está praticamente tomada, seja na área agrícola, pela quantidade de água que é utilizada, seja nas áreas urbanas, onde nossos rios não têm capacidade de diluir o esgoto tratado que neles chegam, porque são pequenos e rio pequeno não aguenta desaforo.

Então, para onde nós vamos dentro do Distrito Federal? Nós já estamos buscando água em Goiás e já estamos usando um lago urbano para abastecimento público. Nenhuma dessas situações é muito confortável.

Temos água para daqui a trinta anos. E depois? E os nossos netos? Os filhos talvez aguentem. A minha, não, porque é muito novinha, mas como é que fica para os netos e como é que fica essa história de passar para a outra geração? Vejo muita discussão a respeito do desenvolvimento do Distrito Federal. Mas que desenvolvimento é esse que a gente quer para o Distrito Federal, já que a capacidade de suporte dos nossos rios já foi embora?

Então, acho que tem muita coisa para a gente discutir. Vou deixar o tempo para a plateia, mas nós, dentro do Comitê de Bacias, seja como Embrapa, seja como Conselho de Recursos Hídricos, estamos sempre abertos para discutir. Temos muitos dados interessantes e já temos apresentado em muitos lugares esses estudos feitos nas bacias do Distrito Federal. Nós estamos com uma crise forte de recarga, nossos lençóis freáticos estão baixos e 90% da água dos nossos rios vêm dos lençóis freáticos. Aí, junta-se isso com chuva diferente e com impermeabilização do solo, e o efeito pode ser e já está sendo bastante drástico para nós, do Distrito Federal.


Bom, ficamos, então, à disposição para as perguntas.

Muito obrigado, Deputado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Dr. Jorge.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE – Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa, tão seleta. Se tivéssemos Sergeth e Terracap aqui, tudo seria resolvido. Estaria pronto. De verdade. Essa é a lógica.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			

E uma coisa interessante: estamos começando um projeto para captação do Lago Paranoá. Quinze meses mais ou menos a licitação. Então, a gente vai demorar mais um ano ou dois para captar água do Lago Paranoá. Ao mesmo tempo, tenho um projeto, o Taquari 2, que vai acontecer aqui e vai impactar seis mil, dez mil pessoas a mais do que o Paranoá Parque etc., que vai sujar a água do Lago Paranoá. A gente fica correndo atrás do rabo. A gente corre atrás do rabo, literalmente.


Vou fazer um pedido ao nosso governo – sou base do governo. Deixo isso claro: mande o ZEE à Câmara urgentemente. Ele tem que estar na Casa. Temos que votar esse tal de ZEE.

Deputado Chico Leite, o senhor é o homem que está nesse processo e que tem toda a capacidade e moral para tocar esse processo dentro da Câmara. Então, sem o ZEE, a gente enxuga gelo, porque tem o PDOT e a LUOS para acontecerem agora, e vão acontecer. Estamos falando de adensamento populacional em um local estrangulado, que discutimos desde 2007. Tenho dez leis feitas de 2011 para cá, sempre na direção e na dimensão de economizar água, dizendo que vai acabar a água, dizendo que vai ter o racionamento. E aí está o racionamento! Então, acho que a primeira medida é o ZEE vir para a Câmara. Sei que o André, com a equipe toda, está debruçado sobre isso, trabalhando. É difícil, não é fácil, senão já estaria aqui. Mas acho que esta Mesa aqui tem a capacidade e o potencial de trabalhar isso, para que possamos aprovar ZEE. Ano que vem, tem PDOT.

Então, fica uma coisa desconexa. A gente vai fazendo, Deputado Chico Leite, vai adensando, mais gente para beber água, mais gente estercando... Porque todo mundo que tem saúde, pelo menos uma vez por dia, vai ali, não é? E produz. Mais lixo que a gente trabalha, e menos água. Então, primeira coisa: ZEE.

A segunda coisa – acho que o Secretário de Agricultura vai falar sobre isto: vamos implementar produtor de água em toda a área rural do Distrito Federal. Em toda a área rural do Distrito Federal. Nós temos uma experiência bem sucedida, não é isso, Jorge? Está bem sucedida, é verdadeira e é barata, Deputado Chico Leite! É uma coisa barata de se fazer! Os produtores querem, têm o apoio da Federação de Agricultura – se não tinham, agora têm – e é uma coisa simples de fazer. Não precisamos gastar muito. Aliás, quase nada. Eu e o Deputado Chico Leite, juntos, podemos emendar. Com emendas dos Deputados, a gente faz produtor de água em toda Brasília. Se fizermos um planejamento com esses dois anos, implementarmos um processo em que cada Deputado bote um milhão de emenda... Um milhão de reais de emenda por ano são 48 milhões de reais nesses dois anos. A gente faz produtor de água em muitos lugares.

Então, número um: ZEE. Número dois: produtor de água. Essa é uma decisão política do Governo. Juntam-se as secretarias aqui, mais Caesb e Adasa, e aí vai. Então, a gente já pode, automaticamente... Daqui já sai uma tomada de decisão

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		33

dos secretários de que se vai implementar agora em Brazlândia, no Descoberto. São duas atitudes pelas quais a gente não fica mais só na fiscalização e no debate. Fica uma coisa correta.

O Secretário de Meio Ambiente tem um projeto muito interessante para implementar aqui, que é o Cultivando Água Boa. É outro projeto importante que o Governo precisa abraçar com toda força e colocar no campo. Eu não estou mais falando dos projetos nossos, de ideologia, de sonho – esses são nossos –, estou falando de coisa concreta, clara, que dá resultado no outro dia. O resultado começa no dia seguinte. Se a gente começar a planejar, já começa a ter resultado.

Outro projeto que não custa. O secretário já procurou, já trouxe todo mundo para cá, já foi lá. Já está com tudo pronto para implementar. Mas todo planejamento de implementação tem que ter orçamento. Se não tiver orçamento, Deputado Chico Leite, não vai. Você sabe. A gente já tem discutido isso dentro do bloco. Eu acho que isso pode ser uma coisa permeada junto com a empresa, com a Caesb, dentro de um propósito que a gente começa a achar o dinheiro. Porque também não adianta dizer: “Olha, eu tenho que trazer de Corumbá, ainda tenho que fazer um trecho de 50 quilômetros e não tenho dinheiro.” Eu sei que tenho de trazer, mas eu não tenho dinheiro. Como é que eu faço? Aqui, nesse projeto Cultivando Água Boa e no Produtor de Água, as fontes de recursos são claras e fáceis.


Mas nada disso vai adiantar se não trabalharmos a questão da educação. E aí quero voltar ao papel das escolas da natureza, à questão da educação ambiental.

A gente sempre reage, a nossa sociedade é reativa, a nossa gestão é reativa. Reagir, na política pública, é rasgar nota de cem, é jogar dinheiro do contribuinte fora – quando a gente tem de reagir porque não toma atitude antes. É muito, muito, muito mais caro.

Então, a minha sugestão é que façamos um trabalho. Estou falando Escola da Natureza porque é o que eu conheço. É um programa, um projeto já implementado no Distrito Federal, que começou no governo Cristovam e formou um monte de professores e alunos: educou, trabalhou educação ambiental.

Eu estava falando com a Gabi, que está fazendo um excelente trabalho nessa parte de captação de educação ambiental na Secretaria de Meio Ambiente. Devemos bombar aquela menina ali, porque ela tem potencial. Pode apertar o pé no acelerador, porque ali tem motor.

É verdade: vamos investir nas pessoas. A gente sabe das condições em que o nosso governo está, mas, se ficarmos presos na crise, acabou. O capital humano está aí. Está aqui. Vamos juntar as ideias, juntar as mentes e os corações. Água é uma questão de todos nós, todos.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

Esse é um momento importante. Eu quero parabenizar o Deputado Chico Leite pela sensibilidade de fazer um evento como esse, com pessoas tão qualificadas como as que estão aqui. Já é tarde, mas tem gente qualificada e com potencial aqui neste plenário.

Eu quero me colocar completamente à disposição, como soldado mesmo, como um operário dessa causa, para o que precisar de mim, Deputado Chico Leite – V.Exa. que está presidindo essa sessão – e todas as autoridades que estão aqui. Para o que precisarem mesmo.

Logicamente, eu tenho um posicionamento sempre crítico, mas de crítica construtiva, porque eu quero construir. Eu acredito que o governo tem gente boa e está no rumo, mas precisamos avançar na velocidade do que estamos fazendo, porque o tempo urge. Já não temos mais tempo.

Então, quero colocar-me à disposição. Dei essas quatro ideias, mas quero estar junto, operando essas quatro ideias, para podermos fazer.

Estou muito agradecido pela oportunidade, Deputado Chico Leite. Parabéns pelo evento. Estamos juntos.


PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Deputado Joe Valle, sua participação é sempre muito construtiva.

Eu quero passar a palavra agora ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, José Guilherme Tollstadius Leal

SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Boa tarde a todos. Agradeço o convite do Deputado Chico Leite. Agradeço também ao Deputado Joe Valle e ao Deputado Chico Vigilante, que estiveram aqui. Cumprimentando a Jane, única mulher da Mesa, cumprimento aqui meus colegas, para ganhar tempo, nos cinco minutos.

O setor rural já vinha tendo problemas e sofrendo com a questão da água desde o início da chuva do ano passado, quando nós tivemos, para quem não sabe, perdas de safra de feijão. Teve produtor que não colheu quase nada por falta de chuva em dezembro. Choveu bem em janeiro, até acima da média, e os produtores até investiram na segunda safra, numa expectativa do que a modelagem da previsão de tempo indicava – que poderiam ser um pouco menores as chuvas nos meses de fevereiro, março e abril. Só que elas foram muito menores, e nós tivemos uma redução expressiva na segunda safra. Isso ensejou, inclusive, redução da área irrigada.

Os números do Ministério da Agricultura indicam que a produção aqui do Distrito Federal esse ano vai recuar 300 milhões de reais em valores brutos de produção. E o recuo ainda pode ser maior do que isso, porque não se faz a captação do que recua em termos de produção de hortaliças, que talvez seja compensado pelo aumento do preço, mas a produção reduziu.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		35

Eu estou falando isso porque sempre que a gente entra no debate – e pela fala do Maurício aqui já está claro que não é o Maurício, não é o Paulo da Adasa, ou seja, não é Caesb, não é a Adasa –, muitas vezes a sociedade pensa que o agricultor é o vilão porque ele usa muita água. Usa água, sim.


Eu estive, no final de agosto, em Brazlândia, discutindo com os produtores a questão da Festa do Morango. A gente já sabia do problema – o Maurício ligava –, aí comecei a falar com alguns agricultores: “Olha, vou aproveitar aqui a reunião. Nós vamos ter um problema. Vocês vão ter que reduzir um pouco a irrigação. O negócio está feio”. Aí um agricultor conhecido nosso, Deputado Joe Valle, disse: “Engraçado, eu estou aqui há trinta anos produzindo goiaba, morango, e eu vejo Brasília construir prédios, aumentar a população, o pessoal fazer perto das nossas chácaras parcelamento irregular, impermeabilizar” – não falou com essas palavras – “e colocar um monte de casa, e, agora que dá o problema, eu que vou ter resolver?” E eu não tive o que falar. É difícil, Deputado.

Estou falando isso porque a gente entende que o espaço rural pode ser grande parte da solução desse problema, ele participa da solução do problema. O solo é a nossa grande caixa d’água. Todo mundo vê os reservatórios. A gente olha para o reservatório e pensa: “Choveu em cima do reservatório”. Não, tem que chover na bacia que vai abastecer os cursos d’água que vão chegar ao reservatório. Então, o solo é a nossa grande caixa d’água.

Nós não temos como fazer chover, não é, Jorge? Ninguém aprendeu até agora como é que faz chover, mas temos como aproveitar melhor a água, quando chove. Toda estratégia de aumentar a infiltração da água da chuva, que é o manejo de solo, é possível ser feita, com especial atenção às áreas de recarga, às áreas adjacentes de estrada – em que nós temos problema –, à proteção das nascentes e dos cursos d’água, com revegetação. É importantíssimo que isso seja feito.

Nós temos que fazer um trabalho, e estamos fazendo – eu vou dar alguns exemplos –, de redução das perdas na condução da água que existe e no armazenamento dessa água. Temos que discutir seriamente a questão de reservação de água, sim, Rafael, com tecnologia. Nós já discutimos, mas é necessário que trabalhemos. E nós estamos pensando em trabalhar nas áreas de assentamento aqui com cisterna, Maurício, coisa que a gente pensava ser só para o Nordeste. Mas tem produtor que está tendo que levar caminhão pipa para abastecer alguns assentamentos em Brasília.

Então, nós vamos ter que pensar desde a pequena reservação da cisterna para o consumo humano da população rural até alguns sistemas de reservação para produção também, que possam contribuir com a regularização da vazão dos cursos d’água. E, logicamente, o uso adequado. A gente sabe que tem muito a avançar no uso adequado da água dentro da agricultura: melhorar o manejo de irrigação, a

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
			Data 29 09 2016			Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

substituição de sistemas de irrigação – mesmo na pecuária já existem tecnologias para aproveitar melhor a água disponível utilizando-a corretamente.

Nisso tudo, nós fizemos – a Secretaria da Agricultura, com a participação da Caesb, da Secretaria de Meio Ambiente, com a Embrapa ajudando, a Emater também – esse plano de manejo de água e solo em unidades de produção. Mas nós não fizemos isso agora, não, fizemos no ano passado. E falávamos assim: vamos trabalhar para que Brasília não fique igual a São Paulo. Mas esses resultados são a médio, longo prazo. Infelizmente nós tivemos essa crise, esse problema agudo da chuva, que evidenciou o problema que nós temos em Brasília.


Nesse plano, a gente prioriza unidades hidrográficas. Já começamos a trabalhar na unidade hidrográfica do Rodeador, a segunda agora é a unidade do Extrema, que são importantes para a agricultura na bacia do Rio Preto, e estamos fazendo com recursos disponíveis.

Então, um dos grandes desafios é dar escala a essa ação organizada com envolvimento da comunidade rural para que a gente possa ter uma proteção e utilização melhor. E utilizar, como o Deputado Joe Valle falou, todas as tecnologias que compõem o produtor de água dentro dessas bacias. O nosso planejamento é avançar uma unidade hidrográfica por semestre. Mas, se a gente quiser dar escala, nós vamos ter que avançar mais. Esse é um ponto principal.

Eu queria aproveitar aqui – como título, a gente fala de debate da situação hídrica, mas desafios e propostos – a Câmara Legislativa, Deputado Chico Leite, primeiro já para fazer um agradecimento, porque tem alguns Deputados que já estão ajudando em iniciativas de revestimentos de canais coletivos de irrigação. O Próprio Deputado Joe Valle, nós temos emendas do Deputado Lira, do Deputado Juarezão, que já estão ajudando. Nós já estamos implantando, este ano, e isso vai nos render alguma economia de água.

Existe um trabalho que a gente considera fundamental, que é a recuperação do Canal Irrigação do Núcleo Rural Santos Dumont. Por quê? Porque ele impacta diretamente a captação da Caesb do Píripau que abastece Planaltina.

Nesse esforço articulado do Governo, a parte técnica da Secretaria, a própria Embrapa ajudou, a Emater participou, conseguiram que a Adasa contratasse o projeto. O projeto está pronto e contratado. Pedimos o apoio da Câmara Legislativa para nos ajudar – contratou o projeto executivo – a obter os recursos para a execução dessa obra. São 10.3 milhões. A implantação dela vai retirar a perda de 100 litros por segundos, que vai poder aumentar a captação da Caesb. Então, é uma obra importantíssima, com um resultado imediato assim que nós fizermos. Isso, eu considero um ponto importante.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

Acho que o desafio da ampliação do produtor de água colocado aqui é fundamental. Brasília já fez bastante na Bacia do Pípiripau, aprendeu a fazer as instituições. Nós temos condições de avançar e dar escala. Logicamente precisa ir garimpar o aporte de recursos para que possamos fazer isso.

Dentro do Plano de Manejo e Conservação de Água e Solo, nós estamos elaborando um projeto de lei de manejo e conservação de água e solo para o Distrito Federal. E estamos com muito cuidado porque o setor agrícola já é bastante regulado. Ele acaba sendo refratário. Então, a gente pensa em uma lei que tenha mais a linha do fomento e do incentivo do que a do comando e controle.

Mas, é necessário que a gente tenha, também, alguma coisa em termos de comando e controle. O Paraná já tem a lei instituída há muito tempo. Trabalhou muito tempos só na questão do incentivo e, do ano passado para cá, acabou tendo que começar a entrar em algumas ações de comando e controle previstas na lei para recuperar a tradição que o Paraná construiu de conservação de solo.

Então, essas são, no prazo que nos foi dado, de uma forma geral, ações para área rural, mas eu não podia deixar aqui de encerrar e falar o seguinte: eu não acredito que nada disso irá funcionar se a gente continuar tendo ocupação desordenada do parcelamento irregular do solo.

A gente sabe que é muito dolorido uma família ter a sua construção interrompida. Essa família tem rosto. Ela vem para cá, ela mobiliza. Mas, é muito dolorido para Brasília ter – como foi falado aqui pelo Deputado Chico Vigilante – a morte de nascentes. Será que as pessoas para fazer as suas casas, com toda a questão social que a gente sabe, têm também o direito de usar a terra pública onde não estava previsto, porque depois vai ter que ter água, vai ter que ter não sei o que, vai ter que ter asfalto, o recuso da sociedade, e matar as nascentes?


Então, é um debate, hoje, que sabemos que é complicado, mas ele precisa ser enfrentado. A nossa cidade não vai resolver problemas. Caso contrário podemos buscar água mais longe se continuarmos do jeito que está. Vamos buscar aonde der!

Acho que nós precisamos de uma aliança muito forte com a sociedade civil, principalmente, mais o Executivo e a Câmara Legislativa para que a gente tenha sucesso em uma reversão desse quadro.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Sr. Secretário José Guilherme.

Esse é um desafio, nós temos que assumir. Sei o que tenho sofrido esses quatorze anos por conta dessa luta quase solitária. Uma coisa é o discurso, outra coisa é a prática. Na prática, todos se aliam, o discurso é pelo coletivo, mas o interesse é individual.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS					
			Data 29 09 2016						Horário Início 15h20min		

Concedo a palavra à Sra. Jane Vilas Boas, Presidente do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental.

SRA. JANE VILAS BOAS – Seguindo o exemplo do Secretário José Guilherme, eu vou saudar a Mesa na pessoa do Deputado Chico Leite para ganhar tempo; e da minha solidão de gênero aqui na Mesa saúdo todas as mulheres da plateia.

Nesse tema da água, antes de ir para a questão institucional, temos um livro sagrado que está aqui na ponta da mesa que, nos seus primeiros versículos, diz que o espírito de Deus pairava sobre as águas quando não havia nada. Havia a água e o espírito de Deus. A água, de certa forma, na cosmovisão cristã, preexiste todas as outras coisas. Então, nós estamos lidando aqui com um assunto de extrema importância filosófica, teológica, social e antropológica, enfim.

O tamanho da nossa plateia nos diz que é muito verdadeira uma frase dita numa reunião do Conselho dos Recursos Hídricos e do Conselho de Meio Ambiente, convocada pelo Secretário André Lima, que diz que as primeiras coisas que as chuvas lavam é a memória da seca. A gente não tem o treinamento dos cearenses, não o Pedro Ivo que nem está mais assim tão desidratado, mas os cearenses ficam cinco anos aprendendo a conviver com a seca. Nesse caso, lidamos realmente com isso de uma forma em que se precisa de uma mudança no mínimo da cultura antropológica que nós temos em relação a esse recurso.

Eu quero aqui contribuir. Como o Ibram no geral e tradicionalmente é culpado de tudo, eu vou fazer aqui um *mea culpa*. Nós somos responsáveis por uma série de coisas, e a instituição não tem robustez orçamentária nem pessoal e os demais recursos para cumprir a nossa missão que é proteger o meio ambiente. E a água é um dos componentes ambientais de grande identidade para nós porque nós estamos num planalto, e daqui do alto do Planalto Central escorrem as águas para o resto do Brasil. E o Ibram tem uma responsabilidade de trabalho, nós temos nascentes muito importantes em Unidades de Conservação que são de responsabilidade da nossa gestão.

Então, nós tentamos, diante da forma de trabalhar um pouco caótica que encontramos, criar e trabalhar, junto com a Adasa e a Agência Nacional de Águas, o Plano de Monitoramento e Fiscalização de Recursos Hídricos, porque organizar e planejar é um desafio para sairmos das ações desordenadas, cotidianas, os secos e molhados, sem nenhuma estratégia. Esse esforço está produzindo isso. E como nós somos uma instituição faltosa, com falta de quase tudo, a gente se socorre da Adasa e da Agência Nacional de Águas para montar esse plano.

Nas Unidades de Conservação nós somos responsáveis por manter, cuidar, monitorar e proteger os mananciais. Dois exemplos muito fortes de que eu falei são a Esecac – Estação Ecológica de Águas Emendadas, onde nascem as cabeceiras, como se diz no popular, tanto do Rio Tocantins como do que vai virar Itaipu depois,

Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
29	09	2016	15h20min	84 ^a SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	39

e aqui, mais domesticamente, os nossos pequenos rios – o Werneck falou, e achei muito bom, que não aguenta desaforo – como o Riacho Fundo, que nasce no Parque do Riacho Fundo e na Granja do Ipê, que é uma Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico – e vai desaguar no Lago Paranoá, onde vai ter captação. Então, essa responsabilidade do Ibram é muito maior do que o próprio Ibram, e por isso a gente se socorre de outros parceiros.

A linha de trabalho para nós dada pela SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – tem uma centralidade na água. O Secretário André estabeleceu uma linha líquida para a atuação de todo mundo. E, no nosso caso, essa operacionalização envolve toda essa responsabilidade.


Nós temos de certa forma o tema água espalhado na instituição como um todo, tanto na questão de fiscalização e monitoramento, como no licenciamento. Nós somos responsáveis por atestar a capacidade de suporte quando entram empreendimentos para nós licenciarmos, tanto para esgoto e águas pluviais, quanto para captação – essa é a parceria com o Dr. Maurício –, e também atestamos, analisamos e indicamos o impacto das grandes obras, tanto públicas como privadas, nesses corpos hídricos do DF.

Existe o Plano Distrital de Saneamento, no qual nós temos também uma intervenção. Nós oferecemos os dados práticos dos nossos licenciamentos e monitoramentos e nós temos que exigir o cumprimento das diretrizes desse plano. Então nós somos operadores de um plano que não é emanado da Secretaria de Meio Ambiente, mas é contribuição coletiva do governo e, no processo de licenciamento, nós somos responsáveis por exigir o cumprimento dessas diretrizes.

Nós temos na equipe do Ibram um espécime muito raro no GDF. Em toda a estrutura do GDF nós temos um meteorologista, que é membro da equipe da Superintendência de Estudos, Programas, Monitoramento e Educação Ambiental – SUPEM. Parece-me que ele é o único meteorologista contratado. A categoria dele não tem sindicato. Essa pessoa nos permite analisar os dados do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET. Com essa única criatura a gente faz essas análises e disponibiliza para o DF.

Nós temos também o trabalho de inventariar e diagnosticar a qualidade das nascentes, esses fenômenos assassinados. Todo mundo registrou aqui que as construções e o uso irregular da terra vão destruindo as nossas nascentes. O Ibram está fazendo esse inventário nas unidades de conservação e também diagnosticando e relatando a qualidade delas. Esse trabalho é só nas unidades de conservação, mas, como elas são 74 parques e mais 22 outras categorias, de certa forma isso dá um bom pedaço de território onde a gente trabalha a proteção e o inventário.

Uma última coisa é sobre o que o Deputado Joe Valle contribuiu aqui de forma muito interessante, falando da centralidade da educação, no caso da água.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		40

Nós temos uma equipe de educação ambiental, que realmente não consegue abarcar o DF como um todo. Então nós focamos o trabalho de educação ambiental para a proteção de nascentes na Bacia do Descoberto – pela exposição do Dr. Paulo, da Adasa, essa área é extremamente relevante, pelos serviços de abastecimento – e na Granja do Ipê, que é a nossa obrigação doméstica em relação ao Riacho Fundo. Como a gente está começando esse trabalho, pode ser replicado depois e ampliado como política pública generalizada.

Então, essa é a contribuição do Ibram dentro das suas possibilidades. O que vocês podem ter de expectativa em relação a nós são essas cinco coisas e algumas contribuições laterais com outros grandes atos dos grandes atores, que são Caesb, Sema, Adasa e o nosso Conselho de Recursos Hídricos, que representa a sociedade. Colocamo-nos aqui à disposição para os questionamentos. Obrigada.


PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Dra. Jane Vilas Boas.

De qualquer maneira, nós vamos abrir para a plateia pelo menos cinco registros, mesmo com o tempo curto. Vou pedir que a Secretaria recolha os nomes.

Enquanto isso, concedo a palavra ao Dr. André Lima, Secretário de Estado do Meio Ambiente.

SR. ANDRÉ LIMA – Primeiro, quero parabenizar o Deputado Chico Leite e agradecer-lhe por organizar esta sessão. E gostaria de dizer que eu fico realmente preocupado, Deputado, pois é claro que há muitas coisas importantes acontecendo no Distrito Federal no dia de hoje, mas uma sessão no plenário da Câmara Legislativa para debater um tema de tamanha relevância para toda população de Brasília, realmente eu fico preocupado ao ver poucos Parlamentares aparentemente interessados nessa crise. Acho muito importante registrar que eu gostaria de falar aqui com uma presença boa de Deputados para debater efetivamente aquilo que o governo está fazendo, o que o governo não está fazendo, mas precisa fazer. E dizer que o que eu vou apresentar aqui, na verdade é um pouco do que estamos fazendo, um pouco do que a gente está propondo, mas, sobretudo, pedir o apoio desta Casa ao que está sendo feito e ao que nós estamos propondo.

Foi dito aqui por todos, e é difícil falar depois de tanta gente competente, qualificada, que sabe o que está falando, e que está fazendo aquilo que está falando, mas eu vou procurar registrar algumas coisas importantes. Já foi dito aqui, e é bom destacar, que nós estamos vivendo um novo normal climatológico. Quando a gente pega as médias dos últimos anos, principalmente dos últimos dez anos, a gente vê que a média já não é mais a mesma. Então nós temos de encarar isso como uma realidade. Esta crise, na verdade, não é uma crise de agora. Nós estamos vivendo a consequência dela. A crise é a crise de como nós estamos lidando com a água.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		41


O ser humano é o único mamífero, como disse o Deputado Joe Valle, que esterca em água tratada, conscientemente. Então essa crise é uma crise da cultura do povo. E foi dito aqui sobre o crescimento populacional de Brasília por migração, e também crescimento vegetativo na taxa de 50 a 60 mil habitantes ao ano. Um consumo histórico! Eu tenho de concordar aqui, em parte, com o Mourão, e aí me coloco também como cidadão, o consumo histórico médio da população de Brasília está muito acima da média aceitável. Isso é uma questão cultural, uma questão da educação onde o governo tem responsabilidade também por não chamar a atenção, porque se se omitir em relação a isso, nada está fazendo. A cultura da grilagem de terras, que é quase possível dizer que ela é endêmica aqui no Distrito Federal. Guardadas as devidas proporções, na mesma escala que na Amazônia.

Então, tudo isso obviamente agrava essa situação em que estamos em um novo normal climatológico com perspectiva de, a cada ano que passa, a cada década que passa, menos chuva, mais calor, conseqüentemente mais demanda de água, crescimento populacional... Então, realmente é uma situação que precisa ser muito debatida, e ações estruturantes serem implementadas.

O que o governo tem feito em relação a alguns aspectos estratégicos? Combate à grilagem como nunca foi feito antes neste Distrito Federal. Muito aquém do que é o necessário? Talvez. Mas se a gente comparar com tudo o que foi feito historicamente no Distrito Federal, eu posso dizer com tranquilidade que o que está sendo feito é histórico e é inédito. Me preocupa muito determinadas iniciativas políticas no sentido de aprovação de leis que impedem a ação do governo para ocupar o combate à grilagem – isso me preocupa muito – e, sobretudo, determinados arranjos no sentido de não votarem nada que seja estratégico para o governo enquanto as ações de desobstrução de áreas griladas continuarem. Isso preocupa também. Eu acho que esta Casa precisa refletir bem, porque como foi dito aqui, é unanimidade que um dos problemas que agrava a situação da crise hídrica é a ocupação irregular do solo, sobretudo a grilagem de terras, que acaba demandando mais da Caesb, mais da Adasa, mais da CEB, e investimentos. Investimentos esses que não existem! Isso vem sendo feito de maneira sistêmica.

Nós temos uma comissão formada por secretários. Seis secretários de Estado compõem uma comissão para o enfrentamento à grilagem de terras com ações efetivas, mapas de grilagem de terras, um método para definir quais são as prioridades de combate, porque isso não pode ser uma coisa aleatória ao sabor da vontade do gestor de plantão, há critérios objetivos para o combate à grilagem.

Eu quero cumprimentar o Deputado Cristiano Araújo, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, com quem estive na terça-feira debatendo esse tema.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS					
			Data						Horário Início		
29 09 2016			15h20min			84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)			42		


Os mapas de áreas críticas para o combate à grilagem mostram à sociedade a magnitude e a dimensão desse desafio e desse problema, porque a sociedade sabe que ele existe, mas precisa ver o tamanho da bronca e da magnitude do problema. Esse é um campo de ação que não é emergencial, é estratégico e precisa ser fortalecido. Por isso, a gente pede o apoio desta Casa para as ações de combate à grilagem de terras no Distrito Federal.

Quanto às ações relacionadas ao cerrado, nós estamos investindo um milhão e trezentos mil reais do fundo do meio ambiente para o cadastro ambiental rural. O Deputado Joe Valle falou aqui da importância de um programa ao produtor rural. É muito importante que o produtor rural que queira aderir ao Programa Produtor de Água entre no cadastro ambiental rural, entre no programa de regularização ambiental, para que possa ser reconhecido efetivamente como produtor rural. A partir daí, ele passa a ser monitorado no uso do solo, e a gente sabe o que está acontecendo com as nascentes, se estão sendo recuperadas efetivamente ou não. É fundamental a gente ter o apoio desta Casa para esse programa, inclusive, se possível, com apoio no sentido de emendas, para que ele possa ser estendido a todo o território. Nosso foco, num primeiro momento, até 2017, é a região do Descoberto, em função do caráter estratégico para o abastecimento da cidade.

O programa piloto de recuperação do cerrado, nós estamos tentando implementar já para 2017, em parceria com a Terracap e com outros órgãos. Estamos indo atrás de outros devedores de compensação ambiental, para implementar uma grande ação com métodos inovadores de recuperação de cerrado em áreas críticas, para não pulverizar plantio e focar, buscar sinergia e plantio em áreas consideradas críticas e sensíveis do ponto de vista de produção de água.

O zoneamento ecológico econômico, o Deputado pediu para que venha à Casa. Nós estamos na reta final de elaboração da minuta do projeto de lei. A nossa meta é apresentar esse projeto de lei no dia 9 de dezembro, um dia bem importante para mim. Quem estiver curioso, depois eu posso dizer o porquê. No dia 9 de dezembro, queremos encaminhar a minuta do projeto de lei, e que tenhamos um tempo para debater. Não queremos aprovar essa lei este ano. Queremos debater nesta Casa durante o primeiro semestre inteiro, para poder aprovar. A minha proposta é que ele seja aprovado no plenário desta Casa no dia 5 de junho do ano que vem, no Dia Mundial do Meio Ambiente. Não sei se cai em dia de sessão, mas já faço aqui uma proposta.

Nós vamos ter uma reunião no dia 6 de outubro na Universidade de Brasília para debater como trazer, como fortalecer a agroecologia no zoneamento ecológico econômico. Como foi dito aqui pelo Secretário de Agricultura, para reverter o quadro de crescimento irregular das cidades sobre as áreas de agricultura, precisamos fortalecer a agricultura, sobretudo a agricultura ecológica, a agroecologia, com nenhum uso de agrotóxicos, com uso de outros sistemas, como sistemas

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			

agroflorestais, com agricultura orgânica. Enfim, fortalecer aqueles que estão querendo efetivamente desenvolver uma agricultura considerada sustentável.


Outro elemento que foi trazido, e eu quero reforçar o que foi dito aqui pelo nosso amigo presidente do comitê de bacias, o Jorge, é o aperfeiçoamento do sistema, como foi colocado também pelo Professor Paulo Salles, mas sobretudo o fortalecimento do Conselho de Recursos Hídricos, porque é a instância na qual a sociedade debate com os agentes de governo não só sobre a crise, mas sobre as questões estruturantes de recursos hídricos. Infelizmente, o nosso Conselho de Recursos Hídricos, até hoje, ainda é um espaço muitas vezes de debate, de troca de informações, mas com poucas ferramentas efetivas para fazer com que as agendas de recursos hídricos andem. E a gente precisa debater o papel de cada um no sistema de recursos hídricos.

A Adasa é um órgão regulador, o Comitê de Bacias, o Conselho de Recursos Hídricos, o órgão de fiscalização, isso tudo é muito importante a gente aprimorar, porque quando não há crise, é mais fácil acomodar as lacunas, sombreamentos, e a gente acaba acomodando. Mas num momento de crise, como se faz? Paulo Salles tem sido um parceiro importante, chamando sempre o Conselho de Recursos Hídricos a debater esses temas estratégicos previamente, como foi o caso da Resolução 13, que definiu a criticidade dos reservatórios.

Por fim, vou elencar alguns elementos importantes. No ano que vem nós teremos uma conferência distrital de meio ambiente, e eu peço o apoio de todos os deputados distritais. Essa conferência distrital de meio ambiente terá como tema central a água. Esperamos que essa conferência seja realmente mobilizadora da sociedade e esse tema seja amplamente debatido, para que a sociedade incorpore esses desafios e esse tema entre efetivamente na agenda cotidiana dos diferentes órgãos da sociedade. Essa conferência será conduzida pela Secretaria de Meio Ambiente, mas obviamente terá a participação da sociedade. Eu quero pedir o apoio desta Casa.

O combate veemente, como eu falei aqui, ao desmatamento irregular e à grilagem de terra, sobretudo no Descoberto, é uma ação, um compromisso que nós queremos assumir, e vamos fortalecer essas ações.

O investimento em campanhas é fundamental. Ainda somos muito tímidos no investimento em campanhas de uso consciente de água. A minha recomendação, inclusive ao Prof. Paulo Salles, nós estamos elaborando uma proposta nesse sentido, é que, se houver, e for necessário haver essa taxa de contingência do sobreuso da água, majoritariamente esse recurso seja investido em educação ambiental e em campanhas de uso consciente de água. Se o sobreuso é a falta de educação no uso da água, é preciso combater a falta de educação com educação. Isso é estruturante para mudar a cultura antropológica, como disse aqui a Jane.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

Teremos que ter – sempre temos que ter, e agora muito mais – um cuidado e uma avaliação muito mais cautelosa sobre novos empreendimentos em áreas estratégicas de recarga de aquífero. Isso é muito importante. O zoneamento vem para apoiar essa necessidade, essa demanda.

Por fim, acho muito importante, lá no Conselho de Recursos Hídricos nós começamos esse debate na sexta-feira e vamos avançar, fazer toda uma revisão do nosso Plano de Gestão Integrada de Recursos Hídricos. Se ele não previu essa crise devidamente, ou se ele previu e estabeleceu medidas que não foram adotadas, isso precisa ser fortalecido, precisa ser revisto.

O Paulo está me lembrando aqui de que no ano que vem nós teremos em Brasília o encontro nacional dos comitês de bacia. Se não me engano, será em outubro do ano que vem. Também é importante que todos participem, porque é um mecanismo para debater o caráter estratégico dos comitês de bacia, não só em momentos de crise, mas na estruturação do sistema de recursos hídricos.

Eu quero dizer que a Secretaria de Meio Ambiente é muito pequena, com muito pouco recurso. Ela tem buscado olhar para assuntos estratégicos e estruturantes e neles trabalhar com pouca, digamos assim, capacidade para ações emergenciais para reverter o quadro atual, mas com muita gente competente, comprometida em buscar mudar e fortalecer o sistema. Enquanto são feitas as ações de combate à crise, vamos estruturando programas estratégicos para fortalecer o sistema de meio ambiente, tendo a água como um critério fundamental.

Estou à disposição dos senhores para o debate. Agradeço mais uma vez ao Deputado Chico Leite e à presença dos Deputados Joe Valle, Cristiano Araújo e Chico Vigilante. Acho muito importante os Deputados estarem realmente presentes e atentos a esse tema crítico. Nós precisamos do apoio da sociedade e desta Câmara Legislativa para superar essa crise.


Muito grato a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado ao Secretário André Lima.

Quero fazer o registro da passagem do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Cristiano Araújo, que veio unir esforços à prosperidade da nossa luta. Ele disse que estava em agenda, mas se colocou à disposição para aquilo que pudessemos encaminhar.

Passando à participação efetiva dos audientes, convido o empresário João Soares para fazer uso da palavra.

SR. JOÃO SALES – Vou ser breve, muito breve. Meu nome é João Sales, sou engenheiro civil, fui consultor da Unesco na elaboração da Política Nacional de

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		45

Recursos Hídricos em 1997. Fui também, cheguei a ser o Secretário Nacional de Recursos Hídricos na época do Itamar Franco. Hoje eu sou simplesmente um empresário. Há mais de vinte anos eu me dedico à questão empresarial, lutando por essas questões ligadas à água.

Em todo evento, espera-se que haja recomendações, mas não ouvi nenhuma recomendação, a não ser do Dr. Paulo, que a fez, e não houve mais nenhuma. Então, meu foco vai ser esse.

Antes de mais nada, inspirou-me muito o que a Dr. Jane falou, quando ela olhou esse livro que está aqui do meu lado, que me lembra uma coisa, gente: vocês já ouviram falar em crise hídrica em Israel? Será que não tem crise hídrica em Israel porque lá eles têm mais água do que a gente? Não é nada disso. Não é, gente? Na verdade, isso é uma questão de gestão.

Eu acho que nós todos, técnicos, já sabemos muito bem que essa crise hídrica já estava se avizinando há muito tempo, há décadas. Eu conheço algumas pessoas aqui há mais de dez anos, e já labutamos muito nisso, nessa área. Realmente nós estamos aqui numa grande oportunidade.

Vocês já ouviram falar em reúso da água? Aqui ninguém tocou nesse assunto: reúso da água. Reúso da água, gente, em Israel, quem conhece Tel Aviv – eu estou me inspirando agora por causa disso aqui. Quem conhece Tel Aviv? Se bobear, vai tomar água de reúso potável. Não é de reúso não potável. É de reúso potável. Não sei se vocês sabem o que significa isso. Aquela água que vai sair por causa das necessidades fisiológicas você vai tomar. Um já me disse aqui: “Mas isso é um absurdo. Como é que pode?” Isso é uma questão cultural.


Vocês sabem quando foi que se fez a tecnologia de reúso da água potável? Em 1969, pela Nasa. Sabe quando? Quando os homens tiveram que ir à lua. Quando os homens foram à lua, eles disseram: “Nós vamos para a lua e como é que vamos fazer nossas necessidades?” “Já está resolvido. Existe um sistema que vai permitir a vocês fazerem suas necessidades, vocês vão retroalimentar seu organismo e está tudo bem”. Alguém ficou doente por isso? Não.

Então, gente, não é tecnologia o problema. O nosso problema é institucional, crise política, financeira e econômica. A questão não tem nada a ver com crise hídrica, verdadeiramente falando.

Na verdade, gente, para essa questão básica, eu venho aqui propor uma recomendação.

Recentemente, com o novo governo que se implantou agora na esfera federal, começou a se falar em Programa de Parcerias de Investimento – PPI.

A Caesb mesmo já sabe e conhece bem esses aqui, porque o próprio GDF já está fazendo isso na implantação de unidades habitacionais. Simplesmente, vai o

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		46

empresário – eu não vou ficar citando quais das áreas habitacionais –, vão os empresários e conseguem, sim. Falam: “Muito bem, eu quero fazer”. “Então, muito bem. Você vai me apresentar um com a questão conceitual, como é que vocês vão cuidar da água do esgoto”.

Então, o que é que eu, na verdade, recomendo? Eu estou falando isso aqui porque eu tenho acompanhado muito essa questão das PPIs da Cedae, no Rio de Janeiro. Eu não sei se vocês conhecem isso. Na verdade, o que está havendo lá é um enorme esforço.


Como não existe recurso, não adianta a gente querer dizer: “Ah, Corumbá IV, tudo bem; Paranoá, vamos aumentar em 6m3 aqui e tal”. Mas cadê o dinheiro, gente? Dinheiro não tem.

Então, o que tem que se fazer agora? São parcerias. Não é privatização. Não existe isso. Privatização não é a palavra certa. É concessão. O que se fala é concessão.

Se por acaso houver a questão de uma PPI, a empresa que detém, sim, legalmente, a exploração do saneamento, vai receber do governo uma parcela do que ele está fazendo ali para que as coisas andem, sem aumento da tarifa para a população. Isso é que é o mais importante. Isso, sim.

Diante disso, o que eu estou recomendando neste momento? Que exista, sim, nesta Casa, que é uma casa política, uma decisão política envolvendo a Casa Civil do GDF, a Adasa, a Caesb, a Assessoria Legislativa e o próprio Ibram, no sentido de encaminhar uma proposta de se fazer uma PPI ao BNDES, que encaminharia essa proposta à Secretaria Executiva do PPI, que fica junto à Presidência. É uma discussão. Ninguém está perdendo nada, ninguém vai perder receita. O governo não vai perder receita, vai ganhar receita. Não tem dinheiro.

A crise hídrica não é uma questão, é uma crise institucional e econômica. Na verdade, não é crise hídrica, até para nós seria dizer o seguinte, como vocês conhecem lá fora: “Onde é que você mora?”, “Ah, eu moro no Brasil”. “Ah, o Brasil não tem problema de água”. Não, não temos realmente. Nós temos problemas institucionais. Por exemplo, quando eu era consultor da Unesco, em 1997 e 1998, e nós estávamos instituindo a Política Nacional de Recursos Hídricos, nós discutimos fortemente essa questão das águas distritais. Não sei se vocês conhecem a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, que é a lei fundamental no Brasil para isso. Houve uma discussão muito forte. Que águas distritais existem no Distrito Federal afinal de contas? O que nós temos que fazer? Existe a gestão das águas federais, das águas estaduais. Não tem das águas municipais, mas tem das águas distritais.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		47

Na verdade, aqui no Distrito Federal, nós só temos, verdadeiramente falando, uma grande bacia, a Bacia do Paranoá. O resto tudo nasce aqui e vira alguma coisa na área federal. Então, gente, nós temos que pensar sobre isso. Inclusive, acho muito triste ver que, em uma plateia como essa, a sociedade civil não está presente, não veio discutir um assunto de tão grande interesse para ela.

Gente, é só isso. Eu não queria me alongar. Eu me preparei aqui para cinco minutos e faço essa recomendação à Câmara Legislativa do Distrito Federal: vamos estudar fortemente, vamos fazer uma discussão com a Adasa e com a Caesb sobre a possibilidade de fazer uma concessão para que a gente possa alavancar aquilo que... Não que a gente não tenha competência técnica, porque em todos aqui, tenho certeza, sobra competência técnica. Nosso problema não é esse. O nosso problema é realmente de decisão econômica e institucional.

Basicamente, era isso que eu tinha a dizer. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado. Muito obrigado ao Dr. João Sales. Foram registradas as propostas.


Concedo a palavra ao Sr. Marcos Maia, Gerente de Meio Ambiente da Emater.

SR. MARCOS MAIA – Quero cumprimentar aqui o Presidente da Mesa, Deputado Chico Leite, e parabenizá-lo pela iniciativa, juntamente com o Deputado Cláudio Abrantes, e na pessoa do Presidente, cumprimento os demais componentes da Mesa.

Eu não vou ser repetitivo, até porque já falaram de vários projetos e programas que nós temos na área rural. No entanto, um viés que ficou sem ser falado aqui, que até vai diretamente para o nosso Secretário André Lima e para a Presidente Jane. Eu até brinquei com o Deputado Joe Valle. Eu falei: "Deputado Joe Valle, lembra do primeiro ofício que você fez lá na Emater quando foi Presidente de lá?". Foi até eu que fiz para ele o ofício.

Nós fizemos uma proposta de utilizar as compensações ambientais e florestais que têm dentro do órgão ambiental. Naquela época se dizia que só o Noroeste tinha 15 milhões de mudas a serem plantadas como compensação. Parece que lá no Ibram criaram agora uma gerência de compensação ambiental. Quando eu vou lá eu falo: "A Emater está disposta a trabalhar com vocês", porque essas compensações ambientais, gente, não precisam esperar por recursos governamentais, não precisam esperar aprovação do orçamento na Câmara Legislativa, só é necessário exigir daqueles órgãos que devem ao órgão ambiental as compensações ambientais e florestais e fazer acontecer.

Então, eu queria lembrar isso. Isso aí é imediato, gente. A gente pode usar o CAR, como já foi falado pelo Secretário André Lima, para localizar as áreas que já

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		48

estão precisando ser reconstituídas por vegetações nativas. A gente pode usar a própria Emater para localizar grandes áreas degradadas. Coloco à disposição a Emater para esse trabalho, além dos trabalhos que já foram ditos pelo Secretário de Agricultura, o plano de manejo de água e solo. Podemos usar também essas compensações ambientais nesse trabalho ou mesmo fazer o produtor de água em todo o DF com essas compensações.

Estou à disposição para, se quiserem, reunirmo-nos e delinear os. Ou, se precisar de uma lei, falaremos com o secretário para podermos trabalhar isso imediatamente.


PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Marcos Maia. Registrada a sugestão.

Concedo a palavra ao Sr. Leonel Generoso, Chefe da Unidade Estratégica de Biodiversidade e Cerrado, da Secretaria de Meio Ambiente.

SR. LEONEL GENEROSO – Quero cumprimentar todos que estão aqui presentes, na pessoa do Presidente da Mesa, Deputado Chico Leite. Com um assunto dessa magnitude, esse plenário deveria estar cheio. Precisamos de estratégias para que tudo o que foi dito aqui chegue de alguma forma a mais pessoas, porque realmente foram muitas coisas importantes ditas hoje aqui.

Quero falar de duas coisas, destacar duas coisas. Primeiro, a questão da educação. Eu morei sete anos no Nordeste agora, no auge dos cinco anos da seca. No Rio Grande do Norte, foi perdido 80% do rebanho bovino com a seca. Na primeira oportunidade, o governo refinanciou todo esse rebanho. Problemas de educação. Nas universidades do semiárido, sobra tecnologia de sobra para a criação de caprinos, de ovinos com sistemas agroflorestais, uso da caatinga e tudo. O pessoal faz questão de comprar o boi de novo, porque é o boi que dá *status*. Criar ovelha e cabra é menos. Então, a educação é base para toda essa crise da qual estamos falando.

A segunda coisa que eu queria falar é a importância, dentro desse tema, da recuperação das paisagens. Em 1994, quando pouca gente conhecia, eu fiz uma formação em permacultura no Equador. Recentemente morreu um dos fundadores da permacultura, Bill Mollison, australiano, que, junto com outro australiano, David Holmgren, criou essa forma de se pensar o espaço e o território, que é a permacultura, cultura permanente, ou agricultura permanente. E uma das definições da permacultura é criar armadilhas para a água para gerar nichos de fertilidade. Isso é o básico que temos de fazer. Temos que reconstruir paisagens para que a água não passe simplesmente, para que ela permaneça nos lugares e, assim, possamos fazer com que ela cumpra suas funções plenamente e não cause estragos, como é o que está acontecendo agora: modificamos as paisagens, e a água deixa de penetrar no solo por essas armadilhas que a natureza mesmo faz. Temos tecnologia para

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		49

reconstruir. A questão é política. Precisamos trabalhar nisso com todos os esforços possíveis.


O Marcos Maia falou da questão do uso de recursos de compensação. Nós estamos colocando isso em prática agora. Acho que o André vai falar disso, dessa questão de usarmos o recurso de compensações. É muito melhor a Terracap fazer um edital para contratar projetos de recuperação do que plantar mudas, coisa que não é nem da sua competência institucional, que ela ainda faz mal feito e acaba perdendo quase 60% do que fez, com incêndio, com seca, com tudo. Então, estamos trabalhando para mudar isso.

A reconstrução das paisagens precisa chegar também às áreas urbanas. Vamos precisar reconstruir as paisagens urbanas. Temos aqui no Distrito Federal a experiência da superquadra, que infelizmente não se propagou em nenhum outro lugar no Brasil – e não sei se no mundo. É uma experiência que ganhou todos os prêmios possíveis, é fantástica. A gente não se esforça nem para divulgar a diferença climática que existe dentro de uma superquadra. Isso é um *marketing* de graça que o Governo do Distrito Federal tem e a gente não divulga. Não medimos a diferença climática que existe dentro de uma superquadra e não divulgamos isso. Vamos ter que plantar árvores na Ceilândia, plantar árvores em lugares que não existem. A superquadra é um modelo fantástico. Infelizmente, ela não atende mais a voracidade da necessidade de ocupação, mas ela é uma lição a ser aprendida.

A Suécia, atualmente, está desenterrando canos de saneamento e construindo parques no lugar. Num bairro operário antigo onde isso foi feito... As grandes tempestades, hoje em dia, são novidade na Suécia. Surgiram com as mudanças climáticas. Antigamente não existiam, eram chuvas mais temperadas. Grandes tempestades lá recentemente inundaram bairros com todo o saneamento tradicional implantado. Já num bairro operário onde foi mudado tudo para construção de parques no lugar de saneamento, não houve nenhuma ocorrência de seguro. A água é captada desde os telhados, telhados verdes, e escorre pelos parques com árvores. Um fator verde escolhe determinada espécie da biodiversidade, e a arquitetura tem de trabalhar para que essa espécie sobreviva. Se a arquitetura não conseguir dar essa solução, o projeto não é licenciado no órgão ambiental. São coisas que já estão acontecendo no mundo e que é possível acontecer aqui para que possamos, realmente, reconstruir as paisagens urbanas e as paisagens rurais. Era isso o que eu queria dizer. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado, Leonel. Registrada a sugestão.

Eu queria convidar agora o Pedro Ivo, Presidente da Associação Alternativa Terrazul.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião		
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		50


SR. PEDRO IVO – A hora já está um pouco avançada. Serei rápido. Primeiro, quero cumprimentar o Deputado Chico Leite pela iniciativa e, na pessoa nosso colega Mourão, que está representando a sociedade civil, cumprimento o conjunto da Mesa.

Terrazul faz parte da Coalizão da Água, que surgiu lá em São Paulo e é uma rede com sessentas entidades da sociedade civil e movimentos sociais. Estamos agora fazendo uma campanha nacional para que, nesse momento eleitoral, haja um compromisso dos candidatos para constituição de planos municipais para a questão hídrica. É um movimento grande, tem uma página na *internet* com esse processo todo.

Tudo o que foi dito aqui é muito importante. Acho que há um esforço verdadeiro do governo e das instituições que estão aqui para enfrentar esse problema. Estamos falando de dois tipos de enfrentamento. Um enfrentamento é o emergencial, porque há uma crise, inclusive porque houve uma estiagem maior do que se previa. E há outro tipo de enfrentamento, sobre o qual eu quero falar mais, que é o enfrentamento estratégico. O Mourão levantou isso aqui, porque já se sabia que essa crise viria. Não estamos aqui atrás de culpados, como já foi dito aqui, mas aqui há uma tendência a culpar o cidadão, tanto que existe a possibilidade de uma taxa para o cidadão. Não encontramos culpado, mas, na resolução, encontramos-no. Eu acho que pode até haver, mas não vai resolver o problema.

O problema, como foi bem colocado aqui e precisa ser reforçado, é o modelo de produção e consumo, não é o cidadão individualmente. É muito importante pedir às pessoas para racionalizarem seus banhos, a água. Isso é até educativo, mas não vai resolver. Ameniza, mas não vai resolver. O grande problema é o modelo de produção e consumo, porque ele coloca uma sobrecarga nos recursos hídricos. Se esse modelo continuar, não há solução. Precisamos tomar consciência de que é preciso realmente, aquilo que o Governador disse que queria deixar como sua marca, o desenvolvimento sustentável. Agora, para haver desenvolvimento sustentável, precisa-se de dinheiro. Eu fico muito preocupado, porque temos boas intenções, bons programas e eu vejo o secretário, eu vejo os dirigentes falando que precisa-se de emendas, que precisa-se colocar uma taxa para que ela seja revertida num programa, numa campanha de educação ambiental. Isso não dá, pessoal. Eu também apoio esse governo, mas não dá. O governo tem que destinar orçamento para o desenvolvimento sustentável. Ou é prioridade ou não é. Esse orçamento tem que ser estratégico, não pode ser secundarizado. Tudo bem, a emenda parlamentar é bem-vinda, tudo o que vier é bem-vindo.

Eu sei que estamos em uma dificuldade grande de orçamento no GDF, mas o primeiro elemento é: não dá para continuarem os órgãos ambientais e os órgãos da área de recursos hídricos na penúria orçamentária em que estão se a gente quer enfrentar o problema. Então, há que se ter uma inversão de prioridade no investimento do Estado, constituição de políticas públicas estratégicas, não políticas

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS					
			Data						Horário Início		
29 09 2016			15h20min			84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)			51		


públicas setoriais, um elemento estratégico, geral. Nós, entidades da sociedade civil, não queremos aceitar mais. Há quanto tempo a gente ouve isso? Está na hora, diante do problema, da crise ambiental planetária, diante do problema da crise que estamos vivendo, de água, das mudanças do clima... O que precisa mais de alerta? Brasília tem jeito! Eu fui Secretário de Meio Ambiente em Fortaleza, e vocês não imaginam os problemas lá. Eram de outra ordem, mas não é... Nós temos aqui, ainda, muita coisa mantida.

O Cerrado está sendo destruído, mas a terra ainda não está arrasada. É claro que, se não houver um esforço no sentido do desenvolvimento sustentável para valer, com políticas públicas consistentes... E que os secretários, que os órgãos não precisem ficar pedindo complementação a mais. Que seja uma decisão do Estado investir nisso. Essa é uma questão que acho fundamental, estratégica.

A segunda questão que acho também muito importante: o modelo tem que ser o modelo de convivência com o Cerrado. A nossa solução é o Cerrado em pé. Então, o modelo de agricultura tem que ser mesmo para valer; o modelo de agroecologia tem que ser mesmo para valer. Tem que ser mesmo o modelo de uma cidade resiliente. Aqui já há iniciativa da sociedade civil, de agricultura urbana, que está acontecendo, pipocando na cidade toda, a despeito do Estado. Isso tem que ser incentivado, potencializado. Há que se abrir um parque tecnológico sustentável. É a vocação de Brasília. Então, se não se enfrentar isso, também vai ficar muito difícil. E racionalizar, saber usar racionalmente a água, porque temos potencial. Isso que foi levantado aqui, de reuso, de se criarem reservatórios para, em momentos de mais estiagem, haver uma complementação, tudo isso é fundamental, e estamos, eu acho, no caminho certo.

Finalmente, quero, para encerrar, dizer o seguinte: não estou convencido – se eu entendi bem, Paulo, é para você, que é o meu Karl Marx do Cerrado – de que tem de se botar mais uma taxa para o cidadão. Em uma crise dessa? Em um País com 14 milhões de desempregados – deve haver um percentual também razoável em Brasília –, nós vamos aumentar em 10 ou 20% a conta de água. Para quê? Para poder depois investir em campanhas educativas. As campanhas educativas, o governo tem que assegurar no Orçamento. O governo tem que assegurá-las. Vamos fazer uma coisa inteligente. Talvez não venha um recurso imediato, mas pode-se ter um resultado muito mais imediato. Por que, no lugar de sobretaxar, se é que eu entendi bem, Paulo, não se dá incentivo a quem economiza, um desconto para quem fizer uma economia? Seria uma forma muito mais inteligente, talvez muito mais eficiente e que não criaria um desgaste tão grande.

Vamos refletir bem. O governo está desgastado na sociedade. Está melhorando? Está melhorando. Nós estamos lutando, batalhando e sabemos que é um governo bem intencionado, mas mais uma taxa, com uma crise dessa, é difícil aceitar.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		52

Então, por que não pensarmos em um incentivo e em uma ação propositiva? Aquele que economizar vai ter um desconto. Acho que isso aí poderia funcionar muito mais. E as campanhas de conscientização, tudo isso que os órgãos estão propondo, o Governo tem que garantir no Orçamento. Retira-se de outra área para botar em uma área que é estratégica.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado pela contribuição. A Jane quer dar um esclarecimento. Vou começar por ela, então.

SRA. JANE VILAS BOAS – Acho importante clarear uma colocação que o Marcos Maia fez e também dar algumas informações de normas jurídicas.


A compensação ambiental é um recurso que o empreendedor tem de aplicar. Ele não é do Ibram; ele não entra no orçamento do Ibram. E, em um Estado em crise, com necessidade de dinheiro desesperada, fica todo mundo achando que o Ibram está nadando em um rio de dinheiro e preocupado com isso. Não. Esse recurso é aplicado pelo empreendedor e tem normas e diretrizes que são previstas na legislação ambiental. A compensação ambiental só pode ser usada nas unidades de conservação. Eu não posso usar esse recurso fora de uma poligonal de unidade de conservação.

A compensação florestal está sendo objeto de um trabalho que reúne a Sema, o Ibram, a Terracap, como empreendedor interessado, e o Serviço Florestal Brasileiro, que é órgão federal, em um arranjo que vai permitir que a gente saia de um sistema muito preocupante, que é a reposição através do plantio de mudas.

Só que o mercado local oferece um elenco de mudas que não reproduz a riqueza da biodiversidade do Cerrado. Aí, você fica fazendo o plantio de mudas e tal e, daqui a pouco, a biodiversidade está sendo desenhada pelo mercado e não pela necessidade de restauração ecológica do ambiente.

Então, o novo modelo que vamos aplicar está sendo discutido há mais de um ano, em parceria com a Sema, o Ibram, a UnB, os órgãos da sociedade que têm experiência nessa área, muitas entidades com tradição já, como o Ipoema, enfim, outras experiências que, como o Leonel falou ali, usa métodos de plantio usando permacultura e tudo mais.

Então, a gente está ampliando a perspectivas e as tecnologias de uso, para não trabalhar só com muda, mas com a restauração ecossistêmica. E, aí, você pode botar muda, botar semente, botar grama, enfim, várias outras coisas. E esses recursos, então, vão ser usados através de editais, para que o empreendedor que não tem essa atividade no seu escopo – como a Terracap, por exemplo, ou como a própria Caesb, eventualmente – possa financiar um edital que as entidades da sociedade, ou não, se candidatem a executar aquele tipo de recuperação florestal. E a compensação florestal pode ir para APPs e tudo mais.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			

Nós estamos estabelecendo áreas prioritárias para isso, que coincidem com APMs, como Descoberto e São Bartolomeu, que, nessa primeira experiência piloto, vão ser contempladas com essa atividade. Aí entra APP e tudo. Acho que isso contempla a sua preocupação.

Obrigada, Presidente

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado, Jane.

Passo a palavra agora ao professor Dirceu Silveira Reis Junior, para as considerações finais.


SR. DIRCEU SILVEIRA REIS JÚNIOR – Eu queria fazer algumas análises aqui. Primeiro, sobre a questão de quantas pessoas ficaram até o final. Eu me segurei para falar pouco no início, nos cinco minutos, imaginando que nós teríamos uma longa discussão aqui com a plateia, e acabou sendo uma discussão mais ou menos pequena, sem muita intensidade, talvez pelo adiantado da hora, e as pessoas terem responsabilidades em casa, com a família.

Existe um ponto que eu acho duro de discutir, mas acho que ele é importante e acabou não sendo muito discutido, que é a questão dessa tarifa. Eu vou dar a minha opinião aqui. Eu acho que ela não deve ser vista – eu sei que o Dr. Paulo deve falar depois claramente – como uma taxa a mais nem acho que ela tem de ter o objetivo de arrecadar para se investir em alguma coisa. Eu acho que o objetivo principal é reduzir o consumo num momento de dificuldade.

Está prevista para quando chegar aos 25% do reservatório, o que é algo já bastante delicado. Se começarmos a deplecionar demais o reservatório, poderemos chegar a uma situação que nem podemos imaginar. É extremamente difícil uma situação como essa. Se tivermos, como o Jorge comentou agora, um regime de chuvas ruim, esse ano, nós estaremos numa situação extremamente delicada. Então, nós temos de fazer de tudo para deplecionar da maneira mais devagar possível esse reservatório.

E, nesse momento delicado, talvez a única maneira de se fazer isso seja reduzindo o consumo. Talvez a Adasa e depois a Caesb nos forneçam informações ao longo do tempo, mas acredito que o que aparece na mídia o tempo todo sensibilize a população a reduzir o seu consumo. A gente espera que sim. Não vou discutir se os 25 são um número exato ou correto, mas temos que ter um limiar a partir do qual, de fato, exista um mecanismo financeiro para reduzir o consumo. Eu acho que essa tarifa me parece razoável. Ninguém gosta de pagar mais, eu vou tentar para fazer o máximo possível lá em casa para economizar e ganhar alguma coisa, mas eu acho que não temos como fugir muito disso. Esse é um ponto.

Outro ponto é a perspectiva futura e o papel da Câmara nesse processo. Eu falei um pouco no início, e o Jorge também, na mesma linha de raciocínio, que nós

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			

precisamos nos preparar para esses eventos no futuro. E nos preparar significa termos uma noção clara de todos os tipos de medidas possíveis, de curto, de médio e de longo prazos. E as coisas são complexas, não são simples, cada um tem a sua experiência, cada um quer dar a sua opinião, muitas vezes as opiniões são divergentes, os conhecimentos técnicos e científicos de todos os processos envolvidos também não são tão claros, às vezes existem lacunas que precisam ser mais bem aprofundadas. E aí fica a minha pergunta: como é que podemos nos organizar como sociedade para conseguirmos construir esse modelo de lidar com esse fenômeno, elencando todas as medidas possíveis, de curto, de médio e de longo prazos?

Uma coisa as pessoas têm que botar na cabeça: mesmo se nós tivéssemos o sistema mais perfeito de gestão da água, se nós tivéssemos todas as informações disponíveis, existiria sempre a possibilidade de cairmos numa situação como essa. E a gestão está aí para isso. Como o Jorge comentou, gestão quando se tem água sobrando é fácil, não se precisa nem de gerir, mas quando estamos num momento em que a oferta está próxima da demanda ou fica até abaixo da demanda, a gestão é para isso.

O que nós fazemos nesses casos? Essa deve ser uma decisão da sociedade como um todo, não a decisão só de um ou outro órgão. Temos que sentar à mesa e, nos diferentes casos que podem acontecer, pactuarmos o que vai ser feito. E o que tem que ser feito significa sempre a perda de alguma coisa, nós teremos que abrir mão de algum benefício no curto prazo para termos benefícios no médio e no longo prazos, todos nós.


A dificuldade que eu vejo é como construirmos esse pacto. E talvez a Câmara tenha um papel preponderante nisso porque faz parte do dia a dia da Casa compactuar coisas e pensar no curto, no médio e no longo prazos.

Essas eram as considerações que eu gostaria de colocar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Concedo a palavra, para as considerações finais, ao Sr. José Guilherme Tollstadius Leal, Secretário de Estado da Agricultura.

SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Boa tarde. Já agradeço a riqueza do debate. Eu vou só colocar algumas considerações finais e fazer algumas respostas também.

Foi levantada a questão da agricultura urbana. Na verdade, existe um apoio, sim, do Estado. A Emater tem um trabalho de apoio à agricultura urbana. Nós estamos trabalhando numa proposta de regulamentação com os grupos que trabalham com a agricultura urbana, e ela empacou por uma questão ainda a ser resolvida: qual é a água que nós vamos usar para a agricultura urbana, porque a

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
			Data					
29 09 2016			15h20min		84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		55	

nossa agricultura urbana é muito horticultura urbana e precisa de água. Não faz sentido, Maurício, a gente usar água tratada da Caesb para fazer isso. Então é um problema a resolver, mas é um tema interessante.

Falou-se bastante aqui também da questão da agroecologia e da produção orgânica. Deputado, mais uma vez, eu peço o apoio da Câmara Legislativa. Há mais de um ano o Governador enviou um projeto de lei para instituir a política institucional de agroecologia e produção orgânica. É um projeto de lei que só tem benefícios. A gente gostaria muito que ocorresse neste ano o desfecho, para poder sancionar a lei, trabalhar na regulamentação e colocar uma política de Estado, não de governo. Quando a gente faz uma lei, ela vira uma política de Estado no incentivo.

Eu falo isso porque nós temos que trabalhar no incentivo da linha desse sistema de produção, mas nunca na imposição ao agricultor. Isso pode ser até um pouco antipático, mas ninguém impõe a quem tem um carro *flex* usar um a álcool, que é menos poluente que a gasolina. Ninguém está impondo às pessoas usar a homeopatia em vez dos remédios alopáticos. Eu estou carregando um pouco na tinta, eu sei disso, mas o processo de mudança de sistema de produção tem que ser de oferta de incentivo ao agricultor, e não de imposição. Essa é a visão que nós temos, e o PL está construído dentro dessa linha.


Para finalizar, eu vou voltar à questão do parcelamento irregular e da grilagem, Deputado. Acho que seria muito bom se a gente conseguisse ver uma mobilização de Brasília contra a grilagem e o parcelamento irregular – uma mobilização da sociedade, da Câmara Legislativa, do governo, de toda a sociedade. Precisávamos achar as pessoas que possam puxar essa mobilização.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado ao secretário. Quanto ao projeto, eu até conversei aqui com a Tânia. Nós precisamos, então, fazer esse compromisso com V.Exa. e fazer um contato ainda amanhã acerca do projeto que V.Exa. mencionou.

Concedo a palavra ao professor Jorge Enoch Furquim Werneck Lima, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paranoá.

SR. JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA – Eu quero só fazer um comentário de que já está se iniciando um processo licitatório para a elaboração do Plano da Bacia do Paranoá, com o apoio da Adasa e do Pró-Gestão, que é uma parceria com a Agência Nacional de Águas, pelo qual a gente espera ter esses planos de curto, médio e longo prazos, sob diversas situações, sob diversos cenários. Cabe ao Comitê de Bacia aprovar esse plano. Ele tem um papel superimportante na elaboração. A gente teve um trabalho imenso na elaboração do termo de referência.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 29 09 2016	Horário Início 15h20min	Sessão/Reunião 84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	

Agradeço à equipe da Adasa, à da Caesb e a todos os outros que têm sempre contribuído bastante para o processo.

Bom, o papel do comitê vai bem além de promover discussões e arbitrar em primeira instância administrativa conflitos pelo uso da água, que também são papéis do Comitê de Bacia. Então, no plano, a gente espera poder se aprofundar nisso, Dirceu – você que levantou essa bola com muita propriedade –, porque isso faz parte do planejamento. A gente tem que analisar dentro desse plano diferentes cenários e, diante desses cenários, que ações a gente precisaria tomar ou que caminhos tomar. Vai ser muito difícil a gente conseguir prever tudo. Assim como a gente não previu a chuva que tivemos nesses últimos anos, mas esperamos que o plano seja realmente mais profundo que o plano já existente. Temos o PGRH – Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal – que foi feito em uma escala do Distrito Federal. E agora nós queremos realmente aprofundar em cima dos problemas, dos riscos, das incertezas dentro da área de contribuição da bacia e queremos trazer esses assuntos não somente como forma de plano, mas também como projetos e ações vinculadas a esse planejamento.


Espero que a gente consiga realmente ter um plano exequível, e que não seja mais um plano em gaveta ou prateleira por aí, porque disso já estamos um pouco fartos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Obrigado ao Pesquisador, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paranoá, Jorge Werneck. Muito obrigado pela participação, pelas contribuições.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Salles.

SR. PAULO SALLES – Bom, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a participação de todos, as contribuições de João Carlos Resende Soares da Rocha, do Marcos, do Leonel, enfim, de todos os que aqui se manifestaram. O Pedro Ivo Batista, naturalmente, e mesmo aqueles que permaneceram heroicamente até aqui. Eu não reclamo dos que não vieram, eu elogio os que aqui estão, e que tenham vindo ainda que por pouco tempo.

Vou ser muito breve. Eu fui recolhendo, anotei aqui, como todos viram, o que foi dito, como é do meu feitio, mas fui diretamente questionado por duas pessoas. Pelo Mourão e pelo Pedro Ivo. Então, com relação ao Mourão, é o seguinte: nós temos sempre o cuidado de consultar o jurídico da Adasa e às vezes o do próprio GDF para tomar medidas. E o que o Art. 46, da Lei de Saneamento diz é o seguinte: o ente regulador do sistema pode em situação crítica adotar mecanismos tarifários. E o que nós estamos fazendo aqui é propor a adoção de um mecanismo tarifário. E também pode ser adotado o racionamento que se refere especificamente aos recursos hídricos. Não havendo uma relação de primeiro um, depois o outro. Então esse foi o entendimento que o nosso jurídico nos deu. Claro, naturalmente sabemos

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
		Data	Horário Início			Sessão/Reunião
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO (COMISSÃO GERAL)	ORDINÁRIA	57

que tudo pode ser questionado, se for o caso, ninguém aqui vai fugir ao debate. Nós queremos a clareza e a segurança jurídica em tudo.

Com relação ao Pedro Ivo, ele não está aqui. Desculpa Pedro, eu pensei que você já tivesse dado uma saidinha, mas enfim... Eu agradeço aqui ao Dirceu e faço minhas as palavras dele também. Apenas acrescento o seguinte: a proposta desta taxa não é punir. Ela não é uma taxa punitiva de modo algum. Pelo contrário, é um esforço pedagógico para que as pessoas façam a economia de água. Tanto que se a pessoa fizer economia a taxa não é aplicada. Se ela ultrapassar a meta que nós estabelecemos, que nós julgamos ser uma meta adequada para enfrentar a crise, ela terá um desconto. Então ela não é para punir ninguém. Tiramos aqueles que são os mais pobres, tiramos aqueles que precisam da água como os hospitais, etc e tal e colocamos aqui um mecanismo que vemos como pedagógico antes de tudo. Está certo? A gente quer estimular a poupança. E de resto, já existe a bonificação. Ela já está estabelecida em lei. Já existe a lei que dá um bônus de 20% se a pessoa economiza em relação ao mesmo mês do ano anterior. Então realmente são dois mecanismos e nós acreditamos que não é esse o espírito da coisa.

Pois não...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. PAULO SALLES – Tarifa é tarifa, é o preço. Ela é uma tarifa de contingência. Desculpe, nós estamos falando aqui e eu usei erradamente o termo. Então, é uma tarifa de contingência, efetivamente.


E gostaria, para finalizar mesmo, dizer que toda crise leva a aprendizados, pelo menos quem está prestando atenção às coisas quer melhorar. E isso aqui, certamente, está nos oferecendo muitos aprendizados e certamente virão, desses aprendizados, novas propostas, novas recomendações, novas ações que serão tomadas no ano que vem.

Muita coisa há que ser feita, Pedro e todos os outros. A situação da distribuição e do uso da água do DF é muito mais complicada do que isso que nós estamos fazendo aqui e isso nós sabemos. Existe poço, existe caminhão pipa, existe furto de água, uso ilegal de água às pampas, o gato chique, o gato pobre, tem de todo jeito. Então, nós estamos aproveitando aqui para nos preparar e no próximo ano fazer um esforço bem maior de fiscalização, de catalogação e de disciplinamento dessas coisas todas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Muito obrigado professor Paulo Salles.

Concedo a palavra ao Maurício Ludovice.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		58

SR. MAURÍCIO LUDUVICE – Uma breve consideração. Eu gostaria de dizer que é lógico que uma tarifa de contingência não é agradável para ninguém, mas é importante deixar claro que o racionamento é muito pior. O que a gente espera é que esse seja mais um alerta. O que se incentiva é o uso consciente, a redução de consumo.

O fundamental é que a gente não precise chegar nos 20% porque o racionamento não é barato. Não é simples de se fazer. Nós vamos ter muitas equipes trabalhando durante a madrugada inteira. O nosso sistema não foi preparado para isso. É diferente de um sistema no Nordeste. Algumas cidades do Nordeste já têm isso. A Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Ceará – tem um sistema já quase formado para racionamento. Nós não temos isso.

Então, por exemplo, você imagina como garantir água no Setor Hospitalar Sul? Não é simples. É aquilo que eu falei, inclusive da setorização, que a gente vai evoluir. Então, vai ser um desgaste muito grande para a equipe da Caesb, sinceramente. Vai ter carro da Caesb rodando a noite toda, abrindo e fechando registros e regulando válvulas.


Outro assunto que eu acho importante colocar, é o seguinte João: é que o Paranoá é um reuso indireto. Na realidade, é o que nós estamos fazendo. E é o melhor tipo de reuso. O direto é possível fazer? É. A engenharia mandou o homem à lua e o mais importante é que o trouxe de volta, que é mais caro do que mandar. Se fosse somente a passagem de ida seria mais barato. Os terroristas descobriram isso, manda de ida, mas sem volta, porque você não tem a logística da volta, porque é muito pior que a da ida. Agora, é o custo. Na engenharia você move o mundo, mas você precisa de um custo.

O reuso direto, Israel, não existe. Diretamente é muito difícil transformar água negra em água potável. Não é simples, não é barato, custa caro. Mas o que nós estamos fazendo aqui com essa proposição do Paranoá que é o reuso indireto, é a melhor maneira. E eu acredito que é mais uma ênfase de preservação do Lago Paranoá, que é a nossa praia, para que ele, se transformando em manancial, possa engajar a população ainda mais na sua proteção.

Então, vai ser fundamental.

(Intervenção fora do microfone)

SR. MAURÍCIO LUDUVICE – É depois de dez anos eu estou fazendo reuso. Agora, nada impede que alguns condomínios façam o seu reuso. É importante deixar claro, quando se fala em reuso, que temos que pensar no futuro. Nós não vamos estar aqui. Os encanadores não vão estar nos prédios depois. Então, isso tem que ter muito bem regulamentado e marcado para que não se tenha aqui depois uma manutenção de se tirar uma chapa e o encanador vir e ligar uma água na outra. E

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		59

não é barato fazer isso. O sistema tem que estar identificado com cores diferentes. A gente quando vai fazer alguma verificação é exatamente isso, porque a gente não pode, nem na caixa d'água, nem no ladrão, ter uma contaminação da água potável com água de reúso.

Então, o sistema não é simples. Na construção civil é possível? É. Agora não é barato.

(Intervenção fora do microfone)

SR. MAURÍCIO LUDUVICE – Sim.

(Intervenção fora do microfone)

SR. MAURÍCIO LUDUVICE – Só complementando, João...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. MAURÍCIO LUDUVICE – Não, eu só queria complementar dizendo o seguinte: na realidade, se você fizer num prédio o uso não potável, por exemplo: "Ah, vamos usar para as descargas dos vasos sanitários água de reúso ou coisa parecida". Só que é uma outra linha que você vai ter que fazer, um outro barrilete, e tem que estar completamente isolado e identificado, não pode haver risco, não hoje ou daqui a vinte anos, para que daqui a vinte anos alguém não chegue lá e faça essa ligação. Isso tem que estar o tempo todo, a gente tem que pensar, porque uma construção dessa a gente espera que não dure cinquenta anos. E um dia pode ter um desavisado, até bem intencionado, que faça uma ligação para resolver um problema e crie outro muito pior. Obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Eu é que agradeço ao senhor, Dr. Maurício.


Bom, as anotações do Dr. João estamos registrando para formulá-las como proposta. Quero lhe agradecer.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – É claro isso. Nós aqui todos estamos debatendo exatamente essa modalidade de direitos difusos, transindividuais.

Eu pergunto ao nosso companheiro Luiz Mourão se gostaria de fazer alguma consideração.

SR. LUIZ MOURÃO – Sr. Deputado, rapidamente. Eu entendo que, estava até comentando aqui com a Dra. Jane, o principal problema ou a principal solução é uma grande quantidade de conversa dentro do governo e com a sociedade. Por mais que isso seja sempre, as pessoas acham que isso leva tempo, que isso atrasa as medidas. Contudo, o diálogo, a consulta entre esses atores fundamentais é muito

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
29	09	2016	15h20min	84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		60

importante, decisões fundamentais têm que ser tomadas com a sociedade, temos que ouvir muito mais, temos que aprender a reconhecer.

Digo isso porque fui funcionário público a minha vida inteira, governos não reconhecem as situações e normalmente se defendem de coisas que são óbvias para toda a população. A primeira coisa é humildade, reconhecer que nós todos erramos, estamos profundamente consternados com o que está acontecendo e temos que mudar o que está acontecendo. Acho que isso é fundamental, não temos que nos defender, temos que ser proativos e realmente nos encontrarmos e debatermos francamente os problemas, que são inúmeros, inúmeros, inúmeros.

Então, quero parabenizar esta própria audiência, porque propicia esse tipo de diálogo que pode, quem sabe – espero eu –, trazer bons frutos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Eu é que agradeço imensamente ao senhor.


Bom, é claro que nós enfrentamos com esse tema o desafio do século. Sabemos discutir o direito individual, a propriedade, sabemos discutir o direito coletivo, aquela parcela que é de um grupo determinado de pessoas. Todo mundo sabe aqui discutir, por exemplo, direito trabalhista, gratificação. Porém, ainda não temos o total preparo para discutir um outro direito, o transindividual, o difuso, aquele que é de todo mundo, não é de ninguém especialmente, mas, quando é afrontado, todos perdem.

Então, todo mundo sabe como fazer a ocupação desordenada sob o argumento de que precisa de moradia, precisa morar melhor, não teria dinheiro para comprar num outro lugar; todo mundo sabe fazer a defesa daquele direito em grandes associações, porque isso emociona, sensibiliza a Esquerda e a Direita. Mas, na hora de discutir o direito que é até de quem não nasceu ainda ou tem direito de nascer em condições pelo menos de convivência, ninguém quer debater. Quem é que quer abrir mão, quem é que admite abrir mão do seu direito, seja no plano individual, seja no plano coletivo? Ninguém, essa que é a realidade.

Então, os debates são feitos sempre tendo como responsável, como culpado o terceiro. O terceiro é sempre o culpado, o responsável. E a sociedade só consegue evoluir, só consegue enfrentar os problemas quando sofre. É lamentável, mas esse é o processo por que nós temos que passar.

Nós temos um problema seriíssimo de cultura, não apenas da cultura ambiental, do uso e do reúso, da utilização da água, pela finitude dos recursos.

Mas nós temos uma outra cultura, que é essa cultura do exercício dessa forma de direitos. O Distrito Federal tem uma cultura de dezenas de anos na união de maus governantes com políticos de prática e pregação temerária e grandes grupos econômicos de ocupação desordenada do solo.

			CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
			Data					
29 09 2016			15h20min		84ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)		61	

“O governo foi omissos”. O governo não foi omissos. Quem governava era coautor dos crimes. Não é omissão, isso é prática efetiva, mas nós não temos coragem... Quando a Esquerda assume o poder, une-se a eles e reproduz a mesma prática. Foi isso a que nós assistimos. É impressionante.

Porque a mata ciliar não vota, o cerrado não vota, peixe não vota. Quem vota vai argumentar no momento oportuno com um direito individual, que sempre é o que mais sensibiliza, porque é aquele no qual nós somos capazes de nos colocar.

O Professor Klaus Tiedemann, de Direito Penal Econômico Alemão, dizia que o mais grave problema é a complacência social. Eu não consigo me colocar no lugar desse outro. Eu consigo me colocar no lugar de quem não tem moradia, eu consigo me colocar no lugar até de quem não tem emprego, mas a forma de sobrevivência é ilícita. Quer dizer, eu não consigo me colocar nessa figura abstrata desse credor desses direitos sobre o que nós temos discutido aqui nesta comissão.

Bom, é um desafio. Se fosse simples... É um desafio cultural de um processo de aprendizado, de resignação, sobre o que nós vamos concluir pela nossa própria responsabilidade. Só nesse momento, quando nós concluirmos pela nossa própria responsabilidade, é que nós vamos nos candidatar a resolver o problema.

Por enquanto, enquanto não temos nenhuma solução mágica, eu vou pedir permissão a vocês todos para enviar as nossas conclusões, não apenas a ata, mas também as notas taquigráficas, para o Governador, para todos os entes governamentais que não estiveram aqui presentes para chamar todos à responsabilidade, se assim me permitem.

Eu quero agradecer imensamente aos organizadores, à Tânia, ao Dadá, ao Dantas, ao João Suender, a todo o nosso corpo que trabalhou decididamente, ao Rodner, ao nosso grupo do Cerimonial, à Daniele, sem os quais, com certeza, essa nossa audiência não teria essa prosperidade.

Agradeço a vocês todos pelo comparecimento, pelas contribuições e pela paciência. Nós já começamos bem, com a paciência.

Muito obrigado e boa noite.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a sessão às 19h09min.)



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal



Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Coordenador: Randal Martins Junqueira

Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br